

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**RIO DE JANEIRO – ANO 08 – Nº 23
MAIO/AGOSTO – 2004**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 8, nº 23, (maio./ago. 2002) – Rio de Janeiro : CíFEFiL. 188 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801(05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: pereira@uerj.br e www.filologia.org.br

Diretor-Presidente: Prof. Dr. José Pereira da Silva

Vice-Diretora:

Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon

1.º Secretário:

Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez

2.º Secretário:

Prof. Dr. Ruy Magalhães de Araujo

Diretor da Revista *Philologus*

Prof. Nataniel dos Santos Gomes

Vice-Diretor da Revista *Philologus*

Prof. Me. Vito César de O. Manzolillo

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:

José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Afrânio da Silva Garcia

José Pereira da Silva

Aileda de Mattos Oliveira

Maria Lúcia Mexias Simon

Alfredo Maceira Rodríguez

Nataniel dos Santos Gomes

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

Ruy Magalhães de Araujo

Amós Coêlho da Silva

Salatiel Ferreira Rodrigues

Cristina Alves de Brito

Vito Cesar de Oliveira Manzolillo

Diagramação, edição e editoração

José Pereira da Silva

Projeto de capa:

Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOGOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

EDITORIAL – José Pereira da Silva	5
A FILOLOGIA NO MUNDO ATUAL – Alfredo Maceira Rodríguez.....	7
A INTENSIFICAÇÃO DE BASES ADJETIVAS EM CAMPO GERAL – Carlos Alberto Gonçalves Lopes	22
A PONTUAÇÃO EXPRESSIVA NA NARRATIVA DE LYGIA BOJUNGA – Anete Mariza Torres Di Gregorio	40
A VOLTA DOS HIERÓGLIFOS – Claudio Cezar Henriques	53
A VOZ MÉDIA NO DISCURSO ORAL DO PORTUGUÊS: UMA ABOR- DAGEM FUNCIONALISTA – Maria Claudete Lima	60
ANA MARIA MACHADO: OS EFEITOS EVOCATIVOS COMO DE- FLAGRADORES DE SENTIDOS PECULIARES – Maria Teresa Gon- çalves Pereira	81
CARACTERÍSTICAS DA LINGUAGEM DE EUCLIDES DA CUNHA EM “OS SERTÕES” – Maria Lucia Mexias Simon	87
CONCEPTUALIZAÇÃO, INTERDISCURSIVIDADE, ARQUITEXTO, ARQUIDISCURSO – Cidmar Teodoro Pais	101
DO ESTATUTO MÓRFICO DA VOGAL TEMÁTICA E DO MORFEMA DE GÊNERO EM PORTUGUÊS – Paulo Mosânio Teixeira Duarte	112
INFERÊNCIAS FILOLÓGICAS NO EMPREGO DO INFINITIVO NA LÍNGUA PORTUGUESA – Ruy Magalhães de Araujo.....	131
O “EU” E O “OUTRO” EM DIÁLOGOS SIMÉTRICOS (PROJETOS NURC/SP E NURC/RJ – PARTE I) – Paulo de Tarso Galembeck e Ca- mila Bambozzi Veasey.....	153
A ORDEM ORACIONAL EM KAYABÍ – Nataniel dos Santos Gomes	165

RESENHAS

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA – José Pereira da Silva	177
FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA PORTUGUESA – José Pereira da Silva	180
MANUSCRÍTICA: REVISTA DE CRÍTICA GENÉTICA – José Pereira da Silva	183
APRENDENDO COM OS MESTRES – Vito Manzollilo	186
INSTRUÇÕES EDITORIAIS.....	188

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o vigésimo terceiro número de sua *Revista Philologus*, com doze artigos e quatro resenhas, entre as quais se inclui uma pequena lista de artigos de Crítica Genética publicados na revista da Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário (APML).

Escreveram para este número os seguintes associados: Alfredo Maceira Rodríguez, Anete Mariza Torres Di Gregorio, Camila Bambozzi Veasey, Carlos Alberto Gonçalves Lopes, Cidmar Teodoro Pais, Claudio Cezar Henriques, José Pereira da Silva, Maria Claudete Lima, Maria Lúcia Mexias Simon, Maria Teresa Gonçalves Pereira, Nataniel dos Santos Gomes, Paulo de Tarso Gelembeck, Paulo Mosânio Teixeira Duarte, Ruy Magalhães de Araujo e Vito Manzolillo.

Alguns dos artigos resultam de outras atividades culturais, como é o caso do artigo do Prof. Cidmar Teodoro Pais (apresentado no VI CNLF), o do Prof. Ruy Magalhães de Araujo e o da Profa. Maria Lúcia Mexias Simon, apresentados como palestras em maio próximo passado no II ENCONTRO NACIONAL COM A FILOGIA, realizado na Academia Brasileira de Letras, organizado pela Diretoria Cultural do CiFEFiL.

Na seção de resenhas, três periódicos e os últimos números de uma publicação seriada não periódica de grande interesse para os estudos lingüísticos e filológicos brasileiros foram sinteticamente apresentados, como parte das atividades editoriais da Academia Brasileira de Filologia, do setor de Filologia e Língua Portuguesa da USP, da Associação dos Pesquisadores do Manuscrito Literário e do Instituto Superior de Língua Portuguesa.

A Diretoria do CiFEFiL, em nome da Diretora da Revista *Philologus*, se desculpa diante das instituições de ensino e pesquisa que vinham recebendo este periódico gratuitamente porque, nos últimos números tivemos de reduzir a tiragem por falta de recursos financeiros para o pagamento da sua impressão e envio.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Esperamos conseguir algum patrocínio de empresas particulares ou de órgãos públicos responsáveis pelo fomento da pesquisa científica brasileira ou assinaturas da revista por bibliotecas de faculdades de letras ou outras instituições congêneres.

A Direção desta *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas honestas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitem.

Rio de Janeiro, agosto de 2002.

José Pereira da Silva

A FILOLOGIA NO MUNDO ATUAL

Alfredo Maceira Rodríguez (UCB)

RESUMO

Pesquisa na internet sobre a situação atual do ensino da Filologia em diversos países. Comunicação apresentada na *III Jornada Nacional de Filologia*, ocorrida na SUAM, Rio de Janeiro (RJ), em 27/10/2001.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia, Linguística, linguística histórica.

1. INTRODUÇÃO

No dia 04/12/98 realizou-se no Instituto de Letras da UERJ, Rio de Janeiro, um evento denominado *I Jornada Nacional de Filologia*, evento organizado pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL), com o apoio da Academia Brasileira de Filologia. A finalidade era, ou ainda é, divulgar a função da Filologia no Brasil e tentar estabelecer limites claros entre seu campo de atividade e o das disciplinas afins, particularmente o da Linguística, cujos limites apresentam-se, às vezes, bastante difusos.

A proposta do CiFEFiL era realizar uma Jornada anual, cada ano em um Estado do Brasil, e assim foi realizada a *II Jornada* em São Paulo, em 16/04/99. A *III Jornada* foi programada para o ano 2000, em Salvador (BH), mas por dificuldades surgidas não pôde ser realizada nesse ano, sendo retomada sua realização para o dia 27/10/01, na SUAM, no Rio de Janeiro.

Para a *I Jornada* incumbimo-nos de fazer uma pesquisa por meio da internet, com a finalidade de obter informações de como se encontravam o uso e o ensino da Filologia nas universidades e centros de estudos do maior número de países possível. A pesquisa foi feita e os resultados apresentados numa comunicação naquela Jornada e, posteriormente, publicados na *Revista Philologus*, 15: 3-9, set-dez, 1999.

Hoje, passados quase três anos, devido ao maior uso da Informática e à velocidade com que objetos de estudo sofrem influên-

cias diversas, essa pesquisa merece uma revisão para tentar conhecer a real situação da disciplina filológica, num mundo cada vez mais globalizado e com mutações rápidas. Assim, decidimo-nos a retomar a pesquisa com um enfoque mais diversificado e com uma amplitude maior, cujos resultados apresentamos a seguir.

2. DIVERSAS ATIVIDADES FILOLÓGICAS

2.1. Instituições de pesquisas

A Filologia vem sendo utilizada em inter-relação com outras disciplinas como disciplina auxiliar para pesquisas de história antiga. Assim encontramos diversos centros de estudos que fazem uso da Filologia para estudos históricos do Oriente e do Antigo Egito. Entre estes centros de estudos encontram-se os seguintes:

Universidad Islámica Averroes¹.

Esta universidade oferece 60 bolsas de estudo para Filologia árabe e Ciências do Islã. O Curso é presencial e as inscrições, que tinham data limite no 10/10/01, foram prorrogadas.

Chicago University. Instituto Oriental de Projetos Filológicos. Arquivos de Pesquisas do Instituto Oriental.

ABZU – Pesquisas filológicas em documentos do Antigo Egito: Textos e traduções. Arquivos de pesquisas de papiros, pesquisa sobre o grego antigo, sobre o copta, sobre a Etiópia e o Próximo Oriente.

Este instituto desenvolve projetos de longo prazo. Entre eles:

- a) Projeto sobre inscrições;
- b) Projeto afro-asiático;
- c) Dicionário Assírio – Chicago;
- d) Projeto dos manuscritos do Mar Morto;

¹ Os endereços eletrônicos e postais, assim como demais dados das instituições que citamos, podem ser facilmente obtidos na internet. Basta digitar o nome da universidade ou centro de estudos tal como aparece aqui.

- e) Projeto de Dicionário Demótico²;
- f) Revisão Epigráfica³;
- g) Dicionário Hitita⁴ – Chicago;
- h) Projeto de Vocabulário Sumério⁵;
- i) Instituto Oriental – Série de Mapas do Antigo Próximo Oriente.

A pesquisa e o financiamento neste campo bastante amplo estão dominados por três grandes projetos de longo prazo para produzir dicionários definitivos de línguas antigas: Assírio (Chicago Assyrian Dictionary); Hitita (Chicago Hitite Dictionary), e Egípcio Demótico (Demotic Dictionary Project). Um quarto projeto de longo prazo é a compilação de um vocabulário para textos sumérios.

Existe uma ampla e valiosíssima bibliografia no Instituto Oriental da Universidade de Chicago relacionada com o Egito. Nela se encontram estudos filológicos, textos e traduções.

Há diversos textos do Egito antigo: Transcrições de documentos hieráticos; texto do obelisco de Carnac; papiros de Ani; o Livro dos Mortos; diversos papiros (lista de documentos hieráticos transcritos no arquivo do Instituto Griffith).

Muitas publicações de textos funerários de ataúdes egípcios, hieróglifos, etc.

http://www-oi.uchicago.edu/oi/proj/oi_philology.html

<http://www-oi.uchicago.edu/oi/dept/ra/abzu-regindx->

² Demótico: Língua e escrita egípcias que surgem no final do séc. VII a.C., correspondentes ao tempo das dominações persa, grega e romana, até a vitória do Cristianismo. Também é conhecido como *demótico* o grego moderno.

³ Epigráfica: Adjetivo de *Epigrafia*, que é a parte da Paleografia, que estuda as inscrições de escritas antigas em material resistente: pedra, metal, etc. Compete também à Epigrafia a decifração, interpretação e datação dessas inscrições.

⁴ Hitita: Língua indo-européia da Capadócia, descoberta em 1915, em inscrições sobre tijolos. Essas inscrições pertencem ao segundo milênio a.C. e são, junto com os textos gregos micênicos, os testemunhos mais antigos do tronco lingüístico indo-europeu.

⁵ Sumério: Língua da Suméria, de filiação difícil, que se extinguiu como língua falada por volta de 2000 a.C., mas que continuou como língua escrita até o desaparecimento da escrita cuneiforme, já no início da era cristã.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

egipt.philolog.html

Universidade de Fribourg – (Suíça). Instituto de Estudos Medievais. Estudo de Filologia germânica e Filologia românica.

christophe.flueler@unifr.ch

Shevchenko Scientific Society (SSS) – Sociedade científica Shevchenko.

Foi fundada em Lviv (Ucrânia) em 1873. Fechada pelo regime soviético em 1939, foi restabelecida na Europa ocidental e nos Estados Unidos em 1947. Existem representações desta sociedade em várias cidades norte-americanas e em diversos países. As atividades de todas as Sociedades Científicas Shevchenko são coordenadas por um Conselho Universal, eleito a cada quatro anos, com escritórios em Lviv, Nova York e Toronto.

Os objetos de estudo da Sociedade são internacionais. Entre seus membros encontram-se pesquisadores de altíssimo nível científico. Já foram membros desta entidade sábios como Albert Einstein, Max Planck e André Mazon. Desde 1892, a Sociedade já publicou mais de 230 volumes, chamados Memórias, cada um contendo artigos sobre um determinado tópico ou disciplina. Publica-se muito sobre a Ucrânia. Nos Estados Unidos, a Sociedade organiza e patrocina séries de palestras e outros eventos. A Sociedade está filiada à Associação Americana para o Desenvolvimento de Estudos Eslavos.

O catálogo da biblioteca está disponível em inglês e ucraniano na homep.e: <http://www.shevchenko.org/>.

Shevchenko Scientific Society – 63 Fouth Avenue – New York, NY 10003-5200 – Tel. (212) 254-5130; Fax (212) 254-5239 – e-mail: info@shevchenko.org

Universidade da Armênia⁶

A Faculdade de Filologia é uma das primeiras Faculdades da Universidade da Armênia. Possui dois Departamentos: um de Língua

⁶ A Armênia é um pequeno país do Cáucaso, cuja língua, o armênio, é uma língua indo-européia, mas tem estado oprimida pelo russo.

e Literatura Armênia e outro de Jornalismo.

O Departamento de Língua Armênia é um importante centro de Armeniologia. Estudiosos de renome assumiram na década de 20 a difícil tarefa de ensinar língua e literatura armênicas e produzir material de ensino. Esses pioneiros têm contado com seguidores à altura até hoje.

Pelo que podemos deduzir, o termo Filologia tem aqui um sentido muito amplo porque cobre os estudos linguísticos em geral

2.2. Universidades com Faculdades ou Departamentos de Filologia

Há universidades que possuem Faculdades de Filologia, geralmente com diversos Departamentos cada uma delas. Algumas destas faculdades possuem licenciatura em Filologia em um ou mais cursos. A duração destas licenciaturas é geralmente de quatro anos (300 a 320 créditos), mas também as há de cinco anos. Os cursos de licenciatura são divididos em dois ciclos de dois anos cada um, sendo os créditos semestrais. O currículo é composto por disciplinas obrigatórias e optativas. As matérias que compõem o currículo das faculdades de Filologia constam da língua que dá a denominação e de línguas e literaturas afins. Na licenciatura de Filologia Românica há matérias oferecidas em mais de um semestre: latim, cada uma das línguas românicas com sua literatura, história de cada uma dessas línguas, lingüística românica e algumas outras disciplinas obrigatórias, além de diversas optativas. Entre as universidades que oferecem licenciatura em Filologia em pelo menos de uma língua, encontram-se as relacionadas abaixo:

2.2.1. Algumas universidades com licenciatura em Filologia.

Universidade de Hamburgo (Alemanha) Estudos indo-germânicos.

A filologia indo-germânica está lingüisticamente relacionada com as línguas indo-germânicas. A origem desta matéria situa-se no século XVIII, quando estudiosos descobriram que as línguas mudam com o tempo e podem se tornar independentes. Eles descobriram que muitas línguas européias e algumas asiáticas relacionavam-se umas

com outras e só podiam ter tido origem comum muitos milhares de anos atrás. Estas línguas se incluem nos seguintes grupos: Latim e Línguas Românicas; Céltico; Germânico; Báltico; Eslavo; Grego; Albanês; Armênio; Indo-Iraniano.

Também são relacionados com estes grupos alguns grupos de línguas extintas, que só foram descobertas neste século como o tochariano e o anatólio⁷ antigo.

Finalmente, muitas línguas das quais restam apenas fragmentos, podem ser incluídas, principalmente as que pertencem à área mediterrânea.

No centro da Filologia indo-germânica está o modelo hipotético da língua original indo-germânica, que está sendo constantemente testada com o material lingüístico disponível. A existência dessa língua original e a habilidade para reconstituí-la hipoteticamente são fatores importantes para a Lingüística porque permitem aos estudiosos desenvolver uma perspectiva histórica da evolução da gramática e do vocabulário que transcende a língua falada ou escrita. A base do trabalho de reconstrução, obviamente, não é moderna, porém a questão da forma mais antiga das línguas e dos grupos de línguas é. Isto significa que a Filologia indo-germânica tem um campo muito vasto e variado de interesse porque o material lingüístico disponível difere significativamente, de acordo com a época, com a forma e com o contexto histórico.

O Curso de Filologia indo-germânica da Universidade de Hamburgo oferece conceitos básicos e métodos relacionados com a pesquisa lingüística histórica e com as principais características estruturais da família indo-européia.

Por que se estuda a Filologia indo-germânica?

Além do interesse puramente acadêmico, a matéria, naturalmente, tem pouco uso prático, entretanto, o *insight* que produz é de grande interesse para a Lingüística e a Filologia na área de lingüística histórica e no estudo de línguas e textos antigos.

A Universidade de Hamburgo é uma das poucas universida-

⁷ Anatólio: Ramo do indo-europeu constituído por línguas atualmente extintas. A mais importante foi a hitita.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

des onde a Filologia Indo-Germânica é ensinada. Entretanto, esta disciplina só tem uma cátedra. A colaboração de colegas de outros departamentos permite-nos expandir a oferta de matérias tanto quanto possível. Por sua parte, a Filologia indo-germânica também desempenha importante papel interdisciplinar para outros departamentos. Destaca-se a pesquisa das línguas célticas.

Duração do curso: Normalmente de 09 a 10 semestres. Nível de graduação.

Universidad de Salamanca (Espanha)

Esta universidade possui Faculdade de Filologia com licenciatura em Filologia alemã; Filologia árabe; Filologia clássica, Filologia francesa; Filologia hebraica; Filologia hispânica; Filologia inglesa; Filologia italiana; Filologia portuguesa e Filologia românica.

Esta universidade possui ainda os Departamentos de Filologia clássica e indo-européia; Filologia francesa e Filologia moderna.

Universidad de Santiago de Compostela (Espanha)

Esta universidade possui Faculdade de Filologia com licenciatura em Filologia românica; Filologia alemã, Filologia clássica, Filologia francesa; Filologia galega; Filologia hispânica; Filologia inglesa; Filologia italiana, e Filologia portuguesa. A duração das licenciaturas é de quatro anos.

Universidad de Cádiz (Espanha)

Esta universidade possui Faculdade de Filologia e Letras. São oferecidas licenciaturas em Filologia hispânica; Filologia inglesa; Filologia francesa; Filologia clássica, e Filologia árabe. (quatro anos – 320 créditos).

Universidad de Oviedo (Espanha)

A Faculdade de Filologia da Universidade de Oviedo oferece

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

licenciaturas de Filologia hispânica; Filologia clássica; Filologia Românica, Filologia francesa e Filologia inglesa. A duração dos cursos de licenciatura é de cinco anos.

Universidad Complutense de Madrid (Espanha)

Esta universidade conta com uma Faculdade de Filologia com Departamentos de Filologia alemã; Filologia árabe; Filologia clássica, Filologia francesa; filologia hebraica; Filologia inglesa, e Filologia italiana.

Universidad Autónoma de Madrid (Espanha)

Esta universidade tem Faculdade de Filosofia e Letras com Departamentos de Filologia clássica; Filologia espanhola; Filologia francesa, e Filologia inglesa. Todos estes departamentos oferecem suas correspondentes licenciaturas, menos o de Filologia inglesa, no momento.

Universidad de Granada (Espanha)

Esta universidade possui a Faculdade de Humanidades, com Departamentos de Filologia árabe; Filologia clássica; Filologia eslava; Filologia francesa; Filologia hebraica; Filologia hispânica; Filologia inglesa; Filologia italiana; Filologia portuguesa, e Filologia românica. Todos os Departamentos oferecem cursos de licenciatura.

Universidad de Navarra (Espanha)

Nesta universidade há uma Faculdade de Filosofia e Letras, com um Departamento de Filologia hispânica, que oferece licenciatura.

Universitat de Valencia (Espanha)

Na Universidade de Valência existe a Faculdade de Filologia

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

com Departamentos de Filologia catalã; Filologia inglesa e alemã; Filologia francesa e italiana; Filologia espanhola, e Filologia clássica. Os Departamentos oferecem cursos de licenciatura.

Universitat de Lleida (Espanha)

Esta universidade oferece cursos de licenciatura em Filologia inglesa; Filologia hispânica, e Filologia catalã.

Universitat de Barcelona (Espanha)

Esta universidade conta com Faculdade de Filologia, que oferece licenciatura em Filologia alemã; Filologia catalã; Filologia inglesa; Filologia árabe; Filologia clássica; Filologia eslava; Filologia francesa; Filologia galega; Filologia hebraica; Filologia hispânica; Filologia italiana; Filologia portuguesa, e Filologia românica. A formação pode ser completada com outras filologias. A duração mínima dos cursos de licenciatura é de quatro anos.

Existem nesta faculdade duas modalidades de cursos de Licenciatura em Filologia árabe: Filologia árabe propriamente dita, ou Filologia árabe complementada com filologia de outra língua ou com Lingüística.

Esta faculdade oferece também um segundo ciclo de licenciatura, com duração mínima de quatro anos, para os que terminaram o primeiro ciclo de qualquer modalidade, com o objetivo de proporcionar formação filológica de caráter geral e conhecimento adequado dos aspectos lingüísticos, literários e culturais inerentes à língua e à filologia. Os conteúdos básicos são: Língua; Lingüística; Língua e Literatura; Segunda língua e sua correspondente literatura; Teoria da Literatura; História e cultura.

O Segundo Ciclo de Licenciaturas pode ser com complemento de formação em Filologia clássica ou em uma das seguintes línguas: Alemã, italiana, inglesa, portuguesa, basca, românica, catalã, francesa, galega, hebraica, hispânica, ou ainda em Humanidades, Documentação, Comunicação Audiovisual, Tradução e Interpretação, Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas, História e Ciência da Música.

Universitat d'Alacant (Espanha)

Esta universidade possui os Departamentos de Filologia catalã; Filologia espanhola; Lingüística geral; Teoria da comunicação; Filologia inglesa, e Filologias integradas. Oferece licenciaturas em Filologia alemã; Filologia francesa; Filologia árabe, e Filologia eslova.

Universidade Estatal Lomonosov de Moscou (Rússia)

Esta universidade tem Faculdade de Filologia. Trata-se de uma universidade que está representada em diversas localidades da América do Norte e do Sul.

2.2.2. Universidades com Departamentos ou Institutos de Filologia

Universidad de Cantabria (Espanha)

Esta universidade possui uma Faculdade de Filosofia e Letras com um Departamento de Filologia grega e Lingüística indoeuropéia.

Universidad del País Vasco (Espanha)

Esta universidade tem um Departamento de Filologia basca.

Universidade de Creta (Grécia)

Esta universidade tem um Departamento de Filologia que promove estudos filológicos do grego moderno e bizantino. Dedicase ao ensino e pesquisa. Tem cursos com oito semestres de duração e oferece muitas disciplinas optativas. Tem estudos de pós-graduação com especialização e doutorado em filologia grega e bizantina.

Universidade de Helsínqui (Finlândia)

A Faculdade de Artes desta universidade tem um Departamento de Filologia clássica.

Universidade de Vilnius (Lituânia)

Atualmente, na Faculdade de Filologia da Universidade de Vilnius há vinte e cinco Departamentos, entre eles o de Filologia clássica, o mais antigo da universidade, fundado em 1579, além dos de Filologia báltica e de Filologia escandinava.

St. Petersburg University (Rússia)

A Universidade de São Petersburgo possui os seguintes Departamentos de Filologia:

Filologia inglesa e Tradução; Filologia inglesa; Filologia clássica; Filologia germânica, e Filologia românica.

Universidad de Zaragoza (Espanha)

Esta universidade possui Faculdade de Filosofia e Letras. Entre outras disciplinas, esta Faculdade oferece o Quinto Curso de Filologia hispânica e o Curso de Filologia aragonesa.

Universidad de Valladolid (Espanha)

A Faculdade de Filosofia e Letras desta universidade tem Planos de Estudos de Filologia alemã; Filologia clássica; Filologia francesa; Filologia hispânica e Filologia inglesa. Também tem Departamentos de Filologia alemã; Filologia francesa; Filologia e Língua espanhola; Filologia latina e Filologia Grega.

Universidad de Victoria (Espanha)

Esta universidade tem Departamentos de Filologia clássica; Filologia românica; Filologia basca; Filologia francesa, e Filologia inglesa.

Universidad de Málaga (Espanha)

Na Faculdade de Filosofia e Letras existe o Departamento de Filologia espanhola I e Filologia românica.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Universidad de Murcia (Espanha)

Esta universidade conta com os Departamentos de Filologia inglesa; Filologia clássica; Filologia românica; Filologia francesa; Filologia italiana, e Filologia árabe.

Università di Pisa (Itália)

A Faculdade de Letras e Filosofia desta universidade tem programação muito diversificada. Há uma grande quantidade de cursos realizados em diversos endereços. Cada curso tem seu próprio endereço.

Departamento de Filologia românica e italiana.

Departamento de Lingüística com seção de Filologia germânica.

Instituto de Língua e Literatura alemã e Filologia germânica.

Università di Roma – La Sapienza (Itália)

Esta universidade tem um Departamento de Filologia grega e latina. Oferece cursos de três anos de duração.

Università di Padova (Itália)

Esta universidade tem uma Faculdade de Letras e Filosofia que conta com um Departamento de Romanística.

Università di Bologna (Itália)

Esta universidade conta com um Departamento de Filologia clássica e medieval.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Universitá di Torino (Itália)

Esta universidade tem um Departamento de Filologia.

Universidade de Varsóvia (Polônia)

Esta universidade tem um Instituto de Filologia clássica.

Universidade Livre de Berlim (Alemanha)

Esta universidade anuncia um Departamento de Filologia românica que se dedica ao estudo de textos sardos.

2.2.3. Universidades que se ocupam com Filologia em algum curso.

Universidade do Paraná (Brasil)

No curso de Lingüística e Língua portuguesa, oferece aulas de Filologia românica.

UERJ – Universidade de Estado do Rio de Janeiro (Brasil)

A Faculdade de Letras desta universidade possui um Departamento de Língua portuguesa e Filologia.

Universidade de Utrecht (Holanda)

Esta universidade possui um Departamento de Filologia hispânica.

Universidade da Califórnia – Berkeley (Estados Unidos)

Esta universidade conta com um Departamento de espanhol e português, onde há um grupo de Filologia românica. Predominam os estudos de catalão antigo e literatura.

Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Nos cursos de Línguas e Literaturas clássicas da Faculdade de Filosofia e Letras desta universidade, é oferecida Filologia latina e grega durante um ano.

2.3. A Filologia prestigiada

Em alguns países, particularmente na Espanha, a Filologia goza de grande prestígio. Vários filólogos vêm-se tornando conhecidos nos meios culturais e científicos, alcançando postos de relevo no âmbito das Letras e das Ciências da Linguagem. Em 1997, o filólogo Martín de Riquer, depois de uma vida dedicada a estudos filológicos do catalão e do espanhol, recebeu o prêmio Príncipe de Asturias, prêmio de alta significação internacional. Esse mesmo prêmio foi adjudicado no ano de 2000 ao conhecido comunicólogo italiano Umberto Eco.

3. CONCLUSÃO

Bastam os dados apresentados para podermos concluir que as atividades filológicas se desenvolvem com bastante atividade em diversos países, menos, ao que parece, nos de fala inglesa e francesa, onde estes estudos estão incluídos na rubrica de Lingüística. Também podemos constatar que o objeto da Filologia parece não ser o exatamente o mesmo em todas as instituições que se dedicam ao estudo e ensino desta disciplina. Assim, vemos que, tanto na Armênia, como na Lituânia e em várias instituições de comunidades com línguas minoritárias no Estado Espanhol, se oferecem com o nome de Filologia, cursos dessas línguas. Isto parece indicar que há grande interesse em resgatar e abrir espaço para essas línguas minoritárias, que possuem, porém, tradição cultural. Por outro lado também verificamos que nos países em que há mais cursos de Filologia, as variedades filológicas mais estudadas são a Clássica e a Românica, seguidas das de línguas estrangeiras modernas. Podemos observar que há continuidade de estudos das línguas indo-germânicas, tradicionais na Alemanha, na Universidade de Hamburgo, assim como de línguas orientais na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. Além

disso, podemos certificar-nos de que em vários centros dedicados à Filologia, esta denominação é muito abrangente, incluindo estudos de línguas, literatura, tradução, jornalismo e outros, embora, pelas disciplinas conexas que oferecem, muitos pareçam considerar a Filologia do mesmo ponto de vista adotado por importantes mestres de países da língua portuguesa como J. Leite de Vasconcellos, Sílvio Elia e, muito especificamente, Gladstone Chaves de Melo (*Introdução...*, Cap. I, II).

4. BIBLIOGRAFIA

DICCIONARIO de la lengua español. 21. ed. (Edición electrónica) Madrid : Real Academia Española. Espasa Calpe, 1998.

DICIONÁRIO AURÉLIO ELETRÔNICO. SÉCULO XXI. 3ª versão. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999.

ELIA, Sílvio. *Preparação à lingüística românica*. 2. ed. ver. E aum. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1979.

LÁZARO CARRETER, Fernando. *Diccionario de términos filológicos*. 3. ed. corregida. Madrid : Gredos, 1974.

LYONS, John. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Trad. Marilda Winkler Averburg. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.

MELO, Gladstone Chaves de. *Introdução à filologia e à lingüística portuguesa* Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1981..

NARO, Anthony Julius. *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Trad. Marilda Winkler Averburg. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976.

VASCONCELLOS, J. Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro : Livros de Portugal, 1959

**A INTENSIFICAÇÃO DE BASES ADJETIVAS
EM CAMPO GERAL**

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (UNEB)

Inúmeros são os processos empregados pelo emissor para expressar a emoção ou atuar sobre o receptor. A escolha que se faz dentre as várias opções cabíveis é o que vai determinar o estilo do autor, da personagem e até mesmo o estilo de época, em se tratando de uma obra literária.

Aqui importa-nos fazer uma aplicação da teoria relativa aos processos intensificacionais da linguagem, no romance *Campo Geral*, com o objetivo específico de mostrar como os intensificadores servem para colocar em relevo a subjetividade, os estados emocionais e a própria cosmovisão das personagens, participantes que são da trama novelesca.

Pela necessidade de se limitar o campo de observação, nos deteremos a apreciar apenas a intensificação de bases adjetivas, verificando não só como ela se processa mas também como se constrói a isotopia intensiva.

Começando pelas LEXIAS SIMPLES, constatamos de pronto o fato de ser através delas que preponderantemente se opera a intensificação, ao mesmo tempo em que respondem pela formação de uma rede isotópica da qual se destaca a lexia simples ENORME, pela significativa frequência da mesma:

— “Ele salvou a vida de todos!” —; dormia no pé da porta do quarto, uma noite latiu acordando o mundo, uma cobra **enorme** tinha entrado, uma urutu, o pai matou. (p. 13)

— “Vem, Miguilim, ajudar a tacar pedra: os meninos acharam um sapo **enorme!**” — o Patori gritando já vinha. (p. 25)

Buscavam os inhames na horta, Mãitina cavacava com o enxadão, eram uns inhames **enormes**. (p. 49)

Veio seo Brízido Boi, que era padrinho do Tomezinho: um homem **enorme**, com as botas sujas de barro seco, ele chorava junto, aos arranços, dizia que não podia ver ninguém sofrer. (p. 76)

Para uma melhor compreensão da recorrência da lexia simples ENORME é necessário dizer que tal lexia aparece num contexto

narrativo em que é bastante elevado o emprego não só dos adjetivos GRANDE e PEQUENO quanto também de substantivos graduados. Aliás, o próprio título da obra (*Manuelzão e Miguilim*) na qual está inserido o romance *Campo Geral*, nos remete cataforicamente para um tipo de intensificação que não deixa de estar a serviço da expressão de uma cosmovisão infantil.

De fato, a perspectiva infantil é diferente da perspectiva do adulto. Uma cobra **enorme** (= *muito grande*) pode não ser, aos nossos olhos, tão grande assim.

Para a criança, no mundo que a circunda, os seres e os fenômenos adquirem proporções desconhecidas. Dessa forma, a intensificação está aqui a serviço da expressão emotiva do sentimento infantil, das impressões que os seres e os fenômenos provocam em sua alma.

Numa elevada frequência aparecem também as lexias simples FORTE e GROSSO:

Como é que ela podia mandar Tio Terêz embora, quando vinha aquela chuvada **forte**, a gente já pressentia até o derradeiro ameaço dela entrando no cheiro do ar?! (p. 16)

Tinha dado o vento, caíram uns pingos **grossos**, chuva quente. (p.17)

No primeiro caso, percebe-se que **chuvada forte** é uma chuvada *muito intensa*, principalmente pelo fato de tal expressão estar antecedida do intensificador **aquela**, que serve para aumentar ainda mais a noção de intensidade da chuva.

Quanto a **pingos grossos**, a idéia expressa aqui é a de *pingos muito grandes*.

Como se pode constatar, em todas as lexias simples anteriormente referidas, há implícito um intensificador que corresponde ao metatermo MUITO.

Por outro lado, em relação às lexias FORTE e GROSSO, convém observar que elas servem muitas vezes como caracterizadoras ambientais, fato esse que se evidencia na consubstanciação de uma isotopia intensiva que expressa muito bem o caráter rude e áspero da natureza sertaneja.

Outras lexias simples aparecem esporadicamente. Dentre elas,

destacamos as seguintes:

Os meninos necessitam de saber, valença de rezar junto. Inocência deles é que pode livrar a gente de **brabos** castigos, o pecado já firmou aqui no meio, braseado, você mesma é quem sabe, minha filha!... (p. 21)

Um homem grosso e baixo, debaixo de um feixe de capim, sapé? — homem de cara enorme demais, sem pescoço, roxo **escuro** e de olhos-brancos... (p. 56)

Correu outra vez, nem soluçava mais, só sem querer dava aqueles suspiros **fundos**. (p. 77)

(...) Podia até vir mais amiúde, por uma prosa, servo do senhor, sem **grave** pecado de incomodar... (p. 25)

Mas sua mãe, que era **linda** e com cabelos pretos e compridos, se doía de tristeza de ter de viver ali. (p. 5)

Alguém podia matar alguém, sair briga **medonha**, Vovó Izidra tinha agourado aquelas coisas, ajoelhada diante do oratório — do demônio, de Caim e Abel, de sangue de homem derramado. (p.49)

O relar da folha de enxada, nas pedrinhas, aqueles bichos **miúdos** pulando do capim, a gente avançando sempre, os pés pisando no matinho cortado. (p. 95)

Sol a sol — de tardinha voltavam, o corpo de Miguilim doía, todo moído, **torrado**. (p. 83)

(...) — nem deu tempo para idéia nenhuma, era só um errado **total** (...)

As lexias simples assinaladas têm o intensificador implícito na base, o que é próprio da intensificação semântico-lexical. Portanto, **brabos castigos** são castigos *muito rigorosos*, **roxo escuro** é um roxo¹ *muito forte*, **suspiros fundos** são suspiros *muito intensos*, **grave pecado** é um pecado *muito sério*, **mãe linda** é uma mãe *muito bela*, **briga medonha** é uma briga *muito feia*, **bichos miúdos** são bichos *muito pequenos*, **corpo torrado** é um corpo *muito queimado* e **errado total** é *algo completamente errado*.

Ainda dentre as lexias simples, encontramos no *corpus* aquelas que a gramática tradicional denomina *comparativo de superioridade anômalo*:

Dáí deu trovão **maior**, que assustava. (p. 18)

O Dito era a pessoa **melhor**. (p. 14)

¹ O termo *roxo*, aqui, reporta-se à cor (preta) do personagem mencionado pelo Autor.

O Dito, **menor**, muito mais menino, e sabia em adiantado as coisas, com uma certeza, descrecia de perguntar. (p. 60)

Conforme já esclarecemos, o intensificador está implícito na base. Dessa forma, **trovão maior** pode ser entendido como um trovão *mais forte*; **pessoa melhor**, como uma pessoa *mais boa*; e **menor**, referindo-se ao Dito, como alguém *mais pequeno*.

Prosseguindo a nossa análise, façamos agora uma apreciação da intensificação que se obtém com as LEXIAS COMPLEXAS, dentre as quais se destacam as metáforas intensivas por consequência. Estas, por sua vez, se subdividem em três grupos, isto é, no grupo das lexias complexas constituídas por **adjetivo + adjetivo** (1º), no grupo das lexias complexas constituídas por **adjetivo + preposição + adjetivo** (2º), e no grupo das lexias complexas constituídas por **adjetivo + preposição + substantivo abstrato** (3º):

1º Ela era **riscada magra**, e seca, não parava nunca de zangar com todos, por conta de tudo. (p. 12)

2º O dia estava **bruto de quente** (...). (p. 13)

O tesoureiro era um pássaro **imponente de bonito** (...). (p. 14)

Seo Deográcias ria com os dentes **desarranjados de fechados**. (p. 26)

Seo Aristeu entrava, alto, alegre, alto, falando alto, era um homem grande, **desusado de bonito** (...). (p. 43)

Pai é homem **jagunço de mau**. (p. 90)

E o sol batia nas flores e no garrote que estava **amarelo de alumiado**. (p. 92)

O Dito dizia que o certo era a gente estar sempre **brabo de alegre**, alegre por dentro (...). (p. 100)

3º Drelina era **bonita de bondade**. (p. 43)

Percebe-se nos exemplos acima a presença implícita de uma frase consecutiva. Tanto é assim que a frase *Pai é homem jagunço de mau* pode ser parafraseada por *Pai é jagunço de tão mau que ele é*, apesar de se admitir também uma segunda leitura, correspondente à de uma frase comparativa, isto é, *Pai é homem mau como um jagunço*, de menor força expressiva.

Construções desse tipo se sobressaem em importância estilística pela raridade de emprego, em confronto com o uso freqüente das

frases consecutivas explícitas.

No único exemplo do primeiro grupo, nota-se a elipse da preposição de, criando-se assim uma construção insólita em que dois determinantes não só se reportam para um mesmo determinado (**riscada magra**) como também aparecem justapostos, o que resulta num maior impacto expressivo e intensivo.

Dentre os exemplos do segundo grupo, merece destaque o último, constituído por um oxímoro (**brabo de alegre**) que contribui mais ainda para aumentar a carga intensiva da expressão.

Já quanto ao único exemplo do terceiro grupo, a raridade está no emprego do substantivo abstrato no lugar do adjetivo em *Drelina era bonita de bondade*, que admite a seguinte paráfrase: *Por ser tão bondosa, Drelina era bonita*.

Os símiles intensivos, outro tipo de lexia complexa, são bastante escassos no texto. Eles se destacam, contudo, por transmitirem o pensamento com bastante vigor e vivacidade:

— Ara, qual, qual, seo Nhô Berno Cássio, eu estou **pobre como agüinha em fundo de canoa**... (p. 25)

Tio Terêz saía de suas árvores, **ousoso macio como uma onça**, vinha para cima de Miguilim. (p. 57)

Drelina, **branca como pedra de sal**, vinha saindo: — “Miguilim, o Ditiinho morreu”... (p. 77)

Merece destaque o símile da página cinquenta e sete pela construção originalíssima através da qual há superposição de dois processos intensificadores, a metáfora intensiva (**ousoso macio como uma onça**), sendo que a primeira construção, típica do estilo de Guimarães Rosa, consiste em se compor um adjetivo (ousoso macio) a partir de dois outros: **ousoso** (= com bastante coragem) + **macio** (= suave, despercebidamente) que, nesse exemplo, se sobressai em expressividade pela natureza antitética dos seus constituintes.

Ainda, dentre as lexias complexas, o texto objeto de nossa apreciação nos oferece pouquíssimas metáforas intensivas por complementação:

O Dito dizia que o certo era a gente estar sempre brabo de alegre, alegre por dentro, mesmo com tudo de ruim que acontecesse, **alegre nas profundas**. (p. 100)

Vejam os agora os intensificadores constituídos por GRAMEMAS PRESOS encontrados no *corpus*, começando pelos prefixos:

Era ele quem precisava de guardá-las, decoradas, **ressofridas** (...). (p. 80)

E o perdigueiro Rio-Belo, que **tresdoidado** tinha morrido, de comer algum bicho venenoso. (p. 10)

Mãitina era preta de um preto estúrdio, encalcado, **trasmachada** de mais grosso preto, um preto de boi. (p. 20)

O gato chegava por si, **sobremacio**, tripetrepe, naquela regra. (p. 40)

Quando a gente voltou, se tomou café, nem ninguém não precisou de fazer café forte demais e amargoso, só Pai e Vovó Izidra é que bebiam daquele café **desgostável**. (p. 67)

A rosa também era branca, mas era gorda e **meia-velha**, não namorava com ninguém. (p. 70)

Como se pode notar, os prefixos encontrados foram RE-, TRES-, TRANS-, SOBRE- e DES- (negativo), todos eles amplificadores.

Quanto ao elemento mórfico MEIO-, apesar de não ser propriamente um prefixo, o incluímos aqui por funcionar como tal, sendo por isso mesmo um prefixóide. Ele, ao contrário dos demais prefixos anteriormente citados, é um atenuador.

Percebe-se, quanto ao emprego dos prefixos, muita criatividade, o que se constitui numa característica estilística do autor. Tal emprego, muitas vezes, resulta numa força intensiva maior em virtude do estranhamento resultante, como é o caso de **trasmachada** (p. 20), que pode ser traduzido por *bastante machada*, com a idéia de profundidade correspondente à de uma mancha que atravessa a pele, a carne.

Todavia, dentre os gramemas presos, merece destaque especial, pela sua alta frequência, o intensificador constituído pelo sufixo diminutivo -INH (O), com as suas variantes -IM e -IN (O):

Mas carecia de ficar **sozinho** com o Dito. (p. 60)

Devia de ter o companheiro, marido ou mulher, ou irmão, que agora esperava lá na beira do mato, onde eles moravam, **sozim**. (p. 15)

A Chica era tão **engraçadinha**, clara, **mariolinha**, muito menor do que

Drelina, (...). (p. 14)

O Patori tocava berimbau, um berimbau de fibra de buriti, tocava com o dedo, era bonito, **tristinho**. (p. 84)

Mas, então, **probrezinhos** de todos, queriam deixar o leite dela ir judiado derramando no caminho, nas pedras, nas poeiras? (p. 8)

Tinha saudade do tempo-de-frio, quando a água é **friinha**, boa. (p. 97)

Beiravam as veredas, **verdinhas**, o buritizal brilhante. (p. 97)

Era o besourinho bonito, **pingadinho** de vermelho. (p. 83)

Olha, Miguilim, bezerro da Brinda é **danadinho**, tudo quanto há ele come! (p. 91)

Faz mal não, Miguilim, mesmo **ceguinha** mesmo, ela há de me reconhecer..." (p. 76).

As perdizes estão **assustadinhas**, estão crescendo por demais... (p. 74)

Dito, as três perdizinhas são **diabinhas!** (...) (p. 74)

Mãe trouxe a mula de cristal, **branquinho**, aplicou no lugar, aquela friu-
ra **lisinha** do cristal cercava a dor para sarar, não deixava inchaço; mas Miguilim gemia e estava com raiva até dele mesmo. (p. 68)

O Dito, que era o irmãozinho **corajosinho** destemido, ele ia arrenegar? (p. 28)

Estava rezando, endereçado **baixinho** para Deus dificultar d'ele morrer. (p. 28)

Todos discurriam para ir ver, até Vovó Izidra concordava de apreciar o olho-de-boi, que era só um **reduzidinho** retalho de arco-da-velha, leviano airoso. (p. 27)

— A bala eu chupei, estava **azedinha** gostosa... (p. 25)

O gaturamo, tão podido miúdo, **azulzinho** no sol. (...) (p. 18)

Por conta que, Tomezinho, quando era mais **pequenino**, a gente ensinava para ele falar: g' a-to — mas a linguinha dele só dava capaz era para aqui-
lô mesmo: qùó! (p. 17)

Apruma mesmo **durim**, Miguilim, a dança hoje é das valsas... (p. 44)

E o gaturamo, que era de todos o mais **menorzim**, e que escolhia o espaço de água mais clara: a figurinha dele, reproduzida no argume, como que ele muito namorava. (p. 31)

Observando os exemplos citados, verificamos que, preso a uma base adjetiva, o sufixo – INHO e suas variantes podem funcionar como amplificadores de uma qualidade, como é o caso de **verdi-**

nha (= muito verde) e **branquinho** (= muito branco) anteriormente citados; como um atenuador de natureza afetiva, conforme encontramos em **ceguinha** (p. 76), se considerarmos nesse caso o fato de o sufixo traduzir uma noção de carinho que contribui para reduzir a forte carga depreciativa da base (cega); ou como nem uma coisa nem outra mas com um valor de *completamente*, como está em **sozinho** (p. 60) e **sozim** (p. 15), apesar de reconhecermos haver em **sozinho** tendência para uma lexicalização.

Dentre as variantes de -INHO, só encontramos três ocorrências em -IM, que são **durim** (p. 44), **menorzim** (p. 31) e **sozim** (p. 60), cujo emprego resulta num impacto expressivo maior, exatamente por ser incomum, restrito apenas à língua coloquial de certas regiões².

Além do sufixo -INHO e suas variantes, o *corpus* registra o sufixo -OTE, com valor aproximativo, e -ITO combinado com -INHO, resultando tal combinação numa redundância enfática de real valor expressivo:

Tão **grandotes**, tão espertos — e estavam assim só para morrer, o povo ia acabar com todos? (p. 15)

No castigo, em tamborete, ele não chorava, daí deixava de pirraçar: mais de repente virava sisudo, casmurro — tão **pequetinho** assim, e assombrosa a gente com uma cara sensata de criminoso. (p. 51)

Por atingir o elevado número de sessenta ocorrências, a frequência dos sufixos diminutivos (modificadores de bases adjetivas) é alta, se comparada com a dos outros intensificadores encontrados. Todavia, a recorrência deles no texto tem o mérito de estabelecer uma isotopia intensiva que vai servir para a expressão do extravasamento das emoções. O mesmo se pode dizer dos sufixos aumentativos encontrados, todos eles traduzindo uma intensificação amplificadora bem próxima do superlativo; se não, vejamos:

A noite, de si, recebia mais, formava **escurão** feito. (p. 54)

Mas o Grivo não era **pidão**. (p. 62)

² No *corpus*, maior é a ocorrência do sufixo diminutivo -INHO quando modifica bases substantivas. O mesmo podemos dizer em relação à variante -IM, conforme constatamos em **pelourim** (p. 15), **lugarim** (p. 28), **demonim** (p. 53), **barbim** (p. 56) e **beijim** (p. 67), dentre outros.

Ele só fugiu quando escutou barulho de vir chegando na tulha aquele menino **dentuço**, o Majéla, filho de seo Deográcias, mas que todos chamavam de o Patori. (p. 24)

Aqueles dentes **dentuços**! (p. 25)

Comentando os sufixos aumentativos, temos em **escurão** (p. 54) e **dentuço** (p. 24), respectivamente, uma base adjetiva e uma base substantiva, resultando a intensificação delas numa noção correspondente a *bastante escuro* e a *dentes em demasia*. Todavia, em **pidão** (p. 62), temos uma base verbal, resultando a intensificação dela numa noção correspondente a *aquele que sempre pede* e/ou *aquele que pede muito*. Trata-se, nesse último caso, de uma forma pejorativa que expressa cumulativamente um **agente** e um **aumento**, razão pela qual lhe caberia muito bem a designação *agente aumentativo* para a qual, segundo ROSA (1982, p. 23), faltaria a nomenclatura oposta *agente diminutivo*, por não haver diminutivos correspondentes para tais formas, ao contrário dos demais aumentativos, salvo nos casos em que a formação global deixar de ser interpretada como aumentativo, a exemplo de *Esse menino é um pidãozinho*, sinônimo de *Esse menininho é um pidão*, citado por ela.

Dentre os sufixos presos, resta ainda fazer referência aos sufixos superlativos por natureza, cuja frequência é relativamente baixa.

Apreciaremos inicialmente o sufixo -UDO que, em número de ocorrências, quase empata com o sufixo -OSO:

Quando estava **pinguda** de muita cachaça, sofrava umas palavras que a gente não tinha licença de ouvir, a Rosa dizia que eram nomes de menino não saber, coisas pra mais tarde. (p. 20)

O cachorro Gigão caminhava para a cozinha, devagaroso, **cabeçudo**, ele tinha sempre a cara fechada, era todo grosso. (p. 12)

Aí, ele enxergava, sentado no barranco, homenzinho velho, barbim em queixo, **peludo, barrigudo**, mais tinha um chapéu-de-couro grande na cabeça, homem esse assoviava. (p. 56)

Mas isso não era coisa nova por si, sempre abelha ou avespá ferroavam algum, e a lagarta tatarana **cabeluda**, que queimava a gente, tataranarata, até em galhos de árvores, e toda-a-vida a gente caía, relava os joelhos, escalavrava, dava topada em pedra ou em toco. (p. 68)

Tinha a lagoa, de água num prato-fundo, com os patinhos e peixes, o urso-branco, (...), a foquinha **bicuda**. (p. 78)

E o Titônio Engole, **papudo**. (p. 78)

Os exemplos assinalados (pingada, cabeçudo, peludo, barrigudo, cabeludo e bicuda) são todos constituídos de uma **base substantiva + -UDO** em que o sufixo traduz uma noção de intensidade. Portanto, **pinguda** é uma qualidade atribuída a alguém que bebeu muita cachaça; **cabeçudo** é um atributo que se dá a um ser que tem a cabeça muito grande, e assim por diante.

Quanto ao sufixo -OSO, aparece ora preso a uma base adjetiva (amargoso, feioso) ora preso a uma base substantiva (chuvoso, olhoso, trevoso), em cima das quais opera como intensificador:

Quando a gente voltou, se tomou café, nem ninguém não precisou de fazer café forte demais e **amargoso**, só Pai e Vovó Izidra é que bebiam daquele café desgostável. (p. 67)

— Tio Terêz, o senhor acha que o Mutúm é lugar bonito ou **feioso**? (p. 7)

Queixava-se, principalmente nos demorados meses **chuvosos**, quando carregava o tempo, tudo tão sozinho, tão escuro, o ar ali era mais escuro; (...). (p. 5)

Miguilim esfregava um pé no outro, estava comichando: outro bicho-de-pé; quando crescia e embughava, ficava **olhoso**, a mãe tirava, com alfinete. (p. 13)

A ver, os meninos todos queriam ir lá, no acrescente, Mãitina agachada, remexendo o tacho; num canto Mãitina dormia, ainda era mais **trevoso**. (p.32)

Resta agora apreciarmos o sufixo -ELO, que aparece apenas em **branquelo** como um intensificador da base adjetiva (branco):

O vaqueiro Jé era branco, sardal, **branquelo**. (p. 70).

Como se pode constatar, dentre os sufixos superlativos por natureza o *corpus* registra apenas os sufixos -OSO, -UDO e -ELO, de emprego corrente na modalidade coloquial da língua, que evita o erudito sufixo -ÍSSIMO.

Ainda a respeito dos sufixos citados, cabe observar que, apesar de comumente poderem ser substituídos pelo metatermo MUITO, expressando uma noção de abundância, podem também indicar uma intensidade aproximativa, como ocorre em **feioso** (p. 7), ou então uma pejoratividade, como encontramos no último exemplo transcrito (**branquelo**) e em exemplos com o sufixo -UDO (**barrigudo**, **papudo**). Outrossim, chamamos atenção para o neologismo **olhoso** (p. 13) por ser portador de um sufixo que aparece aqui acumulando a dupla

função de operador da intensidade e de operador da translação de um substantivo (*olho*) em adjetivo (*olhosos*).

Em síntese, podemos dizer que nas frases destacadas a recorrência dos intensificadores prefixais e sufixais serve para colocar em relevo a subjetividade do emissor, isto é, os seus estados emotivos.

Isso acontece mediante uma rede isotópica intensiva cujo delineamento vai sendo percebido na medida em que se vai acompanhando o desenvolvimento da narrativa.

Passemos agora a tratar dos intensificadores constituídos pelos GRAMEMAS LIVRES, os quais, depois das lexias simples, são os intensificadores mais numerosos no texto estudado.

Em nossa pesquisa fichamos aproximadamente cento e vinte gramemas livres do tipo intensificadores por natureza, dentre os quais, para não sermos repetitivos, transcreveremos a seguir um exemplo de cada variedade na ordem em que aparecem na escala gradativa básica, isto é, indo do mais alto até o mais baixo grau:

De madrugada, todo mundo acordou **cedo demais**, a Maria Pretinha tinha fugido. (p. 70)

Todo o mundo conhecia que ele estava **muito doente**, de certo conversavam. (p. 29)

O Dito, menor, **muito mais menino**, e sabia em adiantado as coisas, com uma certeza, descarecia de perguntar. (p. 60)

A **febre** era **mais muita**, testa do Dito quente que pelava. (p. 74)

E era até bom, outro homem de respeito, **mais garantido**. (p.61)

Miguilim era **tão pequeno**, com poucas semanas se consolava. (p. 11)

Você vai, Miguilim, você leva, entrega isto aqui à Mãe, **bem escondido**, você agarrante?! (p. 48)

O Dito montava no Papavento, que era baio-amarelo, cor de terra de ivinga; Miguilim montava no Preto, que era **preto mesmo**, mas Mãe queria mudar o nome dele para Diamante. (p. 50)

Esse menino o Grivo era **pouquinho maior** que Miguilim, e **meio estranhado**, porque era pobre, muito pobre, quase que nem não tinha roupa, de tão remendada que estava. (p. 62)

Depois, cada dia ele punha os Três Reis **mais adiantados um pouco**, no caminho da Lapinha, todo dia eles estavam **um tanto mais perto** — no Dia de Reis eles todos três chegavam... (p. 75)

Todo mundo era **meio um pouco bobo**. (p. 100)

Entretanto, a mata, ali perto, **quase preta**, verde-escura, punha-lhe medo. (p. 6)

Um certo Miguilim morava com sua mãe, seu pai e seus irmãos, longe, longe daqui, muito depois da Vereda-do-Frango-d'Água e de outras veredas sem nome ou **pouco conhecidas**, em ponto remoto, no Mutúm. (p. 5)

Mas, daí, rodeando como quem não quer, o gato Sossõe principiava a se esfregar em Miguilim, depois deitava perto, se prazia de ser, com aquela ronqueirinha que era a alegria dele, e olhava, olhava, engrossava o ronco, os olhos de um verde **tão menos vazio** — era uma luz dentro de outra, dentro doutra, dentro outra, até não ter fim. (p. 24)

Conforme evidenciam os trechos citados, os intensificadores constituídos por gramemas livres que aparecem no *corpus* são DE-MAIS, MUITO, MAIS, TÃO, BEM, MESMO, MEIO, UM TANTO, UM POUCO, POUQUINHO, QUASE, POUCO e MENOS, admitindo-se algumas combinações tais como MUITO MAIS, MESMO QUASE e TÃO MENOS.

Tais intensificadores respondem por uma isotopia intensiva que percorre todo o texto com a missão precípua de retratar toda uma cosmovisão infantil, de expressar os sentimentos humanos.

Quanto aos intensificadores MAIS e MENOS, adotamos a posição de MALHEIROS-POULET (1983, p. 179), segundo a qual “sont des compratifs de *multo* e *pouco* et même si cela n’apparaît explicitement, ils marquent toujours une comparaison implicite”.

Entendemos que, nos casos anteriormente citados, MAIS, apesar de corresponder a MUITO, possui uma carga intensiva, e até mesmo afetiva, maior, o que de certa forma explica a sua alta frequência na língua oral e familiar, conforme constatamos com os seguintes exemplos: *Que coisa mais bonita! Que sujeito mais antipático!*

O intensificador TÃO é outro gramema livre que merece ser comentado pela sua alta frequência no português coloquial. Para OLIVEIRA (1962, p. 39), TÃO, assim como MAIS, são equivalentes, funcionalmente falando, ao MUITO das frases assertivas.

Alguns intensificadores citados aparecem, redundantemente, ao lado de outros intensificadores, a exemplo de *A febre era mais*

muita (p. 74), para traduzir a idéia de que a febre era altíssima, e de *meio um pouco bobo* (p. 100); ou então reforçados por um intensificador de grau mais elevado, como vimos em *um tanto mais perto* (p. 75) e *tão menos vazio* (p. 24). Em ambos os casos, tanto a redundância quanto o reforço resultam num efeito estilístico ímpar, o que determina o destaque ou a ênfase da base intensificada.

Os gramemas livres vistos anteriormente são todos advérbios intensivos. Além deles há no *corpus* os pronomes indefinidos que funcionam como intensificadores por transferência de sentido:

Sol a sol — de tardinha voltavam, o corpo de Miguilim doía, **todo moído**, torrado. (p. 83)

Era a primeira vez que a mãe falava com ele um assunto **todo sério**. (p. 6)

Reportando-nos agora para os GRAMEMAS SUPRA-SEGMENTAIS como intensificadores, notamos que eles raramente aparecem sós. O mais comum é virem combinados com outros intensificadores.

A título de exemplificação, transcrevemos do *corpus* os seguintes gramemas supra-segmentais:

Como era bonito o pobrezinho do meu filhinho... (p. 80)

Tudo tão caprichado lindo! (p. 31)

Observamos, aqui, uma diferença de entonação em que, no primeiro caso, ela é suspensiva; enquanto, no segundo, é ascendente exclamativa terminal.

Quanto às CONSTRUÇÕES SINTAMGÁTICAS ENFÁTICAS que funcionam como intensificadores, o texto pesquisado oferece exemplos delas por inversão e por repetição:

Como o **pobre do meu filhinho** era bonito... (p. 77)

Mãitina esbarrava, pegava própria terra do chão com os dedos do pé dela, falava coisas **demais de séria**. (p. 49)

Gigão — o **maior, maior**, todo preto: (...). (p. 10)

Não se entendia bem a reza que ela produzia, tudo resmungo; mesmo para falar, **direito, direito** não se compreendia. (p. 20)

Miguilim desentendia de tudo, **tonto, tonto**. (p. 76)

Quem sabe, quem sabe, melhor ficasse **sozinho** — **sozinho** longe deles parecia estar mais perto de todos de uma vez (...). (p. 43)

Trastempo, o bruto vai ficando **mole, mole...** (p. 70)

E com aquele calor a gente necessitava de beber água toda hora, a água da lata era **quente, quente**, não matava direito a sede. (p. 83)

Miguilim, Miguilim, vou ensinar o que agorinha eu sei, demais: é que a gente pode ficar sempre **alegre, alegre**, mesmo com toda coisa ruim que acontece acontecendo. (p. 77)

Miguilim não tinha medo, mas medo **nenhum, nenhum**, não devia de. (p. 47)

(...) nem não se carecia de prato nenhum, nem travessa, **nenhuma** vasilha **nenhuma** — (...). (p. 46)

Que, se rezasse, sem esbarrar, o tempo **todo, todo** tempo, não ouvia nada do que Tio Terêz falasse (...). (p. 57)

Seo Aristeu entrava, **alto, alegre, alto**, falando alto, (...). (p. 43)

Merecem destaque, pelo elevado grau de expressividade, o exemplo da página quarenta e seis, constituído pelo emprego não usual do substantivo duplamente envolvido pelo pronome (**nenhuma** vasilha **nenhuma**); e da página cinqüenta e sete, contendo uma intensificação reforçada por um quiasmo (o tempo **todo, todo** tempo); e o da página quarenta e três, constituído por uma repetição não-contígua intervalada em que a pausa funciona como um reforçador (**alto, alegre, alto**).

Além dos exemplos vistos anteriormente, inserimos aqui a seqüência enfática de adjetivos sinônimos (justo direito) e de adjetivos que, justapostos, sugerem uma fusão da qualidade expressa por ambos (dura entortada, podido miúdo, macio manso). Tais sintagmas expressam a intensificação mediante o estranhamento resultante da associação insólita e/ou mediante a reiteração sêmica:

Nem Deus não pode achar isto **justo direito**, de adoecer meus filhinhos todos um depois do outro, parece que é a gente só quem tem de purgar padecer!?! (p. 96)

Aí, começava a chover, chuva **dura entortada**, de chicote. (p. 61)

O gaturamo, tão **podido miúdo**, azulzinho no sol, tirintintim, com brilhamentos, mel de melhor — maquinazinha de ser de bem-cantar... (p. 18)

Pois porque tudo tinha tornado a se desvirar do avesso, de repente, Mã-

tina estava pondo ele no colo, **macio manso**, e fazendo carinhos, falando carinhos, ele nem esperava por isso, isso nem antes nem depois nunca não tinha acontecido. (p. 32)

Para encerrar o nosso estudo acerca da intensificação de bases adjetivas em *Campo Geral*, vejamos agora os INTENSIFICADORES POR RELAÇÃO encontrados no romance supracitado, os quais aparecem numa frequência baixíssima, se comparados com a alta frequência dos intensificadores por extensão apreciados anteriormente.

No levantamento feito encontramos, predominantemente, a presença de FRASES COMPARATIVAS DE SUPERIORIDADE (PARCIAL ou TOTAL) e de FRASES COMPARATIVAS DE IGUALDADE:

O tesoureiro era um pássaro imponente de bonito, pedrês cor-de-cinza, bem as duas penas compridas da cauda, **pássaro com mais rompante do que os outros**. (p. 14)

A Chica era tão engraçadinha, clara, mariolinha, **muito menor do que Drelina**, (...). (p. 14)

Soluçava de engasgar, **sentia as lágrimas** quentes, **maiores do que os olhos**. (p. 77)

Lobo uivava feio, **mais horroroso mais triste** do que cachorro. (p. 22)

Eu acho que **ele é melhor do que nós...** (...) (p. 76)

Mas, agora, de repente achava que, se sozinho, então — por certo encoberito modo — aí era que **ele era mais sabido de todos**, mais exagerado e medido. (p. 39)

Uma hora ele falou com o Dito — que **Mãe às vezes era a pessoa mais linda de todas**. (p. 65)

Dito, **a gente vai ser sempre amigos, os mais de todos**, você quer? (p. 69)

O que ele tinha pensado, agora, era que **devia copiar de ser igual como o Dito**. (p. 82)

Cansado e **como que assustado**. Sufocado. (p. 79)

Constatamos também aqui o predomínio da amplificação, por razões já apontadas alhures.

No último exemplo, merece destaque a frase comparativa de igualdade com conotação aproximativa: *Cansado e como que assus-*

tado. Para MARTINS (1967, p. 193) tais frases indicam “uma semelhança vaga, imprecisa, uma aproximação da idéia que se quer dar”.

Quanto aos intensificadores constituídos por FRASES CONSECUTIVAS, a pouca frequência deles no *corpus* confirma a tendência de se evitar frases complexas, o que é típico do português coloquial. Outrossim, parece haver uma preferência pela elipse de elementos da frase consecutiva, tais como o intensificador e o conectivo:

Mas o **buriti era tão exato de bonito!** (p. 67)

Dava vergonha no coração da gente o que o pai assim falava. **Que de pobres iam morrer de fome** — não podia vender as filhas e os filhos... (p. 37)

Ficava de cócoras, queria conversar com o Pai, e **dava pena, de tão destruído arruinado que estava.** (p. 84)

O ódio de Miguilim foi tanto, que ele mesmo não sabia o que era, quando pulou no Liovaldo. (p. 89)

A febre era mais alta, **testa do Dito quente que pelava.** (p. 74)

Esse menino o Grivo era pouquinho maior que Miguilim, e meio estranhado, porque era pobre, muito pobre, **quase que nem não tinha roupa, de tão remendada que estava.** (p. 62)

Tão grave, grande, que nem o quis dizer à mãe na presença dos outros, mas insofria por ter de esperar; e, assim que pôde estar com ela só, abraçou-se a seu pescoço e contou-lhe estremecido, aquela revelação. (p. 6)

No primeiro exemplo da relação merece destaque o termo **exato** (valorativo) que aparece em *exato de bonito*, conotando perfeição, completude.

Concluindo, transcrevemos abaixo o único intensificador constituído por uma FRASE PROPORCIONAL que encontramos:

Ele está cada dia mais magrinho... (p. 12)

Pelo exposto, podemos dizer que no texto objeto de nossa análise os procedimentos de intensificação encontrados são constituídos, sobretudo, por lexias simples e por gramemas (presos e livres).

Tal fato pode ser explicado se considerarmos que o texto estudado constitui uma recriação estética da língua falada no sertão mineiro em que se dá preferência pelos mecanismos simples de ex-

pressão em prejuízo dos mecanismos mais complexos e engenhosamente elaborados.

Outrossim, há uma tendência para a amplificação das noções, de acordo com a perspectiva infantil segundo a qual as coisas são quase sempre vistas como maiores do que realmente são, estando a isotopia intensiva resultante da recorrência dos intensificadores a serviço não só dessa cosmovisão como também do extravasamento das emoções.

Isso tudo nos leva a afirmar que o emprego do intensificador no discurso (seja ele oral ou escrito) não é gratuito, não visa apenas servir como ornamento das idéias que se quer transmitir; mas, muito pelo contrário, manifestar uma intenção persuasiva que só a exegese textual pode revelar.

Em *Campo Geral*, podemos adiantar, a intensificação desempenha também o papel de mecanismo revelador do estilo, levando-se em conta a sua natureza enfática e/ou acentuadamente expressiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *A intensificação no português: o intensificador e sua expressão*. Dissertação de mestrado. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1992.

MALHEIROS-POULET, Maria Eugênia. *Les expressions d'intensité en portugais du Brésil: étude sémantico-syntaxique*. These de doctorat. Paris, EH :SS, 1983.

OLIVEIRA, Maria Manuela Moreno de. *Processos de intensificação no português contemporâneo*. Lisboa : Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 1962.

ROSA, João Guimarães. Campo Geral. In: ———. *Manuelzão e Miguelim* (Corpo de Baile). 7. ed. Rio de Janeiro, 1977.

ROSA, Maria Carlota Amaral Paixão. *Formação de nomes aumentativos: estudo da produtividade de alguns sufixos portugueses*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro : UFRJ, 1982.

**A PONTUAÇÃO EXPRESSIVA
NA NARRATIVA DE LYGIA BOJUNGA**

Anete Mariza Torres Di Gregorio (UERJ)

1. O ÂMBITO DO ESTUDO DA PONTUAÇÃO

Sem dúvida, a iniciativa de Nina Catach em organizar uma Mesa Redonda Internacional no Centro Pluridisciplinar de Ivry, na França, em maio de 1978, para discutir a pontuação com diferentes especialistas – historiadores, críticos literários, linguistas, editores e bibliógrafos, tornou-se decisiva para a ampliação das reflexões acerca de o assunto em pauta.

Para Catach, o estudo da pontuação como um objeto estilístico, editorial ou sociológico não é o suficiente. É necessário que os linguistas assumam também esta preocupação. A autora considera a pontuação um campo com fronteiras difíceis de serem demarcadas, pois se limita com os domínios da tipografia, da escritura e da língua.

A partir daí, ao que tudo indica, há duas posturas vigentes para interpretar a questão: uma que considera a pontuação dissociada da fala, dentro do sistema geral da escrita e outra que vê a pontuação concernente a influências da oralidade, ainda que a tenha como elemento do sistema gráfico.

De acordo com a primeira postura, encontramos Nunberg, Tournier e Smith (cf. IN: Rocha, 1994: 98).

Para Nunberg, a pontuação é um subsistema lingüístico, logo, deve ser visto como parte do sistema lato da linguagem escrita.

Tournier afirma que a pontuação está no âmbito da escrita e não da fala, pelo motivo de não serem proferidos seus signos.

Smith situa a pontuação exclusivamente no campo da escrita, considerando que a sua função é demarcar os significados no texto e reproduzir certas convenções da escrita, indispensáveis à sua consistência.

Em consonância com a segunda postura, citamos Halliday e Catach (cf. IN: Rocha, 1994: 98/99).

Halliday vê a pontuação ligada não só com a gramática, como também com a fonologia. Diz-nos que: “se alguém está escrevendo um discurso conectado em inglês, a pontuação pode ser assumida (e é inconscientemente interpretada) *indiferentemente* como marcando unidades gramaticais ou marcando unidades prosódicas”. É, segundo ele, mais uma questão de *estilo*, tornando-se viável, inclusive, uma junção dos dois modos de pontuar.

Para Halliday, a linguagem escrita e a linguagem oral, embora apresentem distinções em vários aspectos, possuem a mesma gramática subjacente e as unidades gramaticais podem estar vinculadas às unidades prosódicas.

Conforme Catach, sintaxe, pausas, entoação e sentido são totalmente indissociáveis, mesmo se nós os diferenciamos para análise.

2. PROPRIEDADES E FUNÇÕES DA PONTUAÇÃO

Como um sistema semiótico que goza de autonomia, o sistema gráfico aproxima-se, embora de modo imperfeito, do sistema fonológico, já que são de natureza diversa. Dessa forma, alguns elementos do sistema gráfico possuem funções distintas, como a pontuação, por exemplo.

Em termos gerais, a pontuação é conceituada tomando-se por base as propriedades e funções que este conjunto de signos avoca. Entretanto, como são várias propriedades e diferentes funções, torna-se complexa uma sistematização lógica da pontuação, sem contar o risco de propostas de definições ambíguas.

A questão fundamental passa a ser, portanto, refletir sobre *qual o estatuto lingüístico dos signos de pontuação*.

2.1 Propriedades

Como os demais signos lingüísticos, os “sinais” de pontuação são formados por um significante (o pontuante) e um significado (o pontuado). Segundo Tournier, o mesmo significante (por exemplo, a maiúscula) pode ter diversos significados – início de frases, nome próprio, valorização etc..

De acordo com Perrot, a propriedade essencial da pontuação é o fato de não ser articulada: “um signo de pontuação é um signo gráfico discreto e sem correspondência fonêmica” (cf. IN: Rocha, 1994:100).

A outra propriedade é que os signos de pontuação são portadores de sentido, o que lhes dá um valor ideográfico, ao inverso dos grafemas. Embora possuam uma significação, isso não denota que a função exclusiva dos signos de pontuação seja a de reproduzir as pausas e a entoação (cf. IN: Rocha, 1994:100).

A terceira propriedade dos signos de pontuação, comum e básica aos signos lingüísticos em geral, é a de atuarem sobre dois eixos: sintagmático e paradigmático, apesar de ser uma sintagmática dos segmentos demarcados (cf. IN: Rocha, 1994:100).

O caráter sintagmático dos signos de pontuação não consiste em um sistema de combinações entre os seus signos a fim de constituírem unidades de nível superior, todavia revela-se na *função delimitadora* em níveis gradativos. Ou seja, funcionam de forma a fixar limites, apresentando-se nas extremidades de seqüências gráficas: membros de frases dentro de frases; frases dentro de parágrafos, parágrafos dentro de textos. Já sua paradigmática mostra-se na viabilidade de o utente poder selecionar um entre diversos signos coexistentes.

Rocha distingue os signos de pontuação em *obrigatórios* (como o ponto final ou a interrogação) e *alternativos*. Estes podem ser substituídos por outros em determinados contextos, principalmente quando marcam efeitos da enunciação (como travessões por parênteses ou por vírgulas). Segundo ele, um dos aspectos mais peculiares da pontuação é *essa grande flutuação ou liberdade no uso de alguns sinais* (grifos do autor), interferindo bastante na habilidade de pontuar. Ela tem a ver não só com o funcionamento paradigmático dos signos de pontuação, mas ainda, de modo acentuado, com a interferência da prosódia da linguagem falada na escrita.

Halliday tece algumas considerações a respeito da variação vista no emprego de alguns sinais de pontuação, notando que, na prática, não há problema no uso das *marcas de status*, como observaremos em 2. 2.

Rocha (1994:102) põe em relevo outro aspecto interessante na pontuação:

... um só signo pode se comportar como uma espécie de “supra-segmento”, capaz de atribuir a uma vasta porção do texto valores e nuances variados: exclamação, interrogação, ironia, ênfase, dúvida, negação total do que vinha sendo dito, insinuação, distanciamento, citação numa citação, discurso direto num discurso indireto ou numa narração, cortes do assunto, mudanças de foco ou sinfonia de muitas vozes.

Logo, na pontuação ocorre o contrário da sintaxe verbal, que prossegue elemento por elemento, linearmente.

Conforme Catach, o ato de pontuar é cercado do mesmo mistério que envolve a linguagem em situação e, consiste, basicamente, em sua função de “colocar em cena”.

Neste sentido, como aponta Rocha (1994:102), pode-se dizer que: “a pontuação nos permite o repouso próprio de todas as linguagens, assim como manifestar na escrita uma verdadeira expressão corporal, revelando ou ocultando nossas intenções”.

2.2 Funções para classificação da pontuação

Dentre as propostas de classificação de maior amplitude e funcionalidade pesquisadas, optamos por especificar a de Halliday (1989) e a de Catach (1980), que enfatizam diversas funções da pontuação, sistematizando-as.

Halliday confere aos signos de pontuação três funções gerais:

A primeira função é marcar *limites ou fronteiras*.

Adverte que a gramática de cada língua está organizada numa hierarquia de unidades de diferentes tamanhos: frases, orações, sintagmas, palavras e morfemas.

A segunda função é marcar “*status*”, ou seja, *indicar sua função discursiva*.

Para Halliday, mais do que sinalizar o término de uma frase, é preciso mostrar sua *função* – se é uma declaração, uma interrogação ou outra coisa.

Assim sendo, é possível opor: o *ponto final*, para declarações; o *ponto de interrogação*, para perguntas; e o *ponto de exclamação*, empregado para várias funções da fala, incluindo comandos, sugestões, ofertas, exclamações, chamados e saudações (cf. IN:Rocha, 1994:106).

Também são símbolos de status as *marcas de citação*, ou *aspas*, que são usadas para atribuir alguma parte do texto a alguém que não o autor, para citar (uma palavra ou frase dita por um personagem da narrativa ou para destacar uma palavra especial, por exemplo). Há dois tipos de aspas: simples e duplas e, conforme Halliday, são os signos de pontuação de emprego mais indefinido.

A terceira função é *marcar relações*, difícil de generalizar, como afirma Halliday. Nela estão incluídos:

a) o *hífen*, que indica um laço através de um espaço (seja um espaço de palavra ou final de linha), sinalizando que duas palavras devem ser consideradas como um conjunto, ou que duas letras estão separadas por uma quebra de linha;

b) o *travessão*, que mostra que o elemento seguinte deve ser tomado como uma oposição ao antecedente;

c) o *parêntese*, que sinaliza que o elemento incluído é um tipo de sub-rotina, um complemento ao aspecto principal da frase ou de um termo dela;

d) o *apóstrofo*, que denota a omissão de uma letra. Por exemplo, para reconhecer uma variante informal (cf. IN: Rocha, 1994:107/108).

Catach entende por signos de pontuação os seguintes elementos gráficos superpostos ao texto: vírgula, ponto-e-vírgula, pontos (final, de exclamação, de interrogação, de suspensão) e os denominados sinais de enunciação (dois-pontos, aspas, travessões, parênteses, colchetes).

Segundo a autora, esses signos têm também três funções gerais:

A primeira delas é a *organização sintática*, a qual cabe a união e separação das partes discursivas, em todos os níveis (junção e

disjunção, inclusão e exclusão, dependência e independência, distinção e hierarquização dos planos do discurso).

A maioria dos pontemas¹ possui uma função separadora e organizadora. É crescente o valor dos sinais essencialmente separadores: vírgula (ou branco); ponto-e-vírgula (ou dois-pontos); ponto (interrogativo, exclamativo, suspensivo, final); branco da alínea etc.

Os sinais de enunciação também constituem um subsistema separador, indicando um afastamento cada vez mais acentuado dos vários planos discursivos. Neste caso, a separação efetua-se entre os locutores ou pontos de vista presentes na situação de comunicação (segmentos intersintáticos): incisos (frase que corta outra, provocando a interrupção do sentido), parênteses, colchetes, dois-pontos, aspas, travessão, alíneas (linha escrita que indica a abertura de um novo parágrafo), utilização de itálico etc. E não, conforme aponta Catach, entre os segmentos da cadeia sintática principal, ou seja, não entre os segmentos intra-sintáticos (cf. IN: Rocha, 1994:108/109).

A outra função dos signos de pontuação é a *correspondência com o oral*, que reproduz a marcação das pausas, do ritmo, da linha melódica, da entoação, daquilo que é denominado de “suprasegmental” (fenômenos não marcados na escrita de outra forma e que constituiriam a “terceira articulação da língua”). É devido a esta função que o efeito dos sinais de pontuação é contínuo, abrangendo toda uma frase ou um segmento de frase.

A terceira função é a *suplementação semântica*, que, em relação à informação alfabética, pode ser ou não redundante. Pode ainda complementar ou suplementar as unidades de primeira articulação, morfemáticas, lexicais ou sintáticas.

São notórios o aumento dos recursos e a variedade ideovisuais da pontuação atual, decorrentes do desenvolvimento e da padronização dos impressos.

¹ PONTEMA: Para Catach, a unidade de duas faces constituída pelo signo material e sua função pode ser chamada de “pontema”. A autora caracteriza o signo de pontuação (pontema) dentro do sistema gráfico, como sendo: “Uma classe particular de grafemas, essencialmente pleremas (puros ideogramas ou os mais plerêmicos dos grafemas), que guardam afinidades com os morfogramas (transcrição dos morfemas), derivados do oral, aos quais se atribuem funções de pausa e de entoação” (cf. IN: Rocha, 1994:103/104).

Catach arrola uma série de elementos pertinentes à pontuação, bem pouco explorados, tais quais: símbolos de elementos não repetidos, substitutos de morfemas, indicando relativas explicativas ou a estruturação dos planos do discurso, contrastando o mais ao menos importante, separando o principal do secundário, o “eu” do “tu” ou “ele”, o tema do rema etc. (cf. IN: Rocha, 1994: 110).

Compete-nos enfatizar que os mesmos sinais podem assumir valores diversos, desempenhando mais de uma função, logo, não há biunivocidade perfeita entre tipo de pontuação e função.

3. PONTUAÇÃO E PAGINAÇÃO

Na ausência de um signo de pontuação, o que resta na página impressa? Parece-nos demasiadamente elementar a resposta a essa pergunta: um branco. Pois este branco, ressalta Catach, já é um signo, o mais primário e fundamental de todos, um “signo em negativo”, como uma fotografia em preto e branco. Segundo a autora, a página escrita registra-se em nosso campo visual por uma série de oposições entre o implícito e o explícito (cf. IN: Rocha, 1994:114).

De fato, uma das dificuldades da linguagem escrita consiste na diferença entre o que se ouve e o que se vê, na exigência da passagem de um meio temporal (o da fala), para um meio espacial.

Rocha (1994:114) aponta que o texto moderno restringe-se à escritura num espaço gráfico que está implícito, mas é necessário considerar que esse espaço não é verbal e sim, visual.

Por essa breve abordagem, podemos ver que os aspectos gráfico-espaciais da pontuação merecem ser focalizados.

Catach esclarece que o espaço gráfico é passível de análise. Para ela, esse espaço compreende unidades de três ordens de grandeza: o nível das palavras, o nível da frase e o nível do texto.

Ao tratar dos aspectos gráfico-espaciais da pontuação, Catach possibilita-nos perceber a concepção que um redator competente ou um editor têm a respeito do assunto.

4. ANÁLISE DA PONTUAÇÃO EM LYGIA BOJUNGA

Se a personagem não largou mais a autora até que esta tecesse uma vida para aquela, situação semelhante experienciamos como leitora: Lygia Bojunga com *Fazendo Ana Paz* chegou tão forte, que não conseguimos desprender-nos de sua obra enquanto não decidimos conhecer melhor o seu estilo. Para tal, realizamos um recorte, dando foco a alguns “signos de pontuação”, que funcionam como marcadores estilísticos de nossa escritora eleita.

Lygia Bojunga usa magistralmente esses recursos expressivos, sem ater-se à rigidez das regras gramaticais, regendo-os de acordo com a emoção que almeja passar-nos a cada momento diante de uma circunstância nova, permitindo-nos quase “ouvir” a sua voz e a de seus personagens, acentuando por intermédio dos *signos de pontuação* a sinestesia existente em sua obra.

A cena que perpassa o livro, que empaca, segundo a autora, o seu processo criativo, a nosso ver, é a que marca o ritmo da narrativa, propiciando em seu ir e vir, na polifonia que a compõe, o arranjo e a distribuição dos papéis dramáticos.

Nela, conforme *Ana Paz*, ouvimos um turbilhão de vozes, somos apresentados ao mesmo tempo à sua mãe, ao seu *pai*, à *Caranca* e explode todo o contexto familiar. Mais do que ouvir, vemos o cenário, sentimos o toque do abraço, o gosto amargo da separação violenta e o fétido cheiro de uma conspiração. O efeito dessas sensações simultâneas é obtido por Lygia Bojunga através da liberdade criadora no emprego dos *signos de pontuação*.

Como vimos, os signos de pontuação têm propriedades. Apesar de não serem articulados, portam sentidos e funcionam em dois eixos: sintagmático e paradigmático. Nesta cena, paradigmaticamente, a autora alterna presença e ausência (positivo e negativo), selecionando, assim, os pontemas. Em sua sintagmática, verificamos a despreocupação com a função delimitadora em níveis gradativos desses signos, pois Lygia Bojunga constrói a cena em um só parágrafo (aliás, deveras extenso), com um minucioso detalhe: excluindo os nomes próprios, apenas a utilização de uma letra maiúscula em seu interior (logo no início, após o primeiro período composto), indicando-nos que o seu objetivo é intensificar o sentido por meio desse procedimento estilístico – um único “sopro” formou-a .

Vejamos:

Só que sempre que eu penso nisso o meu coração sai disparado e a minha mão fica meio suada. É que quando a minha mãe disse a hora que eu nasci o meu pai chegou nervoso dizendo eu tenho que sumir, eu tenho que sumir! e puxou a minha mãe pro quarto, e bateu a porta com força, e desatou a falar cochichado, e eu fui chegando pra porta, mas não dava pra escutar direito, ouvi Rio Grande do Sul, ouvi militar, ouvi sindicato, e ouvi ele dizendo de novo eu tenho que sumir, eu tenho que sumir, e a minha mãe abriu a porta, e passou por mim sem me ver, e correu pro telefone, e o meu pai abriu o armário, e pegou uma sacola, e foi jogando lá pra dentro camisa meia e pijama, e quando eu cheguei perto dele ele me pegou num abraço e disse Ana Paz me promete uma coisa, que é, pai, que é? promete que tu *nunca* vais te esquecer da Carranca, mas pai o que que tá acontecendo? ele me sacudiu e pediu de novo, promete que tu não vais te esquecer da Carranca, Ana Paz! eu prometi e não deu pra dizer mais nada, a campainha tava tocando, e tinha gente dando soco na porta, e a minha mãe veio dizer apavorada eles tão aí! eles tão aí! e o meu pai saiu correndo, e a sacola ficou pra lá, e a minha mãe gritou não sai por aí que eles já cercaram a casa! e tome pancada na porta, e voz de homem gritando, e aí eu comecei a ouvir tiro tiro tiro e a minha mãe gemendo chorado.

Destacamos para analisar, a seguir, alguns fragmentos da citada cena, quanto ao (des)uso da *vírgula*:

1) “... É que quando a minha mãe disse a hora que eu nasci(,) o meu pai chegou nervoso...”

2) “... E quando eu cheguei perto dele(,) ele me pegou num abraço...”

Ora, em relação às convenções da Gramática, separa-se por vírgula quando a oração subordinada temporal é anteposta à principal e se quer pôr em realce (cf. Olívia, p. 72). Mas, para precisar o fluxo de idéias e a vicissitude dos acontecimentos, a autora opta por não empregá-la.

3) “... e puxou a minha mãe pro quarto, e bateu a porta com força, e desatou a falar cochichado, e eu fui chegando pra porta...”

4) “... e a minha mãe abriu a porta, e passou por mim sem me ver, e correu pro telefone, e o meu pai abriu o armário, e pegou uma sacola, e...”

Já no tocante às orações coordenadas aditivas, constituindo o polissíndeto, a escritora usa reiteradamente a vírgula. Esse procedi-

mento é previsto nas instruções gramaticais: “se as orações não forem de pequena extensão ou se houver desejo de pôr em realce, podem ser separadas por vírgula” (cf. Olívia, p. 55).

Ao escolher trabalhar com a figura de sintaxe: polissíndeto, Lygia Bojunga seleciona, no eixo paradigmático dos signos de pontuação, a vírgula em vez do ponto, assegurando a sugestão de movimentos ininterruptos e vertiginosos.

5) “... e foi jogando lá pra dentro camisa(,) meia e pijama...”

No caso de enumeração, a regra é: “usa-se sempre vírgula entre os elementos de uma enumeração. Porém, se o último elemento vier precedido de *e*, não precisa de vírgula” (cf. Olívia, p. 16). Lygia Bojunga rompe com a norma para manter-se fiel à intencionalidade do texto: a velocidade da seqüência das ações/imagens pode ser acelerada com a omissão desta vírgula. Não há sequer o risco de ambigüidade indesejada no contexto.

Limitamo-nos a esses exemplos pertinentes ao (des)uso da vírgula a fim de que outros signos de pontuação possam ser arrolados. A partir de agora, ilustraremos cada signo com um fragmento de partes distintas de *Fazendo Ana Paz*.

Examinemos o emprego de ponto-e-vírgula.

6) “... Eu não te escrevo sonhando; eu não te escrevo dormindo; eu só te escrevo acordada...”

Ao tratar do paralelismo em coordenações e correlações, Garcia (1988:15) recomenda separar por ponto-e-vírgula – “*e até mesmo por ponto-período*” – o “*conglomerado*” do segundo termo de uma correlação com estruturas paralelas.

No exemplo acima, portanto, constatamos a escolha paradigmática de Bojunga pelo ponto-e-vírgula que, ao separar elementos simétricos produz um ritmado encadeamento do período, muito ao gosto da oralidade.

Essas formas de paralelismo são rítmicas, na medida em que as unidades que se alternam delimitam-se, ao mesmo tempo, pelo jogo que estabelecem entre aspectos fônicos, gramaticais e semânticos – jogo frequentemente demarcado na escrita por meio de sinais de pontuação, (CHACON,1996:13).

Observemos em uma única fala de Ana Paz, como a autora joga com os signos de pontuação: ponto de interrogação, ponto e ponto de exclamação.

7) “– Antônio? Antônio. Antônio! Ah, que bonito.”

Esse fragmento possibilita-nos demonstrar a segunda função: marcar “status”, isto é, mais do que sinalizar o final de uma frase, é necessário indicar a função discursiva dos signos de pontuação – se é uma interrogação, uma declaração, uma exclamação ou outra coisa, como foi explanado na parte teórica deste artigo.

Um nome próprio, com diferentes entoações, pode ter múltiplos significados. A autora transmite-nos as alterações de sentidos pelo registro consecutivo dos signos de pontuação que se modificam, gradativamente, tentando marcar a dúvida, a convicção, a perplexidade frente ao encontro do (in)esperado.

Não podemos deixar de assinalar o recurso estilístico explorado por Lygia Bojunga, em vários momentos da narrativa analisada: a utilização de sinais reiterados ou combinados, no esforço de sugerir a intensidade da surpresa e do espanto ou da incerteza, enfim, a pontuação valorizando a afetividade.

Eis alguns exemplos:

8) “– É uma sensação esquisita, eu não gosto, acende essa luz de uma vez!!”

9) “– Acaba?? mas então eu não tô te escrevendo já faz tempo num livro chamado “Eu me chamo Ana Paz?”...”

10) “– Mas se você vai vender a casa, que loucura é essa de botar ela em dia, mamãe?!”

Por último, vamos às reticências.

11) “... eu perguntei pra ele se ele achava que... que eu ainda... ia ter tempo pra...”

12) “– Ana Paz?... Por que você apagou a luz? ... Eu sei que você taí, Ana Paz. Acende a luz, sim? ... Ô, Ana Paz, quer acender essa luz?”

Quanto ao uso das reticências, implícita ou explicitamente,

encontramos pelo menos nos três gramáticos considerados como referentes, hoje – Celso Cunha, Evanildo Bechara e Rocha Lima – uma alusão ao valor estilístico desse signo de pontuação.

Celso Cunha faz algumas observações: “Como os outros sinais melódicos, as **RETICÊNCIAS** têm certo valor pausal, que é mais acentuado quando elas se combinam com outro sinal de pontuação”. Em relação à combinação com o ponto de interrogação (exemplo 12), Cunha indica que as *reticências* prolongam a duração da inflexão interrogativa, adicionando-lhe certos matizes particulares.

Conforme podemos constatar em *Fazendo Ana Paz*, Lygia Bojunga explora a utilização das *reticências*, que percorrem a trajetória de construção da personagem e da obra, intensificando a angústia, o sofrimento, as dificuldades do percurso, as diversas interrupções do processo criador da autora.

Neste momento, aproveitamos para ressaltar que as funções dos signos de pontuação, segundo Catach (já expostas na parte teórica) – a organização sintática, a correspondência com o oral e a suplementação semântica – ocorrem de forma superposta e não, isoladamente.

Logo, consideramos o exemplo 11 digno de demonstrar essa ocorrência. O campo semântico da narrativa acentua-se com o emprego das *reticências*, marcando tanto as interrupções quanto o religar das três etapas da personagem: Ana Paz-menina, Ana Paz-moça e Ana Paz-velha. Aliás, muito mais que isso, as *reticências* sinalizam a possibilidade do corte de sua vida (Ana Paz-velha completa oitenta anos).

Há outros pontos a serem abordados. Todos tão caracterizadores do estilo de Bojunga!! O *hífen*, por exemplo, marcando relações em tantos momentos desta história: Ana Paz-menina (ela-mesma-ali-criança), Ana Paz-moça (Moça-que-se-apaixonou-pelo-Antônio), Ana Paz-velha (pelo amor-de-deus)!!!! Mas, como sabemos, é impossível colocar ponto final em uma análise. Por isso, convidamos você, leitor, a prossegui-la, penetrando no universo ficcional de Lygia Bojunga.

BIBLIOGRAFIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro : Editora Lucerna, 1999.

CHACON, Lourenço. A Pontuação e a Demarcação de Aspectos Rítmicos da Linguagem. IN: *Ritmo da Escrita: uma Organização do Heterogêneo da Linguagem*. Dissertação de Doutorado. São Paulo : UNICAMP, 1996. Revista *D.E.L.T.A.* São Paulo, 1, vol. 13: 1-16, 1997.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

GARCIA, O. M. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1998.

OLÍVIA, M. *Uso da Vírgula: Prática de Português*. Petrópolis : Vozes, v. 6.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1999.

ROCHA, Ílta Lerche Vieira. O Sistema de Pontuação na Escrita Ocidental: uma Retrospectiva. IN: *Aquisição da Pontuação: Usos e Saberes de Crianças na Escrita de Narrativas*. Dissertação de Doutorado. São Paulo : PUC, 1994. Revista *D.E.L.T.A.* São Paulo, 1, vol. 13: 83-117, 1997.

A VOLTA DOS HIERÓGLIFOS

Claudio Cezar Henriques (UERJ, UNESA e ABF)

Os hieróglifos egípcios surgiram por volta do ano 3000 a.C., sendo praticamente contemporâneos da escrita cuneiforme dos sumerianos, habitantes do sul da Mesopotâmia. Somente em 1799, com a descoberta da Pedra Roseta (uma pedra negra de basalto encontrada em Roseta, cidade no Egito), que continha inscrições paralelas em grego e em caracteres hieroglíficos egípcios, foi possível decifrar a escrita egípcia, que era uma mistura de símbolos de três tipos: caracteres figurativos, cópia direta dos objetos (pictogramas); caracteres simbólicos, que exprimiam por vários processos as idéias abstratas (logogramas ou ideogramas); e caracteres fonéticos, que tinham um valor silábico ou alfabético (fonogramas).

Em outros termos, a escrita era baseada em elementos que não lhe davam independência em relação à linguagem falada. Só mais tarde surgiria um sistema que levasse em conta unicamente a linguagem, isto é, que lembrasse ao ouvido os sons significativos das palavras, tomando em geral o som inicial da palavra representada pelo pictograma ou ideograma. Daí se chegou ao alfabetismo e, depois, à decomposição da sílaba em letras, com a representação separada de cada som. Assim, por exemplo, o pictograma semita *taw*, que significava “cruz” e servia como marcador de propriedade, passou a simbolizar o som inicial T de *taw*.

Foram os fenícios, povo comerciante e navegador, freqüentadores do mercado egípcio, que tiveram o mérito de criar, mil anos antes de Cristo, um verdadeiro alfabeto. Do sistema egípcio tiraram eles suas letras. O alfabeto fenício tinha vinte e duas letras, consoantes e semiconsoantes. As consoantes fenícias representavam o esqueleto das palavras, de modo que, para se ler, precisava-se conhecer o sentido da frase. É como se, em português, tivéssemos, por exemplo, a palavra *prc*, que tanto valesse para *porco* como para *perco* ou *parco*. Os nomes destas letras são conhecidos através do hebraico, pois do fenício restam muito poucos vestígios vocabulares: alef, beth, gímel, daleth, hê, vaw, zayin, heth, tet, iod, kaph, lamed, mem, nun, samec, aim, pe, tsade, cof, resh, xine e taw. Aplicando-se este alfabeto a um dos mais antigos registros fenícios, as inscrições no sarcófa-

go do rei Ahira de Biblos, obtém-se a seguinte e assustadora mensagem: “Cuidado! Um desastre espera por você aqui.”

Perto da virada para o terceiro milênio, voltamos a nos deparar com estranhas inscrições. Não aquelas que marcam os muros e as paisagens de quase todas as ruas de nossas cidades, pichações dos vândalos ou logotipos das marcas comerciais multinacionais. As inscrições de que trato estão mais íntimas, visíveis numa folha de papel ou num monitor multimídia.

E-mails e *chats* são, hoje, o espaço de proliferação hieroglífica pós-moderna. Isto porque já não são suficientes as abreviações vocabulares, como **ñ** para **não**, ou **p/** para **para**, ou **tb** para **também**, ou **vc** para **você**, etc., nem a supressão dos acentos ou dos sinais de pontuação. Internautas trocam mensagens inovando a simbologia da comunicação, recorrendo aos botões convencionais do teclado e transformando símbolos gráficos em novos significantes (hieróglifos) para antigos significados (às vezes bastante complexos).

Esta é a maneira usada por um sem número de pessoas, que redigem mensagens eletrônicas pela Internet e trocam correspondência produzindo textos sobre os mais variados assuntos. A tradicional proposta de redação de cartas argumentativas, cobrada até mesmo em exames vestibulares, encontra nesse ambiente um novo espaço, caracterizado por um intercâmbio acelerativo – e até vertiginoso, no caso dos *chats*.

Vejamos, por exemplo, o que se convencionou chamar no meio “internético” de **carinhas** ou **caracteretas** (caracteres + caretas) ou **emoticons** (emotion + icons). Elas devem ser “lidas deitadas”, de modo que, por exemplo, os “:” representem os olhos, o “-” o nariz e o “)” ou o “(” a boca – e assim por diante; as variações são enormes.

:-) Sorriso. Usada para declarar alegria ou felicidade.

;-) “Mentirinha” ou “brincadeirinha”. O “;” representa o piscar de um olho. Usada para dizer que algo não deve ser levado a sério.

:-) Risada ou Gargalhada. Quanto mais se usa o “)” mais engraçado fica.

;-)) Brincadeira com gargalhadas. Usada para dizer que algo

foi uma “gozação”.

: - } ou : } Ironia. O “}” sugere a ponta da língua, uma insinuação de careta.

:(Tristeza. A repetição do “(” enfatiza o grau de tristeza, podendo ser usado no espaço anterior ao dos olhos “:(-”, como que indicando que a tristeza está no cérebro.

:(Aborrecimento. A repetição do “(” enfatiza o grau de aborrecimento.

(: - & Aborrecimento muito grave.

(: - \$ Doença.

%-) Excêntrico. O “%” representa a figura do “maluco beleza”.

: ---- } Mentiroso. A repetição do hífen remete à figura do Pinóquio.

:~(Tristeza com choro. O “~” indica o nariz fungando por causa do choro.

:` (ou :!-(Tristeza com choro. O “`” ou o “!” representam a lágrima.

:') Chorar de felicidade.

:| Indiferença, tédio ou não-entendimento.

: - e Desapontamento.

: - O ou : O ou (@ @) Espanto. O “O” representa a interjeição “oh!”; o “@” significa “olho arregalado” – neste caso, não se lê deitado.

: - > Sarcasmo. Usada para fazer uma observação realmente sarcástica.

> : - > Maldade. O “>” representa os chifres (para mensagens diabólicas).

> : - > Obscenidade. Combinação de piscada de olho com mensagem diabólica.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(:# Arrependimento verbal. Usado para demonstrar que algo não deveria ter sido dito.

[]s ou [[]] Abraços. [] Afastados, significam uma grande abraço.

{ } Abraço apertado.

:* ou :-* Beijo.

:-X Beijinho.

:** Beijo na boca.

} { Beijo estalado.

:*) Cheiro.

OO Alerta. O símbolo representa dois faróis ativados.

:-D Surpreso e feliz. O “D” significa boca aberta.

#:- Surpreso. O “#” representa “cabelos em pé”.

#:-) Feliz e com os cabelos em pé.

:-! Fumante. O “!” representa um cigarro.

:-!!!!!! Fumante inveterado. A repetição do “!” indica o maço inteiro.

:-# Dentes com aparelho, mas também pode significar “segredo”. O “#” representa uma grade ou aparelho para os dentes.

:-9 ou : 9 Gula, desejo. O “9” representa lambe os lábios.

:-p ou : p Careta. O “p” significa mostrar a língua.

:-) 8 > ou :) 8 > Adolescente ou Adulta. O “8” simboliza um sutiã.

8:-) ou 8:) Garotinha. O “8” simboliza um lacinho de fita na cabeça.

8-| ou 8 | Suspense. O “8” representa dois olhos estáticos.

[:-) ou [:-) Walkman. O “[” substitui *headphone*.

<:^) Palhaço. O “<” é o chapéu e o “^” o nariz do palhaço.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

<) Bobagem, idiotice. Usado para dizer que a conversação está muito boba.

(:-) Capacete.

D:-) Mestre-cuca. Usado para dizer que sabe cozinhar. O “D” representa o chapéu do cozinheiro profissional.

:- Identificação masculina.

>- Identificação feminina.

(-: Identificação de canhoto

=3D:-) ou =3D:-) Identificação de *punk*.

+:-) Identificação de padre.

[:] Identificação de robô.

:^) Personalidade forte.

@>---- Rosa. O conjunto indica a haste e a flor.

B-) ou B) ou :-) Óculos. O “B” representa a armação; a repetição dos “:” indica deficiência visual.

O:-) ou O:) Elogio. O “O” representa a auréola de um anjo.

:-)~ Inveja. O “~” depois da boca representa a idéia de babar.

}:^#}) Descrição completa (cabelo espetado, bigode grosso, narigudo e queixo exagerado)

:-<) ou :-{ ou :-#) Descrição de bigode.

:+) Descrição de nariz grande.

:->) Descrição de barba.

5:-) Descrição de topete.

(:-) Descrição de careca.

&:-) Descrição de cabelo enrolado ou despenteado.

@:-) Descrição de cabelo ondulado.

?-) Descrição de olho roxo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- :(=3D) Descrição de dentuço.
- :-") ou :*) Referência a resfriado.
- @:-) Referência ao cérebro.
- %+(Referência a espancado ou acidentado.
- X-) Referência a estrabismo.
- :-)x Referência a gravata borboleta
- /:-) Francês.
- <-] Chinês.
- 8:) Gorila.
- 3:-) Vaca. O “3” representa os chifres.
- :8) Porco. O “8” representa o nariz de um porco.
- {:V Pato. O “V” representa o bico do pato.
- i-) Detetive
- [#*]~ Presente. O conjunto representa um embrulho.
- ~-:] Referência a necessidade de retribuição.
- **:-(Referência a grandes preocupações..
- *-< Ansiedade.
- 0::\ Chuva.

Não deve haver forma mais rápida de se conseguir ficar com torcicolo... E alguém, certamente, já deve até ter lembrado que melhor seria inverter a posição do monitor ou só ler *e-mails* depois de imprimir-los...

Isso, porém, não está em discussão. Usados nas conversações via Internet, tais hieróglifos modernos – seja seu destino passageiro ou duradouro – interferem no uso da língua e reiteram uma questão inerente aos cursos de Letras e ao ensino do idioma: essa geração que, na escola, se mostra arreada ao texto é a mesma que, criativamente (no mínimo), invade os correios eletrônicos com escritas simbólicas enigmáticas?

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nossos alunos são escritores, ao seu jeito inovadores... Utilizam um laboratório de produção textual eletrônica, desenham palavras e constroem mensagens, comunicando-se de modo sofisticado e original. Os professores precisam se atualizar, necessitam acompanhar o que talvez não seja só um modismo.

Assim – quem sabe? – uma **:-(não se transforme em algo que nos deixe :-))) como se tivéssemos recebido um [#*]~.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERLITZ, Charles. *As Línguas do Mundo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1988.

HENRIQUES, Claudio Cezar. A Origem das Letras, de Antenor Nascentes – uma reescrita. *Revista Confluência*. Rio de Janeiro : Liceu Literário Português, 1998.

LEITOR ajuda leitor: <http://www.selecoes.com.br/leitorajudaleitor> – 1998.

STÖRIG, Hans Joachim. *A Aventura das Línguas*. São Paulo : Melhoramentos, 1990.

**A VOZ MÉDIA NO DISCURSO ORAL DO PORTUGUÊS
UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA**

Maria Claudete Lima (UFCE)

RESUMO

Este trabalho, seguindo a abordagem de Givón (1993, 1995), investiga a influência de fatores sintáticos, semânticos e discursivos no uso da voz média, em duas amostras do português padrão e não-padrão falado em Fortaleza, — *Português Oral Culto de Fortaleza* e *A linguagem falada em Fortaleza*, respectivamente. Dentre os fatores analisados, os discursivos foram os que se mostraram mais relevantes. O sujeito da voz média se apresentou predominantemente inanimado, anteposto, paciente, evocado e referido na oração imediatamente anterior. Essas propriedades ressaltam a função da voz média de topicalizar o objeto e manter a coesão textual.

PALAVRAS-CHAVE: voz, voz média, topicalização.

INTRODUÇÃO

Os estudos lingüísticos em bases estruturais e gerativistas não têm conseguido até o momento dar conta da categoria de voz. Camara Jr. (1977, *s.v.voz*), por exemplo, amparado num critério formal, considera como vozes a ativa, a passiva e a reflexivo-medial, mas define mal a voz medial que ora é considerada como um tipo de voz, ao lado da passiva e da ativa, ora é tida como subtipo da passiva (médio-passiva). Também insuficientes são as descrições da lingüística gerativa, como as de Duarte (1983, 1989), por exemplo, que sob o rótulo de "ergatividade", dá tratamento sintático à voz média em português, limitando-se a apontar uma ou outra propriedade dos verbos ergativos em português, sem se deter, especificamente, na voz verbal.

Trabalhos numa linha funcionalista como os de Givón (1993, 1995), Furtado (1991) e outros têm demonstrado que a categoria de voz é muito mais uma categoria sintático-semântico-discursiva que uma categoria morfológica, como nos fazem crer as gramáticas tradicionais. De fato, a diátese verbal, em especial, a voz média, que pouco tem sido abordada, só será apreendida quando se levarem em conta fatores sintáticos, semânticos e discursivos. Diante da impossibilidade de uma abordagem que conjugue a visão funcionalista dos autores citados acima, baseamos-nos notadamente no funcionalismo

de Givón (1993, 1995), para analisar um fenômeno de de-transitivização — a voz média — em situações de uso da língua.

São esses nossos problemas: se um mesmo evento semanticamente transitivo pode assumir diferentes formas: ativa, passiva, média, antipassiva, reflexiva, o que leva o falante a usar uma codificação média? Por outro lado, se médias, impessoais e passivas compartilham funções comuns, o que levaria o falante a usar uma e não outra? E dentre as várias construções de voz média, a escolher uma em detrimento da outra? Em suma, que fatores sintático-semânticos e discursivos podem influenciar no emprego de uma forma de codificação média?

Em busca de resposta a essa questão, examinamos aqui construções de quatro tipos, todas relacionadas a uma ativa correspondente. Para uma ativa do tipo “Maria fechou a porta”, poderíamos ter as seguintes construções médias:

- (1) A porta *fechou*.
- (2) A porta *fechou-se*.
- (3) A porta *ficou fechada*.
- (4) A porta *está fechada*.

O objetivo desse trabalho é verificar, numa pequena amostra do português padrão e do não-padrão falado em Fortaleza, a possível influência de fatores discursivos, sintáticos e semânticos que podem determinar o uso da voz média.

O trabalho acha-se dividido em duas partes. Inicialmente, apresentamos brevemente a proposta de Givón, que nos serviu primariamente de base para a segunda parte. Em seguida, apresentamos a análise dos dados, em que falamos da metodologia e dos resultados encontrados na análise do *corpus*.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1. Transitividade

Segundo Givón (1993), o ponto de referência (o tema) para a descrição da gramática de uma língua é a oração simples, indepen-

dente, declarativa, afirmativa, ativa. As orações complexas — passivas, médias, não-declarativas, dependentes e outras — são consideradas variações do tema. Nesse sentido, podemos afirmar que as construções médias, tais como, “Ele se modificou” são variações do tema subjacente “Algo o modificou”, uma oração ativa transitiva.

A transitividade é apresentada como um fenômeno complexo que envolve traços sintáticos e semânticos. Sintaticamente, uma oração transitiva é aquela que tem um objeto direto. Semanticamente, uma oração transitiva prototípica envolve três fatores semânticos que se referem, por sua vez, às propriedades semânticas do sujeito, do verbo e do objeto. São elas:

- a. *agentividade*: o sujeito de uma oração transitiva prototípica é um agente intencional, controlador, ativo, que é o responsável pelo evento e sua causa saliente;
- b. *afetação*: o objeto de uma oração transitiva prototípica é um paciente concreto, visível, afetado, não-intencional, inativo, não-controlador que registra a mudança de estado do evento e é seu efeito saliente;
- c. *perfectividade*: o verbo codifica um evento limitado, completo que ocorre num tempo real.

A de-transitivização significa um decréscimo em maior ou menor grau dos fatores que definem a transitividade e compreende as seguintes construções:

- a. passiva
- b. impessoal
- c. antipassiva⁸
- d. reflexiva
- e. recíproca
- f. voz média

⁸ Dentre estas, a denominação *antipassiva* é a menos conhecida. Consiste na supressão do argumento *paciente* da oração transitiva prototípica, a exemplo de *Maria comeu apressada; João bebe muito*. Representa o extremo oposto da passiva, em que o argumento suprimido é o *agente*.

Cada uma dessas construções se distingue uma da outra pelo grau de decréscimo nas propriedades da transitividade do qual decorrem as três principais funções do fenômeno de de-transitivização:

1. *demoção do agente*: a demoção do agente pode atender a diferentes motivações. O agente pode ser desconhecido, pode ser predito anafórica ou cataforicamente, pode ser universal ou estereotipado e, ainda, pode simplesmente ser demovido como estratégia para evitar assumir responsabilidade.
2. *promoção de um não-agente*: consiste em, havendo a demoção do agente, outro participante ser interpretado como tópico. Nem toda construção de-transitiva tem essa função. A impessoal, por exemplo, é não-promocional, uma vez que, embora demova o agente, o objeto se conserva como tópico secundário.
3. *estativização do verbo*: nas construções de-transitivas um evento passa a ser codificado como estado resultante. Também não está presente em todas as construções, mas se relaciona às construções promocionais (que envolvem a função (2)).

1.2. A voz média

A voz média é um tipo de construção de-transitiva que atende às três funções: há demoção do agente, promoção do objeto a tópico primário e estativização do verbo.

Givón aponta quatro critérios para inclusão de uma forma na voz média:

- a. o verbo envolvido é inerentemente um verbo transitivo;
- b. o sujeito gramatical é paciente;
- c. não há um agente responsável claramente discernível e nenhuma ação;
- d. enquanto um agente discernível está ausente, a construção não é usada primariamente como um artifício de demoção do agente.

O critério (a) foi respeitado neste trabalho. Todas as formas, quer finitas quer adjetivais, são de verbos inerentemente transitivos, isto é, verbos de ação-processo que normalmente têm dois argumen-

tos, um sujeito agente e um objeto paciente e que, na construção média, passam a verbos de processo ou estado, com um só argumento paciente ou experienciador. O critério (b) é limitado, uma vez que Givón (1993) não utiliza o papel semântico de experienciador, incluído como *dativo*. Achamos por bem especificar esse papel semântico por conta de a maioria dos verbos pronominais essenciais em português⁹ ter relação com esse papel. O critério (c) decorre da impossibilidade de se ter, nas construções prototípicas um agente do evento, e de o verbo ser de *processo* com um único argumento obrigatório, paciente ou experienciador. O critério (d) parece negar uma das funções primordiais da de-transitivização que é justamente a de demissão do agente, mas o próprio Givón (1993) exemplifica com a voz média esse artifício. Desse modo, esse critério deve ser interpretado como uma afirmação de que a voz média, embora também seja um recurso de demissão do agente, não tem essa como sua função primeira. Restam, então, à voz média duas funções básicas: (1) a promoção de um não-agente a tópico e (2) a estativação do verbo, que passa a denotar um estado resultado ou processo.

Givón (1993) estabelece ainda cinco formas de codificação da voz média:

- a. voz média intransitiva: O copo *quebrou*.
- b. passiva adjetivo-lexical: O copo *estava quebrado*
- c. adjetiva potencial: O copo *é quebrável*
- d. média potencial: O copo *quebra* facilmente

Na nossa pesquisa, desprezamos os tipos (c) e (d). O tipo (c) por o considerarmos ligado à modalidade. O tipo (d) por não vê-lo diferenciado dialeticamente do tipo (a). Todavia, acrescentamos mais um: a média pronominal. Também não acatamos a denominação *adjetivo-lexical*, por considerá-la opaca. O que o autor quer dizer com essa denominação? Por que se diferencia de uma *adjetiva potencial*, cuja estrutura (verbo de ligação + predicativo) é semelhante? Prefe-

⁹ Boa parte dos verbos chamados essencialmente pronominais na Gramática Tradicional enquadram-se nos casos de voz média não-prototípica que discutimos acima.

rimos chamá-la simplesmente de *média adjetival*¹⁰.

Considerando o fenômeno de de-transitivização como um *continuum*, em que cada construção de-transitiva representaria um grau de decréscimo da voz transitiva, podemos afirmar que a voz média representa uma forma mais afastada da ativa. Na média prototípica, não só o agente é demovido de sua função de tópico como não pode ser expresso, como ocorre na voz passiva participial. Além disso, o objeto paciente (ou experienciador) assume o papel de tópico, seguindo a hierarquia de Givón (1993): AGENTE > DATIVO > PACIENTE > outros papéis semânticos.

As regras de competição determinam que se há um agente, este será o sujeito; se não, mas há um dativo (em que se inclui o experienciador), o dativo será o sujeito; se nem há agente nem dativo, o paciente passa a sujeito. Na voz média, o agente desaparece completamente, e o verbo passa a ser de processo ou de estado, conforme o grau de estativização. Ou seja, na voz média há o atendimento às três funções de-transitivas. Em alguns casos, no entanto, os limites entre uma construção de-transitiva e outra são tão tênues que se torna difícil decidir se estamos diante de uma média, uma passiva ou uma reflexiva, por exemplo.

2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

2.1. *Corpora*

Nossos dados provêm de amostras de dois *corpora* orais: A Linguagem Falada em Fortaleza – LFF (1996), organizado pelas professoras Maria Elias e Socorro Aragão, e Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT), organizado pelo professor José Lemos Monteiro e disponibilizado na internet, no site

¹⁰ Admitimos aqui, com Pimenta-Bueno (1986) que as formas v+do cuja base é um verbo transitivo direto são adjetivos em contextos diferentes de V—SN e V—Sadj e posteriores a ter/haver, uma vez que têm comportamento adjetival. Entre outros traços adjetivais, admitem concordância de gênero e número e adjunção de-*issimo*, posicionam-se depois do advérbio *bem*, *muito*. Como adjetivos, têm uma leitura + estativa e podem figurar nos contextos posteriores aos verbos *estar*, *ser*, *ficar*. As formas v+do classificadas como participípios não figuram nos contextos posteriores a *estar*, mas apenas após *ser* e *ficar*. Neste último caso, haveria ambigüidade e dificuldade de classificação que só o contexto ajudaria a resolver.

<http://www.geocities.com/Paris/Cathedral/1036>. Totalizaram 8 horas de gravação de 10 informantes, que nos renderam um total de 65 ocorrências, o que já nos revela a pouca produtividade do fenômeno, pelo menos nos limites dessa amostra.

Todos os falantes são de Fortaleza, a maioria filhos de pais fortalezenses. Do *corpus* LFF, cujas gravações de 60 min cada se deram em situações de entrevista (DID- Diálogo entre Informante e Documentador), tomamos 5 informantes, quatro com o nível de escolaridade do 1º grau (240 min). Do registro Elocução Formal – EF do *corpus* PORCUFORT, tomamos 6 informantes (240 min), todos com curso universitário completo.

Cada ocorrência está identificada do seguinte modo: os dois primeiros dígitos referem-se ao informante ou ao inquirido (no caso do PORCUFORT), em seguida vem a página onde está localizada e, após a barra, a linha.

2.2. Metodologia

Com o fim de investigar os fatores que podem influenciar o emprego da voz média no português oral padrão e não-padrão de Fortaleza, analisamos construções médias de três tipos:

a. média intransitiva não-pronominal:

(5) *as coisas aumentava' mas o salário da gente era semestral' tava aumentando* (vt155/76)

b. média intransitiva pronominal:

(6) *tem uma tia dele que mora bem ali, também (+) se acabou-se' num sei* (fv293/4)

c. média adjetiva:

(7) *o suco de laRANja...Nosso... ele fica muito mais barateado...* (17-47/498)

(8) *o circuito de refrigeração... é um conjunto hermeticamente feCHAdo né?* (54-19/58)

Essas três construções têm em comum:

(a) a função de demção do agente/causativo. Em nenhuma

dessas formas, diferentemente da passiva participial, o agente pode ser recuperado. Observe-se a propósito a agramaticabilidade de (9) e (10)

(9) *as coisas *aumentavam por o governo*.

(10) *o suco *fica barateado pelo produtor*.

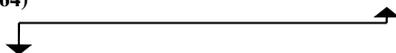
(b) a relação com uma correspondente ativa que expressa o mesmo conteúdo proposicional com o agente expresso.

(11) o salário *aumentava* ⇔ o governo *aumentava o salário*

(c) a transitividade verbal. O verbo é inerentemente transitivo, ou seja, um verbo com dois argumentos que passou a ter um só com a demissão do agente/causativo, impossível de ser expresso nessas construções¹¹.

(d) a promoção do objeto a tópico primário. Observem-se as construções:

(12) a água ela *modifIca...* o o o ri/o o *eh modifica o CURso do rio.../tá certo?* (52-64/264)



(13) o *PRÓprio perCURso do rio... ele se modifica...* (52-64/265)

(e) O papel do sujeito que é paciente ou experienciador.

Esses traços comuns serviram-nos de critérios para a definição das ocorrências, Consideramos as construções que atendem a todos os critérios supramencionados médias prototípicas. Foram incluídas como médias menos prototípicas construções como (14) e (15) abaixo:

(14) *King Kong que ele se apaixonou-se pela moça* (ed422/955)

(15) *ele tava tão apaixonado pela mulher* (ed423/980)

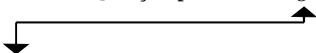
Nesses casos, a demissão do causativo (critério *a*) não se dará sempre pela falta de menção explícita, mas por sua codificação como sintagma preposicionado¹²: "ele se apaixonou [pela moça]¹³". Os

¹¹ No caso da média adjetival, tem essa característica o verbo donde se deriva o adjetivo: *baratear/barateado, fechar/fechado*.

¹² "o agente não-tópico é demovido, tanto por estar ausente ou por ser codificado como objeto preposicional" (Givón, 1993:54)

outros critérios são atendidos por essas construções, embora a passagem da construção ativa (critério c) para a média não se dê exatamente da mesma forma como ocorre com as prototípicas:

(16) A [delicadeza da] moça apaixonou King Kong.¹⁴



(17) King Kong apaixonou-se pela moça

Hipotetizamos que os falantes usam as construções de voz média como recurso para demover o agente ou para topicalizar o resultado de um evento ou o seu objeto. Para testarmos nossa hipótese, fizemos uma análise qualitativa, embora não tenhamos também deixado de fazer algumas observações com base em resultados quantitativos.

Utilizamos 10 grupos de fatores entre sintáticos, semânticos, discursivos, a saber:

1. escolaridade: os falantes se dividem em dois grupos: os que têm curso primário, alguns completo, outros incompleto, e os que têm curso superior completo. Essa variável se justifica pelo fato de se desejar observar a frequência das formas médias no português padrão e não-padrão. Tomamos, então, os dois extremos: falantes moradores da periferia de Fortaleza com apenas o 1º grau, numa situação de entrevista (DID), e falantes cultos, numa situação formal (EF). Os temas das entrevistas giravam em torno de assuntos triviais, tais como, histórias pessoais, situação política, novelas. Os dados do registro EF foram coletados em aulas sobre assuntos diversos: geografia, astronomia, literatura, história.

¹³ O causativo pode deixar de ser mencionado.

¹⁴ Borba (1990:s.v.) define o verbo *apaixonar* como verbo de ação-processo (sujeito agente/causativo) que significa "despertar ou provocar amor intenso" e exemplifica: *Ela apaixonava todos com o seu belo sorriso; A recusa da moça apaixonou ainda mais o rapaz*. Esse verbo passa a verbo de processo, na forma pronominal (sujeito experienciador e complemento apagável *por* + nome) com o sentido de "ser tomado por amor intenso": *Apareceu uma moça que se apaixonou pelo ateu*. Fernandes (1969:s.v.) também registra a forma transitiva do v. *apaixonar-se*, significando "causar paixão a": *Apaixonando as meninas aristocratas e campando de as pôr em rivalidade*.

2. forma de codificação: consideramos as seguintes formas de codificação da voz média em português:

- Intransitiva não-pronominal: “a favela *melhorou*” (fv121/3)
- Intransitiva pronominal: “o rapaz tava dormindo’ *se acordou-se*” (fv132/329)
- Adjetiva: “e a porta tava *fechada*” (fv148/783)

Após uma primeira análise dos dados, separamos as adjetivas em dois tipos: as com o verbo *ficar* e as com o verbo *estar* por razões que serão explicitadas mais adiante, neste trabalho.

3. valor semântico do verbo: consideramos o valor semântico do verbo no contexto em uso. Assim, este grupo apresenta três categorias: *positivo*, *negativo* e *não-se-aplica*. O verbo era considerado positivo quando apresentava idéias agradáveis, como, por exemplo:

(18) “a favela *melhorou*”(fv121/3)

E, naturalmente, negativo quando traduzia idéias desagradáveis, por exemplo:

(19) “ele intoxicou’ ficou *todo intoxicado*” (fv139/512)

O fator não se aplicava quando, mesmo no contexto, era impossível definir se o verbo traduzia idéia agradável ou não, ou quando a carga semântica do verbo tinha valor neutro, como por exemplo:

(20) “o circuito de refrigeração... é um conjunto hermeticamente *fechado*” (54-19/58)

4. Traço semântico do referente sujeito: animado / inanimado. São exemplos:

(21) “o *salário da gente* era semestral’ tava aumentando” (vt155/76)

(22) “*eles* se desesperam querendo alguma coisa” (vt158/167)

5. Tipo semântico de verbo: Chafe (1979) classifica os ver-

bos em *estado*, *processo*, *ação* e *ação-processo*. Borba (1991) se utiliza dessa classificação em seu dicionário. Seguimos essa classificação, adaptando-a à classificação de Givón (1993). Assim, será verbo de processo aquele que descreve um evento em que houve mudança de estado e cujo sujeito é afetado, e verbo de estado aquele que descreve uma situação estável, sem mudança de estado. Os verbos de processo podem aparecer numa construção intransitiva não-pronominal ou numa construção adjetival com o verbo *ficar*:

(23) “e as coisas *umentando*” (vt155/78)

(24) “as carne *fica* muito *enxuta*” (oz451/200)

Os verbos de estado aparecem em construções médias com o verbo *estar* ou na função de adjunto adnominal:

(25) “eu vim aqui no colégio só que *tava* *fechado*” (ed416/783)

(26) “o meu carro tá com o rádio *quebrado*” (oz444/9)

6. Papel semântico do sujeito: o sujeito — ou nome ao qual a forma codificada se refere — pode ser *paciente* ou *experenciador*. Será *paciente*, um participante humano ou não humano que está num estado ou registra uma mudança de estado como resultado de um evento, por exemplo:

(27) “o *PRÓprio* *perCURso* do rio... ele se *modifica*” (52-64/264)

(28) “o *produto* já /tá *estragado*...” (17-48/512)

Será *experenciador* um participante animado que “expressa uma experiência ligada a uma disposição mental, uma sensação, uma emoção, uma cognição.” (Borba, 1991:XXI). Por exemplo:

(29) “*eles* num se *preocupam* com saneamento” (vt160/207)

7. Persistência do tópico: a persistência do tópico¹⁵ está diretamente relacionada à topicalidade. Conta-se o número de vezes que o referente ocorre nas próximas 10 orações seguintes à ocorrência. Um número acima de 2 indica que o referente é tematicamente

¹⁵ Tópico é entendido neste trabalho como o participante de um evento/estado sobre que se fala (Givón, 1993).

importante (Givón, 1995). São exemplos:

- (30) "*ele SEMpre está escraviZado à venda porque quando ele termina aquela jornada de trabalho... que ele quer voltar pra sua terra aí chega o dono da venda diz "olha... o senhor não PODE porque o senhor comprou além da medida... o senhor está devendo ao patrão... /cê vai ter que trabalhar pra pagar"...* e quando *ele* faz hora extra quando *ele* já ele vai fazer paGAR o patrão... e que *ele*... aparentemente o patrão diz "tá certo tudo pago você pode saIR"... *ele* é TO-caiado e MORTo lá adiante..." (56-143) – ALTA PERSISTÊNCIA (> 5)
- (31) "*as coisas aumentava'* mas o salário da gente era semestral' tava aumentando, e agora com esse Plano aí' o sa/ o salário ficou achatado e *as coisa* aumentando, tudo por tudo, por sinal fui fazer uma compra ontem no comércio' *as coisa* já tiveram aumento de oitenta por cento, e antes do Plano Cruzado *ela* ta/ num tava tendo esse aumento todo, quer dizer' que num tem mais (+) num tem sentido, quer dizer' nem pro sujeito viver nem pra estudar, foi um negócio que se tivesse sido mantido dentro do do sistema realmente como tava previsto' ia dar ia dar sentido pra pra melhorar a situação pra muitas pessoas," (vt155/76) – PERSISTÊNCIA MÉDIA (>2)
- (32) "*então na medida que eu aumento a espessura de isolamento... di-miNUI a resistência térmica... de convecção... ENTÃO NOTEM... na medida que eu /tô aumenTANDO minha espessura eu /tô aumenTANDO minha resistência de convec/... de condução... e /tô diminuindo a minha resistência térmica de convecção... COMO que a área se comporta?... né? QUEM É quem::... quem varia mais? um ou outro?... né? e aí que a gente vai entrar hoje ()... seria análise da espessura de isolamento... né? a gente vai analisar como que essa função se compORta... CLARO... o nosso objetivo é:: termos uma:: espessura Ótima de isolamento..." (54-18/24) – BAIXA PERSISTÊNCIA (1)*
- (33) "*quando ele espera o preço suBIR... o produto já /tá estragado... isso aí na sociedade indígena isso num acontece... o índio só produz aquilo que consome... o índio só produz aquilo que consome... – MAS aconteceu que foi fechado... o jornal... dos... bolchevistas... isso é uma repressão de alguns segmentos... CONTRA... os bolchevistas... depois nós tivemos... a dissolução do partido único... gente... é esse o problema... um partido único... nem sempre representa... uma... Unida-de nacional..." (17-48/510) – NÃO-PERSISTÊNCIA*

8. Distância referencial: é outra medida que está relacionada à topicalidade. Consiste em verificar se e onde o referente da ocorrência aparece nas orações anteriores. Observam-se as três orações anteriores à ocorrência. Se o antecedente for encontrado na oração

imediatamente anterior, isto indica maior acessibilidade referencial. Givón (1995:79) observa que referentes altamente tópicos, tais como pronomes e anáforas zero, tendem a ter valor 1, e que sintagmas nominais enfáticos e topicalizados tendem a ter valor 2/3. Ou seja, referentes não-tópicos têm valores entre 2/3 e 3, e referentes tópicos entre 1 e 2/3.

(34) “*ái pedi pra fecharem a porta e a porta tava fechada*”(fv148/783) – valor 1

9. Status informacional do SN: usamos a classificação das informações de Prince (1981): nova, inferível e evocada. *Informação nova* é aquela que nem foi introduzida no discurso nem é inferível. A *informação inferível* é aquela que é inferida com base no conhecimento de mundo e *informação evocada* é aquela que é dada ou textualmente ou situacionalmente. São exemplos:

(35) “*num faço como essas menina que vêem um cantor’ fica apavorada*” (ed419/878) – *informação nova* — o informante não havia falado ainda em “*meninas*”

(36) “*o produto já /tá estragado*” (17-48/512) – *informação inferível* — o informante falava de imposto, de produção e exemplificava com o preço do suco de laranja, deduz-se do contexto que “*produto*” seria o suco, é um caso de hiperonímia.

(37) “*eu nunca vi uma Fortaleza tão abandonada como tá esses últimos anos*” (vt162/276) – *informação evocada* — o assunto era a cidade de Fortaleza, de que o informante já havia falado antes.

10. Posição do SN: anteposto ou posposto ao verbo/adjetivo. Essa variável se justifica para confirmar a topicalização do objeto e seu alçamento à função de sujeito, marcada em português pela anteposição. Said Ali (s/d) chega a afirmar que, em alguns casos, a única diferença entre a voz passiva sintética e a voz média é a posição do nome: “*A janela fechou-se*” (voz média) X “*fechou-se a janela*”(voz passiva). Exemplo:

(38) “*acabou-se a bebida do homem*” (fv484) – posposto

(39) “*a ideologia foi-se implantando*”(17-35/91) – anteposto

2.3. Análise e discussão dos resultados

Analisamos 65 ocorrências de falantes de 1º e 3º grau em situações formais e informais, em 8 horas de gravação. A pouca produtividade do fenômeno pode se dever à limitação da amostra que compreendeu apenas dois registros orais: DID e EF. Pode se dar também à especificidade da construção. A função de evitar assumir responsabilidade, mais comum na média intransitiva e pronominal que na passiva, por exemplo, não pôde ser comprovada. Talvez no registro D2 (Diálogo entre Dois Informantes), em narrativas pessoais, numa conversa informal entre dois amigos, essa função poderia aparecer. Foram esses os nossos resultados:

Tabela 1: Relação entre a forma de codificação e o registro

	Intransitiva n-pronominal		Intransitiva pronominal		adjetiva/ficar		adjetiva / estar		total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
DID	4	30,7	7	31,8	8	61,5	6	35,3	25	38,5
EF	9	69,3	15	68,2	5	38,5	11	64,7	40	61,5
total	13	20	22	33,8	13	20	17	26,2	65	100

Esses dados revelam que, pelo menos nas limitações dessa amostra, o uso de construções médias é mais comum em registro formal, o que está de acordo com a função da voz média de promoção do participante não-agente a tópico do discurso. De fato, nos discursos acadêmicos, fala-se mais de coisas, abstratas ou não, que de pessoas. E como o agente geralmente é humano, é natural que o objeto paciente seja topicalizado em discursos formais. Isso também se comprova pelo alto índice de SN inanimado: 66,2% (43 ocorrências) contra 33,8% de animado (22 ocorrências).

Embora as formas de codificação sejam todas construções de-transitivas médias, cada uma tem características sintáticas, semânticas e discursivas distintas. Senão vejamos.

A média intransitiva não-pronominal denota um evento sem agente, em que o objeto é levado ao papel de tópico primário. O verbo, embora passe da condição de ação-processo à de processo, ainda codifica um evento, mais que o resultado desse evento. Dessa forma, a média intransitiva se presta bem à função de promoção do não-

agente a tópico. A média intransitiva pronominal compartilha com a intransitiva a codificação do evento, mas denota um menor grau de inatividade do sujeito paciente. Quando se diz, por exemplo:

(40) “o rapaz tava dormindo’ se acordou-se” (fv131/311)

o *se* parece indicar uma certa participação do paciente no evento, que não existiria se o falante dissesse: “O rapaz acordou”. Nesta enuncia-se um evento que parece ter-se dado sem causa aparente, por si mesmo, naturalmente, sem agente concebível.¹⁶ Naquela, o evento é menos de-transitivo porque o processo parece passar de um sujeito para um paciente, que se torna ainda mais afetado, mesmo que esse sujeito e esse paciente se confundam num só participante, como no caso das construções reflexivas.¹⁷

Com verbos de processo com sujeito experienciador, o pronome foi regra nos dados:

(41) “*King Kong* que ele se apaixonou-se pela moça” (ed422/955)

O uso ou não do pronome com os verbos de processo com sujeito experienciador pode ser um fenômeno de variação diatópica, como sugere Monteiro (1994:94), embora acabe admitindo que “não sabemos de modo conclusivo se o emprego de clíticos redundantes constitui um fenômeno arbitrário e idiossincrático ou se decorre de motivações sintáticas e/ou semânticas”.

A média adjetival com *ficar* denota o resultado de um evento anterior, enquanto que a média adjetival com *estar* simplesmente descreve um estado, sem nenhuma sugestão nem de algum evento passado nem de um agente responsável. As duas construções adjetivas apresentam, em relação à média intransitiva, um grau maior de estativização do verbo, sendo que a média com *estar* é mais estativa que a outra. Servem, portanto, à função pragmática de enfatizar o resultado de um evento.

Nem todos os verbos admitem as três construções médias. Há verbos que não admitem a forma intransitiva, ou a forma pronominal

¹⁶ Said Ali (s/d:178) já observava que “a voz medial denota atos espontâneos, sem agente ou causa aparente: *a luz apagou-se, a ferida abriu-se.*”

¹⁷ Borba (1991:XIX) observa que o pronome “serve como índice do grau de participação do sujeito naquilo que o verbo indica.”. O autor observa ainda que o pronome pode tornar-se “índice de processividade”.

ou, ainda, a adjetiva:

O verbo *aumentar*, por exemplo, admite apenas a forma intransitiva não-pronominal:

(42) “e as coisas *aumentando*” (vt155/78)

(43) * e as coisas *se aumentando*

(44) * e as coisas *ficaram/estavam aumentadas*

O verbo *modificar* admite a forma intransitiva pronominal e a adjetiva, mas não a intransitiva não-pronominal:

(45) “O Próprio perCURso do rio... ele *se modifica*...” (52-64/264)

(46) O rio *estava/ficou modificado*.

(47) *O próprio percurso do rio... *ele modifica*. (a frase seria considerada da voz ativa e incompleta)

O verbo *estragar* admite as três formas:

(48) “o produto já *lá estragado*...”(17-48/512)

(49) O produto *estragou(-se)*

(50) O produto *ficou/estava estragado*.

Conforme a função básica e a estrutura sintática, podemos agrupar as formas de voz média em dois grupos:

- grupo 1: média intransitiva e pronominal
- grupo 2: média adjetiva com *ficar* e com *estar*

No discurso formal (EF), encontramos 24 ocorrências (60%) de formas do grupo 1. No discurso informal (DID) o índice maior foi de formas do grupo 2 (56%). Esse resultado parece confirmar que as construções do grupo 1 se prestam mais à topicalização do paciente, enquanto que as construções do grupo 2, à ênfase no resultado de eventos. Seria natural que no discurso formal fosse dada ênfase ao objeto, tema das aulas e que, nas respostas às perguntas do entrevistador sobre a vida do informante, a ênfase seja dada ao resultado do evento. Todavia, como nem todo verbo admite escolha quanto à forma de codificação média, não podemos afirmar com segurança até que ponto o maior índice de uma forma num grupo reflete uma dessas funções ou simplesmente uma restrição lexical do verbo.

Um fator sintático que comprova a função de topicalização do participante não-agente é a posição do SN. Nossos dados apresentaram um alto índice de anteposição do SN paciente – 96,9%. Na média, como na passiva participial, mas não na passiva pronominal nem na impessoal, o objeto é promovido a sujeito e tópico da oração.

Outra variável que também comprovou a topicalização do objeto foi o *status* informacional do SN. Em 50 ocorrências (76,9%), o SN era uma informação evocada, na maioria dos casos, textualmente. Aparentemente esse resultado contrasta com os da da variável persistência (catafórica) do tópico, uma vez que tivemos 69,2% de não-persistência e 30,8% de persistência. Na realidade, a construção média, tal como a passiva, segundo os resultados de Furtado (1991) parece não atender à função de manutenção do tópico. Contudo, esse resultado não implica numa baixa importância temática do tópico da construção média, porque não se levantou o número de vezes que o referente foi mencionado anaforicamente. Avaliamos a distância referencial que apresentou alto índice de ocorrências com valor 1 (50,8%), ou seja, o referente do tópico da construção média aparecia explícito na oração anterior contígua, o que ressalta o caráter de tópico do SN da voz média e demonstra que o emprego da voz média parece se relacionar à coesão textual e talvez sirva para fechar uma cadeia tópica. A frequência dos valores de referência anafórica estão na tabela 2.

Tabela 2: Índice de distância referencial

referente na frase anterior (valor 1)		referente na segunda frase anterior (valor 2)		referente na terceira frase (valor 3)		total, com valor entre 1 e 2/3 (tópico)		referente presente na 4ª frase ou não presente nas frases anteriores próximas (valor >3 ou Ø)	
33	50,7%	6	9,2%	7	10,8%	46	70,8%	19	29,2%

O valor semântico do verbo mostrou-se uma variável relevante. Apenas 4 (6,2%) das 65 ocorrências tinham valor positivo. As restantes dividiram-se em valor negativo e valor neutro (não se aplica): 33 ocorrências (50,8%) de valor negativo e 28 ocorrências (43%) de valor neutro ou indefinível. Tal resultado parece se relacionar

onar à função da voz média de evitar assumir responsabilidade, embora na maioria das ocorrências essa função não tenha ficado clara. Parece que a construção média com verbos que denotam idéias negativas ocorra pela tendência natural do ser humano em atribuir fatos negativos a uma causa abstrata, superior, indeterminada. Não haveria, então, um agente discernível, humano, iniciador desse processo negativo. O processo se daria por si só, afetando um objeto. Praticamente todas construções adjetivas (exceto uma com um verbo contextualmente positivo: *congelar os preços*) foram categorizadas como de valor negativo. Essas construções com *ficar* e *estar*, denotando maior estativização do verbo, ressaltam a idéia de processo sem causa externa aparente, sem um agente de evento anterior. Quando o falante diz, por exemplo:

(51) “**fiquei reprovada**” (ed413/687)

está ressaltando um estado, resultado negativo de um processo. É como se o falante concebesse, do evento negativo, apenas o resultado. E esse evento se devesse a alguma causa natural ou a ele próprio. É diferente de dizer:

(52) **fui reprovada.**

Nesse caso, sugere-se um agente humano, responsável. No primeiro caso (com *ficar*) é como se o falante encarasse o resultado do evento como algo natural, talvez provocado por ele próprio, que assume certa responsabilidade pelo fato. É como se dissesse: “Deixei me reprovar”. A construção admite, no máximo, um causativo, não um agente:

(53) **fiquei reprovada por conta da doença de mamãe.**

(54) ***fiquei reprovada pelo professor.**

No segundo caso, embora não se explicito o agente, e a voz passiva participial permite essa omissão, o evento é concebido como tendo um agente responsável externo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos aqui fatores sintáticos, semânticos e discursivos que poderiam influir no emprego da voz média. Desses, os que se mostraram mais relevantes foram os discursivos. A voz média é usa-

da como recurso para topicalizar o objeto e manter a coesão do texto. Nos nossos dados, o objeto era predominantemente inanimado, anteposto, paciente, evocado, referido na oração imediatamente anterior. Todas essas propriedades ressaltam a função de topicalização e de coesão textual da voz média.

Embora não tenhamos feito um levantamento completo, observamos, nos nossos dados, uma maior frequência de formas passivas que de médias. Como nossos resultados sobre a função da voz média se aproximam dos resultados de Furtado (1991) sobre a voz passiva, restar-nos-ia descobrir porque uma seria mais usada do que outra. Uma hipótese plausível seria a de tal fato se dê por a construção média estar mais distante da ativa na escala de de-transitividade. Se é verdade que crianças codificam primeiro orações ativas transitivas e que essas são menos complexas e mais acessíveis cognitivamente, será natural que uma construção que se distancie mais desse modelo seja menos empregada.

Além disso, conforme já observamos, a voz média codifica um evento sem sequer sugerir um agente responsável. A voz passiva, por outro lado, permite que se conceba ou recupere um agente. Assim, a escolha de uma codificação média pode depender de fatores relacionados à variável *valor semântico do verbo*, como recurso para evitar assumir a responsabilidade, ou da intenção de se enfatizar o evento, visto como ocorrendo por si, sem causa externa.

Talvez fosse interessante investigarmos se o agente demovido da voz média se encontra em algum lugar no discurso anterior e/ou posterior à ocorrência da construção média. Seria igualmente interessante se fazer uma coleta das formas passivas participiais usando a mesma amostra e as mesmas variáveis, a fim de verificar se, de fato, as duas têm as mesmas propriedades semântico-discursivas, para então pesquisarmos a influência de outros fatores no emprego de uma em detrimento da outra. Se temos em português construções estruturalmente distintas, categorizadas como médias e como passivas, certamente as duas atendem a pressões discursivas diferentes. Embora acreditando que a voz média tenha relações diacrônicas com outras construções aproximadas, tais como a passiva e a reflexiva, não cremos que seja uma forma sem função. Pesquisas mais aprofundadas sobre o tema poderão lançar luzes sobre essas questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de et SOARES, Maria Elias (org.). *A linguagem falada em Fortaleza: diálogos entre informantes e documentadores – materiais para estudo*. Fortaleza : UFCE, 1996.

BORBA, Francisco da Silva et alii. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. 2 ed. São Paulo : UNESP, 1991.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso *Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. Petrópolis : Vozes, 1977.

CHAFE, Wallace L. *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1979.

DUARTE, Inês Silva. Descrição e estrutura gramatical do português. MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra : Almedina, 1993.

———. Aspectos gramaticais da descrição do português. MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. 3 ed. Lisboa : Caminho, 1989.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de verbos e regimes*. Porto Alegre : Globo, 1969.

FURTADO, Maria Angélica. A passiva no discurso in: VOTRE, Sebastião (org.) *A língua em uso na fala e na escrita*. Rio de Janeiro. (mimeo), 1991.

PIMENTA-BUENO, Mariza do N.S. *As formas [v+do] em português: um estudo de classe de palavras*. D.E.L.T.A., 1086, vol 2, nº 2 (207-229).

GIVÓN, T. *English grammar: a functional-based introduction, vol I e II*, Philadelphia : Benfamins, 1993.

———. *Functionalism and grammar*. Philadelphia : J. Benjamins, 1995.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem in: *Novos horizontes em Lingüística*. Org. John Lyons, São Paulo : Cultrix,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

1976.

MONTEIRO, J. Lemos. *Pronomes pessoais*. Fortaleza : UFCE, 1994.

———. (org.) *O português oral culto de Fortaleza – PORCUFORT*. Disponível em: <http://www.geocities.com/Paris/Cathedral/1036>.

PRINCE, E. Toward a taxonomy of given/nem information. In: P. COLE (ed.). *Radical pragmatics*, New York, 1981.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo : Melhoramentos [s/d].

**ANA MARIA MACHADO: OS EFEITOS EVOCATIVOS
COMO DEFLAGRADORES DE SENTIDOS PECULIARES**

Maria Teresa Gonçalves Pereira (UERJ)

A tonalidade emotiva de muitas palavras se deve às associações que fazem, levando em conta suas origens ou variedades linguísticas. Tais palavras não só passam um significado, mas também nos conduzem a uma época, a um lugar, a um meio social ou cultural.

Stephen Ullmann (1964) assim coloca a questão:

Muitas palavras devem a sua expressividade e o seu efeito emotivo às associações que fazem despertar. Termos peculiares de um determinado meio ou nível de expressão evocarão o seu ambiente usual mesmo que ocorram em contextos totalmente diferentes. Arcaísmos, palavras estrangeiras, termos técnicos, eruditos ou dialetais, vulgarismos e calão, transportarão o leitor ao clima estilístico a que normalmente pertencem.

Como Proust disse uma vez, “todas as palavras têm sobre a nossa imaginação um poder de evocação tão grande como o seu poder de significação estreita”.

Esses valores, conhecidos desde Bally como “efeitos evocativos”, abrangem todo o sistema da linguagem: a pronúncia e a gramática, bem como o vocabulário.

São recursos da língua para valorizar o texto, atribuindo-lhe sentidos peculiares.

PALAVRAS ESTRANGEIRAS

Ullmann sintetiza o assunto:

A função estilística primária de termos estrangeiros é produzir cor local: retratar um personagem ou um ambiente estrangeiro e palavras que lhes sejam peculiares. É artifício simples, mas que deve ser manejado com discrição e moderação.

A palavra estrangeira pode até ser utilizada apenas por seu ar exótico, sem cor local definida.

O que voa é super-homem, o ultraman, foguete interplanetá-

rio, ... Boi 20

Quando se emprega uma palavra estrangeira, sem que haja para isso real necessidade, somente em virtude do seu valor “snob”, por causa do ar de distinção que confere, temos os chamados “efeitos evocativos secundários”.

Minha mãe tinha algumas belas peças de opalina. Tinha uma plafoniê azul...

– Isso você já me explicou outro dia, era uma luminária. Bisa
26

Há tonalidades emotivas desfavoráveis das palavras estrangeiras, em muitos casos sendo distorcidas por xenofobia ou por qualquer outra tendência que pode resultar numa depreciação do significado.

Na sala tinha um tal de bufê ou étager (nem sei se é assim que se escreve, é tudo nome estrangeiro, ... Bisa 23

PALAVRAS EM PROCESSO ARCAIZANTE

Algumas palavras, por significarem coisas antigas ou antiquadas, de outro tempo ou lugar, às vezes, dão a sensação de estarem num processo arcaizante. Não são ainda arcaísmos, apenas se usam muito raramente. Têm uma função decorativa do ambiente, exigida pelo contexto, nunca fazendo parte da linguagem do autor.

As palavras ditas sinônimas podem evocar certas formas de vida e atividade, certos meios sociais.

A criação linguística consiste, principalmente, em utilizar, para novos fins, o material existente. Já que tal material encontra-se arquivado no dicionário, aquele que escreve tem à sua disposição enorme quantidade de vocábulos com idêntico significado. Alguns já morreram (arcaísmos), outros permanecem com pouco uso. Evocam um mundo distante, a imaginação, às vezes, se refugiando nessa atmosfera do passado. Essas ressurreições do vocabulário, pelo seu caráter fortemente evocativo, ajudam a dar a chamada “cor local”.

E de noite, na calma do luar, os rapazes aproveitavam o si-

lêncio para tocar alaúdes, violas e bandolins e fazer lindas serenatas para suas amadas. Pr 16

– Socorro! Acudam! Ladrões! Bandidos! Facínoras! Biltres!

E continuou a gritar uma porção de palavras que a Princesa não conhecia... Hist 10

...eles tinham canhões, mosquetes, arcabuzes, escopetas, uma porção de armas de nomes antigos mas que matavam de maneira bem moderna. Olho 27

...não fica só ferindo que nem essas guerras de espada, lança, funda, arco e flecha, catapulta, besta, pedra, porrete, maça, todas essas armas antigas e inocentes. Pr 45

PALAVRAS ERUDITAS

Há determinados vocábulos que, à primeira vista não têm muito a ver com a linguagem objetiva, clara e coloquial, porém , excepcionalmente bem estruturada – daí os efeitos surpreendentes – de Ana Maria Machado. São termos que, se não se explicam através de dúvidas levantadas pelos próprios personagens a respeito de seus significados, aparecem na narração já decodificados. Pode também ocorrer que, mesmo sem nenhuma explicação, o leitor deduza pelo contexto ou parta em busca de um esclarecimento para a dúvida via dicionário, encaixando-se perfeitamente no contexto pela habilidade e precisão da autora que deles se utiliza naturalmente, ao colocar os leitores de todas as idades diante de um vocabulário cuidado e, por vezes, erudito, sem quaisquer intenções puristas ou posturas artificiais.

Constitui-se até motivo de interesse, instigando a curiosidade, a manipulação dessa palavra desconhecida.

Mamãe disse que essa cor de retrato velho chamava sépia. Bisa 10

Era uma vez um Elfo. Quer dizer, alguém maravilhoso que em vez de morar só na fantasia vem morar também na mata, onde a gente talvez possa ver.

Era um Elfo lindo como um príncipe das histórias e dos sonhos.

Bem pequenino, como costumam ser os Elfos.

Dormia embaixo de um cogumelo ou dentro de uma flor.

Tinha asas finas, leves e transparentes. Elfo 1 e 2

..., ficar junto do samovar tomando chá e escutando histórias do luar e ... Pr 64

... que eu encontrei nos guardados de minha mãe, numa foto velha e mandei fazer uma holografia Delta ... Bisa 45

Okram e Leafar completaram os ritos do código de abertura e a célula fotoelétrica está destravando a cabine. Pr 68

PALAVRAS INDÍGENAS E AFRICANAS

A língua portuguesa, trazida pelos descobridores e colonos lusos, apesar do prestígio que lhe dava uma civilização notável e o poder das armas, já comprovado em encontros memoráveis com os árabes e espanhóis, não conseguiu imediata vantagem sobre a língua geral dos índios – o tupi, nem mais tarde resistiu ao elemento africano, através dos escravos que vieram, mesclando as duas raças já existentes. Então, desses contatos resultaram influências marcantes em nossa língua, notadamente no que tange ao léxico.

Nas obras de Ana Maria Machado podemos também constatar isso, principalmente naquelas em que prepondera o elemento negro e indígena (latino-americano), inclusive).

Vi na areia um buraco de maria-farinha. Ou goroça, como dizia Chico. IQ 40

..., pintada com urucum e jenipapo, enfeitada com penas de arara e periquito, de tucano e japu, de saurá e anambé, que os avós tinham guardado ... T 20

A terra de nossa gente. Tem vários nome diferentes, tem povos diferentes morando nela. Maias, astecas, mejicas, toltecas, incas, chibchas, aruaques, tucanos, tucunas, urubus, camaiurás, xavantes,

cainguangues,... Olho 29

– Como é? Quetzal? – Miguel estranhou o nome esquisito.

– É pássaro sagrado mesmo. Tão brilhante que houve até quem achasse que ele era uma estrela. Olho 30

BRASILEIRISMOS

Para Celso Cunha (1987), dando forma própria às opiniões de vários dicionaristas, o brasileirismo é “típico, próprio, peculiar, característico, privativo da nossa variante idiomática”.

Ana Maria Machado incorpora também ao seu texto os brasileirismos:

São Benedito está no seu altar

Com os seus olhos brilhando

Quem faz errado, quem faz direito,

São Benedito está assuntando ... Lado 46

...Cansada, suada, imunda, com marca de mão suja no pescoço, camiseta toda expandongada, e fui tomar banho. Bisa 19

A mãe de Tipiti já estava chegando com uma trouxinha cheia de beiju. Bem 22

BIBLIOGRAFIA

BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. 3ª ed. Paris : Klincksieck, 1951.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Que é um brasileirismo?*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1987.

MACHADO, Ana Maria. *Bem do seu tamanho*. 7ª ed. Rio de Janeiro : Brasil América, 1985.

———. *Bisa Bia Bisa Bel*. 10ª ed. Rio de Janeiro : Salamandra, 1985.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- . *De olho nas penas*. 6ª ed. Rio de Janeiro : Salamandra, 1984.
- . *Do outro lado tem segredos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.
- . *Era uma vez um tirano*. 5ª ed. Rio de Janeiro : Salamandra, 1982.
- . *História meio ao contrário*. São Paulo : Ática, 1982.
- . *Mandingas da Ilha Quilomba*. Rio de Janeiro : Salamandra, 1984
- . *O canto da praça*. Rio de Janeiro : Salamandra, 1986.
- . *O Elfo e a Sereia*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Salamandra, 1986.
- . *O menino Pedro e seu boi voador*. 4ª ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982.
- MAROUZEAU, J. *Précis de stylistique française*. Paris : Masson, 1969
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à Estilística*. São Paulo : EDUSP, 1989.
- PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. *Recursos lingüístico-expressivos da obra infanto-juvenil de Ana Maria Machado*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro : UFRJ, 1990.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica*. 4ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

**CARACTERÍSTICAS DA LINGUAGEM
DE EUCLIDES DA CUNHA EM “OS SERTÕES**

Maria Lucia Mexias Simon (USS/UVA)

Pretendemos, no presente artigo, abordar a mais famosa obra de Euclides da Cunha, especialmente no que se refere a sua riqueza lexical. Para tanto, a primeira dificuldade com que nos deparamos foi – qual das edições eleger? Dentre as várias edições encontradas no comércio, descartamos algumas, por falha quanto à identificação, havendo-as até do tipo texto resumido ou adaptação. As edições primeiras, ainda em vida do autor, já se tornaram raridades bibliográficas. Assim sendo, fizemos trabalho comparativo entre a 7^a, a 27^a e a 28^a edições da Universidade de Brasília, também numerada 27^a por uma circunstância esclarecida na edição de mesmo número da Livraria Francisco Alves. Entre essas edições manuseadas, há algumas diferenças formais, a saber:

Na 7^a edição, a grafia é a da época (1923), inclusive quanto ao nome do autor (Euclides); não apresenta a nota preliminar do autor; contém as notas do autor sobre a 2^a edição, as quais deverão aparecer nas edições sucessivas com a rubrica notas à 3^a edição; há fotografias, os mapas são policromados; os títulos das seções aparecem em folha à parte.

Na 27^a edição, – Francisco Alves– a grafia também é a da época (1968); aparece a nota preliminar do autor, assim como as notas à 2^a edição, com esse número indicadas; além das notas de rodapé do próprio autor, aparecem notas, numeradas, por Fernando Nery; os títulos das subseções estão inseridos no texto, com partição ligeiramente diversa da edições anteriores; não há mapas nem fotografias, porém desenhos de Aldemir Martins; acompanha-se de notas dos editores e relação de efemérides da Campanha d e Canudos.

Na 27^a edição da Universidade d e Brasília, também se atualizou a grafia para a época (1963); pretende ser, de acordo com anota dos editores, texto reconstituído com base na 3^a edição, pelo Grêmio Euclides da Cunha, de S. José do Rio Pardo, sob a chefia do Sr. Dermal de Camargo Monfré, que também se encarregou das notas do revisor; contém ensaio introdutório de Nelson Werneck Sodré; as notas do autor sobre a 2^a edição vêm somente intituladas notas do autor;

apresenta a nota preliminar do autor, mapas em preto e branco e relação d efemérides; só contém as notas de rodapé do próprio autor.

Na 28ª edição, com estudo introdutório de Walnice Nogueira Galvão, vemos nota explicativa de Teresinha Marinho, onde se mencionam as modificações na parte ortográfica, sobretudo no apontuesamento de palavras estrangeiras e, também, o respeito à pontuação e à sintaxe do autor, mesmo quando discordantes das normas vigentes à época da edição; há mapas policromados e fotografias; os títulos das subseções vêm em folha à parte; contém as notas do autor à 3ª edição, assim como sua nota preliminar; as notas de rodapé seguem a edição anterior da mesma edição anterior da mesma editora; não há relação de efemérides.

Baseamos nosso trabalho na edição da Universidade de Brasília, por ter um aspecto de estudo crítico, uma vez que se reportou a edição antiga. Dessa edição extraímos os exemplos citados, respeitando a grafia, inclusive quanto à acentuação

Euclides da Cunha é o que se chama autor de livro único. Suas outras publicações; *Peru versus Bolívia, Contraste e confrontos, À margem da história*, são coletâneas de artigos de jornais, não guardam unidade. O que seria seu segundo livro – *Um paraíso perdido* – ficou nos esboços, interrompidos em 1909, com a morte do autor.

Ainda mesmo a sua grande obra – *Os sertões* – teve como ponto de partida a publicação de dois artigos, ambos intitulados – *A nossa vendéia* – em O estado de São Paulo, com datas de 1º de março e 17 de julho de 1897. Nesses artigos, Euclides compara a insurreição de Canudos com o movimento contra revolucionário na França, onde um foco de resistência da nobreza opunha-se à República. Pela repercussão que tiveram seus artigos, por sua formação militar, por seus conhecimentos de geografia e de geologia, obtidos na Escola de Engenharia, foi enviado aos sertões baianos como correspondente do grande jornal.

Esteve no cenário de luta de agosto a outubro de 1897. De lá voltou com a “proposta de um Brasil possível de posse, mas ainda não possuído, dependente de uma valorização capaz de absorver e ultrapassar os nossos hábitos de sentir e pensar outros povos” (Herbert Fortes) . Cumprida a missão de correspondente, portando sua

caderneta de campo, instalou-se em S. José do Rio Pardo, dirigindo obra de engenharia, que lhe deu a estabilidade e o lazer necessários à composição do livro que o tornaria famoso.

Não é uma obra fácil em nenhum sentido. Uma das dificuldades que encontram os estudiosos, quando tentam enquadrá-lo em algum gênero literário. José Guilherme Merquior (in Oliveira, 1983) chamou-o saga sertaneja e também romance por usar linguagem literária. Herbert Fortes chamou-o obra de ficção, entre romance e epopéia. Precede de 25 anos o romance-ensaio, gênero abordado por Thomas Mann em *A Montanha mágica*. Ambos são romances de idéias enciclopédicas, gigantescos inventários de uma cultura. Com a distinção que, em *Os sertões* não há lugar para as relações amorosas. As mulheres, em suas páginas, ou são beatas ou são bruxas, “viragos repelentes”. Não se refere às palpitações da carne, não nos fala das palpitações da alma.

Afrânio Coutinho o chamou “obra de ficção, narrativa heróica epopéia em prosa, da família de Guerra e Paz, de Canção de Rolando, cujo antepassado mais ilustre é a *Ilíada*.” Para atender aos requisitos do gênero épico, falta-lhe o herói, já que não celebra os vitoriosos e sim os vencidos. Cada um deles aparece como feixe de fatos, expoente indicador das correntes subalternas das multidões. Cada um deles é um resumo, um compêndio, uma cristalização humana obtida por quatrocentos anos do labutar de uma meia cultura, cheia de enormes falhas, grosserias e incongruências de toda sorte. Sentem-se os “fios invisíveis com que a terra prende o homem e o faz a sua imagem e semelhança” (Sílvio Romero, numa lenta e segura laboração das almas e dos caracteres). Trata-se de uma obra política, com vistas à demografia, à economia, ao remodelamento social. A massa é contemplada como o fato mais simples possível. Daí o autor intitular-se “simples copista”. É testemunha que sobrepõe aos fatos consumados e fisicamente explicáveis, uma tabela de valores. Os fatos de que são partes os referentes à Campanha de Canudos. Em seu relato entrelaçam-se três linguagens: a do classicismo, a da ciência e a espontânea nativa. Resulta, assim, inútil todo o esforço de o encartar em algum sistema, de o reduzir à cópia em carbono de alguma escola.

Euclides da Cunha teve formação científica singular nos mei-

os literários brasileiros. Depois de escolher a Escola de Engenharia, ingressou na escola Militar, do onde foi desligado em conhecido acidente, ao qual o próprio Euclides fez questão de atribuir aspecto político. Com a proclamação da República, voltou em triunfo à Escola Militar, donde sairia definitivamente em 1890. Pelo estudo das Matemáticas – em oposição às Humanidades e às Ciências Jurídicas, praticadas pelas classes dominantes – chegavam aos jovens da época as idéias de Augusto Comte. Se o Positivismo no Brasil não se impôs como mística, permitiu que componentes da classe média, sem romper com os valores a que estavam apegados, pugnassem por reformas, que foram desaguar na Abolição e na República.

Em seus artigos e correspondência, Euclides mostra um itinerário que vai de Comte a Darwin, de Lombroso a Marx. Conhece e respeita Taine, “que pretendeu substituir o sentido de justificação pelo de explicação” (Herbert Fortes). Nega, assim, a Providência, a Liberdade, a pessoa, e parte da coletividade. Está sempre a fazer referência ao corpo ou à raça (que sofre ou vence as condições do meio natural) e aos valores por onde se mede o merecimento do homem e sua capacidade de progresso espiritual. Dentro da história, em sentido restrito, cuidou de fazer ambiente, povoá-lo de atores para, então, desentranhar deles intenções, paixões, reações. “Num século aturdido e revoltado contra a inumanidade do naturalismo sociológico transbordante de denominações insignificantes ou de metáforas apanhadas na mecânica ou na biologia... o papel do historiador há de ser o que há de comum na história propriamente dita, como suplência cultural da memória coletiva” (Herbert Fortes). Para Euclides o missionário transfigurou o sertanejo, os poetas românticos e exultaram, ele quer fazer a ciência prestar seu depoimento. Como Lobato, empenhou-se em criticar o país em que vivia, em julgá-lo por seu atraso e desumanidade. O discurso humano é reduzido a monossílabos. O empobrecimento da fala enquanto agente exteriorizador dos processos mentais não é mais que espelho de miséria orgânica, miséria biológica, criada pelas condições de vida subumana, infra-humana a que as pessoas estão chumbadas. Canudos não seria mais que uma sociedade de retardatários, sob a chefia de um desequilibrado mental.

A obra despertou a atenção desde o lançamento pelo estilo imaginoso, brilhante e pelo assunto, que parecia longínquo, exótico inesperado à grande maioria de um público, mais ou menos ignoran-

te do *assunto*, como o do Rio de Janeiro e, em geral, do Brasil litorâneo. Os leitores, perceberam, do imediato, através da trama das idéias, o vinco de doutrinas sérias acerca do Brasil e o interesse pela genuína população nacional (a grande massa rural e sertaneja) mostrado pela escolha do assunto. Descreve a terra e os costumes. Pinta, com firmeza, os tipos étnicos, os caracteres das coletividades, a alma dos grupos. Dilematizou o futuro do Brasil: ou progredimos ou desaparecemos. A obra socializa o saber pelo seu caráter interdisciplinar, descritivo. Porém descritivo apenas do que é áspero, estranho, agressivo. O pássaro pintado em detalhes em suas páginas a desgraciosa, enfezada *cigana*.

Outros exemplos há, na historia do Brasil, de insurreições messiânicas. Outros autores mostraram em diversas formas o "filho do norte". Mas enquanto José de Alencar e Gonçalves Dias fizeram ficção romântica, Euclides fez psicologia social, com a visão da sua época, mostrando os acontecimentos com terror e fascínio. Acusaram-no do retumbante; ele o foi, pois precisava se fazer ouvir em meio ao vozerio da cidade.

Por ser um trabalho muito vasto a descrição lexical em *Os Sertões*, tomamos aqui, como exemplo, apenas o vocabulário abrangido na seção *A Luta*.

Mas, não pudemos nos abster de observar outros aspectos linguísticos (recursos fônicos, construção sintática, pontuação) já pela riqueza do material considerado, já pelo entrelaçamento das camadas de linguagem, impossíveis de compartimentar sobretudo numa consideração estilística.

Euclides tem o gosto sintético dos esquemas, o sentido binário das antíteses; assinala, como traço de força, as precipitações, os retornos, os saltos, os refreios de sua composição literária. O barroquismo está caracterizado pelo uso de catacrese, oxímoros, tendência para apreensão das imagens em seu momento mais fremente. O emprego dos termos científicos torna a linguagem precisa, concisa e ainda funciona como instrumento avalizador da veracidade histórica dos fatos narrados. Já se disse que a linguagem é literária. Encontram-se aliterações, assonâncias reduplicação vocabular, hipérboles, A pontuação não é ortodoxa. Deparamos com vírgulas separando do verbo o objeto e até, por vezes, o sujeito, quando é longo. É frequen-

te o uso do gerúndio como adjetivo (duração do tempo verbal para qualificar a ação ou o objetivo). O polissíndeto mostra o cuidado em evitar o ritmo longo dos períodos. Usa expletivas para buscar energia; elipse para buscar concisão; para o vigor, o superlativo; provoca o impacto emocional através da antítese continuada; usa a onomatopéia para penetrar na realidade, assim como usa a antropomorfização. O pensamento oscila entre a palavra mágica, lúdica e o pensamento bipolar, o oxímoro, Além do luxo vocabular, é atraído pelo luxo tático. O turbilhão da linguagem é a sua vindita contra a ordem e a disciplina da dicção científica. A expressão de Euclides está constantemente sacudida de um élan, um surto que se reflete abundantemente na adjetivação, na pontuação, nas metáforas, nas interjeições e reticências. Ouviu a língua falada de transmissão oral, mas não desceu a minúcias lingüísticas, com pretensões de fazer escola: apenas ouviu e registrou. Por vezes, entram em liça a língua da nossa história, a língua da literatura portuguesa e as terminologias dos congressos científicos. Cada nome, cada construção, cada idiotismo deve atender prontamente ao ímpeto da idéia, do sentido, da tendência, do instinto. "Em Euclides não é a língua culta que aproveita a língua nativa, mas esta que se incorpora à outra sem que se diga qual a triunfante" (Herbert Fortes). Os seus temas valem pelo que traduzem da vida. ~ uma semântica sem leis. Cada semantema é um mundo. Não são termos de dicionário, mas partes de frase que se organizam numa grande encenação. Depois de Euclides, os termos – sertões, sertanejo, seca, estouro da boiada – passaram a ter uma riqueza de sentidos orgânica, uma função vital.

Em toda a obra quase não há diálogos, só há espaço para *diálogos históricos*, muito escolhidos, encerrados às pressas. Nunca modifica a linguagem dos falantes; impressiona-se com a formação da resposta negativa:

“–Sei não...”

“–Posso não”

Nesse modo do falar, Euclides descobre energia, altivez, laconismo, indiferença. Aí aparecem o idiomatismo, a língua brasileira, a língua do sertanejo. O que a alguns pareceu *ênfase* no seu estilo é, isto sim, um *deslumbramento*. É uma combinação do "vazio vozeante do litoral e do silêncio clamoroso dos sertões". (Herbert Fortes).

Diz-se da literatura brasileira, inclusive a regionalista que sempre esteve marcada, no que se refere às coisas da terra pela indigência nominativa, à exceção de Guimarães Rosa. Euclides é nominativo, porem preferencialmente para o agressivo, o rude, áspero, o que é desolador no sertão ou esmagador na floresta equatorial. Tem o hábito de catar arqueologismos, é atraído pela paleontologia das palavras, pelo gosto em desenterrá-las e colocá-las em circulação, a paixão da palavra rara, da sinonímia, do eufemismo, do termo identificador, da técnica de jogar as palavras, dos giros fraseológicos, dos recursos estilísticos.

Passemos a abordar mais especificamente esses mesmos recursos na seção da obra, intitulada *A Luta*.

Considerando o capítulo em seu conjunto, observamos que a primeira subseção se inicia com os verbos em pretérito: mais que perfeito, para os sucessos de um passado longínquo; perfeito para os sucessos nas vésperas do ato de escritura; imperfeito para entranhar o passado no presente:

Quando se tornou urgente pacificar o sertão de Canudos, O governo da Bania estava a braços com outras insurreições. A cidade de Lençóis fora investida por atrevida malta de facínoras, e as suas incursões alastravam-se pelas Lavras Diamantinas; o povoado Brito Mendes caíra às mãos do outros turbulentos; e em Jequié se cometia toda a sorte de atentados. (p. 171).

A primeira subseção passa a tomar o verbo no tempo presente quando se põe a descrever o Jagunço em suas condições mesológicas.

A segunda subseção – *Causas próximas da luta, Uauá* – usa quase com exclusividade o pretérito perfeito, vez que a forma é a narrativa.

A terceira subseção – *Preparativos da reação. A guerra das caatingas* – retoma o esquema da primeira subseção, no Jogo dos tempos verbais; assume novamente o presente ao mencionar as façanhas do franco-atirador, fazendo nos crer serem essas façanhas habituais.

Por todo o capítulo é freqüente o uso do Gerúndio:

bateram rudemente a região, *estacionando* largo tempo..p.172

novas paragens opulentas, *atraindo-os* para o âmago das terras... p.172

uma outra, *caracterizando-se*, pelo nomadismo desenvolto... p.172

reflui à retaguarda, *fugindo* ante o deserto ameaçador...(p. 191)

os escombros...avultavam, *insulando* o arraial...(p. 194)

O emprego dos sinais de pontuação é peculiar, assim como a partição de frases e até de parágrafos. As frases longas alternam-se com frases curtas, que surgem bruscamente, retomando o, que as antecede, num estilo que Herbert Fortes chamou *stacato*:

o arraial na frente, porém não revelava lutadores a postos. Dormia. (p. 182)

Imaginemos que dentro da arcabouço titânico do vaqueiro estale de súbito a vibratilidade incomparável do bandeirante. Teremos o jagunço. (p. 173)

Usam-se freqüentemente travessões e reticências, realçando essa forma seca, repentina de partir frases, parágrafos e até capítulos.

A adjetivação é abundante, quase sempre prendendo-se à exatidão na descrição física e, muitas vezes, representada por verbos em formas nominais, sobrepondo ao estado a ação que o criou:

...aquela paragem...*opulentada* de *esplêndidas* minas...(p. 171)

...o cerne da nossa nacionalidade *nascente*... (p. 172)

...na frente, *indefinido*,... aquele *maravilhoso* vale...(p. 172)

Quanto ao léxico, a obra de Euclides da Cunha é um capítulo à parte na literatura nacional por, como já foi dito, reunir terminologia científica, brasileirismos e palavras tidas como pertencentes à linguagem literária; palavras raras arcaísmos e neologismos; metáforas, sucessão de sinônimos e até palavras reunidas por seu valor fonético em aliterações e paronomásias. Alguns termos foram esclarecidos pelo próprio autor em notas de rodapé. Para outros, a maioria dos leitores deverá recorrer a dicionários e/ou enciclopédias. Apre-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sentamos alguns exemplos:

Brasileirismos:

... o <u>indumento áspero dos grupiarras</u> ...(p. 171)	– lugar onde há cascalhos diamantíferos;
... <u>formaram ali os mamalucos</u> ...(p. 172)	– descendente de brancos e índios;
... <u>as ruínas das malocas</u> ...(p. 172)	– casa ou habitação rústica de nossos indígenas;
... <u>teremos o jagunço</u> ...(p. 173)	– matuto valentão, capanga;
... <u>com os pequiás atestados de diamantes</u> ...(p. 175)	– espécie de cestinho de taquara;
... <u>a soberania da capangagem impune</u> ...(p. 175)	– guarda costas;
... o <u>cangaceiro da Paraíba e Pernambuco é um produto idêntico</u> ... (p. 175)	– derivado de cangaço, complexo de armas que trazem os malfeteiros;
... a <u>“Parnaíba” de lâmina rija e longa</u> ... (p. 175 – <i>aspas do autor</i>)	– faca longa e estreita;
... <u>um mascate, rengueando ao peso das caixas</u> ...(p. 175)	– renguear = andar mal;
... <u>piores que os “gerais onde ficam várrios”, às vezes os mais atilados pombeiros</u> ...(p. 179 – <i>aspas do autor</i>)	– diz-se do viajante que perde o rumo na uniformidade das chapadas; positivo, camarada; (nota do autor);
... <u>a própria caatinga assume um aspecto novo</u> ...(p. 180)	– vegetação de arvoretas, mato esbranquiçado;
... <u>a paragem clássica das catandivas</u> ... (p. 180 – <i>grifado pelo autor</i>)	– <i>cahiva</i> , mato ruim, de <i>caa</i> = mato + <i>ahiva</i> = mau (nota do autor, citando B. Rohan, Dicionário de vocábulos brasileiros);
... <u>até uma ipueira minúscula</u> ... (p. 180)	– pântano que se forma após as cheias por águas não escoadas;
... <u>cem casas mal feitas e ijupares pobres</u> ... (p. 180)	– espécie de transição entre maloca e aldeia;
... <u>opulenta capital das “terras grandes”</u>	– frase vaga com que os matutos designam o litoral que não conhecem (nota do autor);

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

...(p. 180 – <i>aspas do autor</i>)	
...o <i>curiboca</i> audaz que levava ...a grande cruz de madeira...(p. 183)	– o mesmo que mamaluco;
...os jagunços revolviam os <i>aiós</i> ...(p. 183)	– bolsa de caça;
...vira de perto o arrojo dos <i>matutos</i> ...(p. 184)	– tabaréu, caipira;
...espessos rengues de <i>xiquexiques</i> ...(p. 189)	– planta cactácea das regiões áridas do nordeste;
...os laços <i>corredios</i> dos <i>quipás</i> reptantes...(p. 184)	– planta rasteira e espinhosa;
...acúleos recursos das <i>macambiras</i> ...(p. 190)	– planta da família das bromélias;
...a cada estalido nas <i>macegas</i> ... (p 191)	– capim dos campos secos e crescidos;

À p. 192 aparece uma relação de termos da flora regional: umbu, araticum, curicuri, mari, quixabá, juá, caroá etc.

Palavras raras: (por arcaicas, por demasiado técnicas, ou por criação do autor, com ou sem registro em dicionário)

... o <i>trato</i> de território...(171)	– região, espaço de terra, extensão, prolongamento;
...aquela <i>paragem</i> , <i>malsina</i> -a a própria opulência...(p. 171)	– delata, denuncia;
...aventureiros <i>ferrotoados</i> pelo <i>anelo</i> ...de riquezas... (p. 171)	– não consta;
...esquadrinhando <i>afanosamente</i> ...(p. 171)	– com afã, trabalhosamente;
...afundando os <i>veiros</i> ...(p. 172)	– veio, filão de metal na rocha;
...naquele ponto se abeiravam das <i>lindes</i> de Goiás...(p. 172)	– limite; estrema, marco, padrão;
...as <i>dádivas</i> jazem em <i>cópia</i> ...(p. 174)	– grande quantidade, abundância;
...o <i>clavinoteiro</i> entra ali...(p. 174)	– bandido armado de clavina; (carabina)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

...a arma <u>à</u> <i>bandoleira</i> ...(p. 174)	– segura por uma correia a tiracolo;
...fizera voltar <u>abortícia</u> ...a missão apostólica planeada ... (p. 178)	– nascida por aborto; –o mesmo que planeada;
...os homens <u>ajoujados</u> de mochilas...(p. 179)	– presos por ajoujos; prisão de animais de dois em dois;
... <u>bivacando</u> duas léguas além de Juazeiro...(p. 179)	– bivacar = passar a noite ao ar livre;
... <u>ensarilhadas</u> as armas, a força acantonou...(p. 181)	–ensarilhar = colocar no chão aos grupos; – acantonar = alojar-se, aquartelar;
... <u>inscientes</u> da verdade das coisas...dispartindo espavoridos...(p. 181)	– ignorante, que não é sabedor; – (não consta);
...os <u>flagícios</u> das secas... (p. 182)	– crime, ação infame, delito grave;
...os <u>vedetas</u> estremunhando...(p. 182)	– guarita de sentinela, guarda avançada;
...um companheiro <u>espostejado</u> a faca...(p. 182)	– cortado em postas;
...um alferes <u>serôdiamente</u> espertado...(p. 183)	– serôdio = tardio, que veio fora do tempo;
...o jagunço <u>solerte</u> e bravo...(p. 188)	– habilidoso, astucioso, finório;
...abrem-se em trilhas <u>multívias</u> ...(p. 188)	– que tem ou apresenta muitos caminhos;
...a bala passa <u>rechinante</u> ...(p. 189)	– rechinar = ranger, produzir um som áspero;
... <u>acúleos</u> recursos das <u>macambiras</u> ...(p. 190)	– excreção dura e aguda, espinho;
...golpeados de <u>gilvazes</u> ...(p. 190)	– golpe no rosto, cicatriz resultante de golpe no rosto;
...o sertão <u>estua</u> nos <u>bochornos</u> dos <u>estios</u> ...(p. 190)	– deságua; – vento quente, atmosfera abafada; – verão;

Metáforas:

...o governo da Bahia estava a braços com outras insurreições...(p. 171)

...aventureiros ferrotoados pelo anelo de espantosa riqueza...(p. 171)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

...quando se *desvendaram as lavras* do Rio das Contas...(p. 172)

...uma *ociosidade singular sulcada* de tropelias...(p. 172)

...a *situação surgia a talho* para a desafronta...(p. 176)

...bater os *insurretos ... e apertá-los* ao cabo... (p. 187)

...*soberania apisoada* pelos turbulentos impunes...(p. 187)

Antíteses:

...móveis mais *insignificantes* para sucessos tão *graves*...(p. 177)

...pela noite *dentro*, dispartindo espavoridos, descampados em *fora*...(p. 181)

...uma fórmula paradoxal – *dividir* para *fortalecer*...(p. 187)

...o exército sente na própria *força* a própria *fraqueza*...(p. 191)

...o minotauro *impotente* e *possante*...(p. 191)

Reiteraões:

... aquela paragem ...*opulentada* de esplêndidas minas, malsina-a a própria *opulência*...(p. 171)

...*marcos, demarcando-lhe* a passagem...(p. 177)

...o jagunço, *saqueador* de cidades, sucedeu ao garimpeiro, *saqueador* da terra...(p. 171)

Recursos fônicos:

...espavorindo a *ferro* e *fogo* o selvagem e *fundando* povoados...(p. 172)

...o mais frágil “positivo” pode atravessar, *inerme* e *independe*...(p. 174)

...tudo denuncia que o *distrato* foi *adrede* feito ... (p. 176)

...pela noite *dentro*, *dispartindo* *espavoridos*, *descampados* em fora... (p. 181)

...*impotentes* *estapeiam*, *imprecando*, o *desapontamento* e a *raiva*... (p. 190)

...o sertão *estua* nos *bochornos* dos *estios*... (p. 190)

Da palavra *Canudos* dá-nos, ainda, ciência Paulo Dantas, explicando-a como termo do geologia – estrato truncado – e relacionando esse truncamento geológico ao truncamento psicológico abordado na obra.

Trabalhar todo o vocabulário característico em *Os Sertões* seria quase copiar o livro inteiro. Escolhemos, aqui, somente alguns exemplos. As definições apresentadas foram extraídas do dicionário Caldas Aulete, à exceção daquelas fornecidas pelo próprio autor.

CONCLUSÃO

Euclides da Cunha foi um homem do seu tempo. A ciência do seu tempo era racista. Daí seu erro de considerar inferior gente que só era social e economicamente inferiorizada. Passa por cima de todo o legado cultural que o índio nos deixou, não diz uma palavra sobre o etnocídio praticado pelos colonizadores. Demorou-se mais no negro, não o vendo como escravo e sim como agente de degradação antropológica. Não considerou a obra sinistra de três séculos de escravidão, espoliando e assassinando o negro. Imbuído de antropogeografia, de psiquiatria social, ficou nas concausas da tragédia de *Canudos*, cego para suas causas econômicas.

Canudo e os *canudenses* não entregaram a chave de sua decifração aos métodos utilizados pelo autor que o levaram às grandes simplificações teóricas, subterrâneas à enorme complexidade estrutural e estilística da obra. Feito o balanço, resta-nos o depoimento exaustivo, o testemunho concludente e honesto. Foi o drama de uma gente cuja culpa baseava-se num regime feudal¹ a que estava ligada há séculos. Foi uma rebelião camponesa, uma luta de classes de oprimidos contra opressores. Os opressores, entretanto, não eram

aqueles soldados que arrasaram o formidável reduto.

E foi, na significação integral da palavra, um crime.

Denunciêmo-lo. (p.4)

BIBLIOGRAFIA

COUTINHO Afrânio do Santos. *Euclides, Capistrano e Araripe*. Rio : Ediouro, 1967.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio: Francisco Alves, 1923. Brasília : UnB, 1963.

———. ———. Rio : Francisco Alves, 1968.

———. ———. ———, 1979.

DANTAS, Paulo. *Os sertões de Euclides e outros sertões*. S. Paulo : Conselho Estadual de Cultura, [s/d].

FORTES, Herbert Parentes. *Euclides, a espada e a letra*. Rio : Paz e Terra, 1983.

PINTO, Pedro A. *Brasileirismos e supostos brasileirismos*. Rio : Tip. S. Benedito, 1931.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio : J. Olympio, 1960.

CONCEPTUALIZAÇÃO, INTERDISCURSIVIDADE,
ARQUITEXTO, ARQUIDISCURSO

Cidmar Teodoro Pais (USP)

0. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa estudou, numa abordagem multidisciplinar, aspectos dos processos de *cognição* e das relações de *significação*, enquanto fenômenos conceptuais e metalingüísticos, conjunto de procedimentos determinantes de intertextualidade, interdiscursividade, transcodificação, face às articulações postuláveis entre semântica cognitiva, semântica de língua e de discurso, sociossemiótica, semiótica das culturas. Utilizaram-se modelos teóricos relativos ao percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação, às transformações/conversões entre as unidades correspondentes aos distintos patamares de produção discursiva: da *percepção* à *conceptualização*, entre uma vivência e sua apreensão, segundo pregnâncias socioculturais, escolhas coletivas de traços semântico-conceptuais; a *conceptualização*, construção do *conceptus lato sensu*, ‘modelo mental’, e de seus componentes, o *conceptus stricto sensu*, subconjunto dos traços semântico-conceptuais ‘universais’, o *metametaconceptus*, subconjunto de atributos culturais, ideológicos, o *metametaconceptus*, subconjunto dos traços modalizadores, manipulatórios, o *arquiconceptus*, intersecção multilingüística e transcultural, em função das pregnâncias, e a articulação de uma tensão dialética entre o *conceptus* e o correspondente recorte cultural, *designatum*; a *denominação*, que estabelece relação entre ‘modelo mental’, do metassistema conceptual, e unidades lexicais, do sistema e das normas discursivas; a *designação*, que instaura relação entre unidade lexical e *designatum*; a *referência*, que engendra relação entre a *função semiótica* e os ‘*objetos no mundo*’. Examinaram-se estruturas de redes léxico-semântico-conceptuais, referenciais, pragmáticas, da *cognição* à *semiose*; e relações entre processos discursivos – que contêm necessariamente suas enunciações de codificação e de decodificação – e entre textos-enunciados, que conduziram à proposição de dois ‘modelos mentais’ transfrásticos, o *arquidiscorso* e o *arquitexto*, como também à proposição de ‘*isotopias*’ *conceptuais*. Verificou-se que relações de *significação*, no plano lingüístico/semiótico, pressupõem transformações na rede de ‘modelos mentais’, no nível conceptual,

semântico-cognitivo, e no nível interdiscursivo; verificaram-se, ainda, processos de produção e reconhecimento daquelas '*isotopias conceptuais*'. Formalizaram-se relações entre *conceptus*, entre estes e sememas lingüísticos frásticos e transfrásticos co-ocorrentes, *designata* e referências, que provocam uma *releitura*, um reordenamento *léxico-semântico-conceptual*. Concluiu-se que o *arquidiscorso*, 'modelo mental' transfrástico, resulta da neutralização das especificidades de vários discursos manifestados, mantidos o *processo de produção discursiva, de enunciação*, as '*isotopias conceptuais*', que constituem sua intersecção não-vazia; o *arquitrato*, 'modelo mental' transfrástico, decorre, igualmente, da neutralização das especificidades de vários textos-enunciados, mantidos *conceptus* e recortes culturais subjacentes, *sistemas de valores* sustentados em semântica profunda, *isotopias semânticas* determinadas por '*isotopias conceptuais*', que constituem sua intersecção não-vazia. Concluiu-se, também, que o sujeito semiótico enunciador/enunciatório do discurso possui uma competência lingüística, semiótica, sociocultural e um 'saber sobre o mundo', resultantes dos discursos anteriores por ele codificados ou decodificados, ou seja, do seu processo histórico individual e/ou coletivo. Detém, ainda que de forma intuitiva, experiência e conhecimento que lhe permitem reconhecer em cada processo discursivo e nos seus textos, o(s) universo(s) de discurso, o *arquidiscorso*, o *arquitrato*, estabelecer relações interdiscursivas e intertextuais, assim como as '*isotopias conceptuais*' que dão significado ao discurso e ao texto em causa.. O *arquidiscorso* caracteriza-se como 'modelo mental' e intersecção entre processos discursivos; o *arquitrato*, como 'modelo mental' e intersecção entre textos-enunciados, intersecções *variáveis*, segundo as diferentes culturas, sociedades, normas regionais, de classe social, de grupo profissional. *Arquidiscorso* e *arquitrato* constituem modelos e parâmetros que asseguram, respectivamente, a produtividade discursiva e a intelecção/interpretação de textos. Explicam-se, assim, processos de significação, metalinguagem, rediscorso, *reelaboração do mundo semioticamente construído*, do *imaginário coletivo*, do *saber compartilhado sobre o mundo*.

1. CONCEPTUALIZAÇÃO E SEMIOSE
NO ÂMBITO DO PERCURSO GERATIVO DA ENUNCIÇÃO

O processo de produção do conhecimento, articulado ao da produção da significação, como função semiótica, ou, noutras palavras, as relações entre *episteme*, como projeção do homem sobre os 'objetos do mundo', na concepção aristotélica, como construção do 'saber sobre o mundo', e *semiose*, enquanto produção da significação, ou seja, das *designationes* que manifestam os *designata*, recortes culturais, nas diferentes semióticas-objeto, verbais, não-verbais e sincréticas, podem ser mais satisfatoriamente explicados, quando examinados no quadro do percurso gerativo da enunciação. Nosso modelo de percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação, compreende os patamares da *percepção*, da *conceptualização*, da *semiologização*, da *lexemização*, da *atualização*, da *semiose*, quanto ao *fazer persuasivo*, do sujeito enunciador; os do *reconhecimento* da semiótica-objeto, da *ressemiotização*, da *ressemiologização* e da *reconceptualização*, quanto ao *fazer interpretativo*, do sujeito enunciatário; e as transformações que entre eles se realizam (PAIS, 1993, 1997, 1998).

Tornou-se necessário examinar a estruturação das unidades correspondentes a cada patamar do percurso e suas relações: a questão das *latências*, *saliências*, *pregnâncias* (Pottier, 1992: 72); a construção do protótipo (DUBOIS, 1990: 29-100) e do *conceptus* (Rastier, 1991: 73-114), 'modelo mental', sua relação com o recorte cultural, na *conceptualização*; a relação de *denominação*, entre 'modelo mental', do metassistema conceptual, e unidade 'lexical', de sistema e normas discursivas; a relação de *designação*, entre unidade 'lexical' e recorte cultural; a *referência*, relação entre funções semióticas intra-sígnicas manifestadas e recortes culturais, 'objetos do mundo', tomados no texto. Nesse percurso, entendem-se as latências como os atributos semânticos possíveis dos 'objetos' e 'processos' da semiótica natural; as saliências, como os atributos que se destacam, na estrutura, funcionamento e hierarquia dos 'fatos naturais'. As pregnâncias, por sua vez, constituem o resultado da atividade do homem, das escolhas que faz nas diferentes maneiras de apreensão daqueles 'fatos'. Assim, o protótipo constitui núcleo noêmico, núcleo sêmico conceptual. A ele podem corresponder um ou vários *conceptus* que o contêm, numa relação de inclusão. O *conceptus*, ou 'modelo mental',

constitui, dessa maneira, um conjunto noêmico expandido, conjunto sêmico conceptual, resultante de uma *escolha* do sujeito individual e/ou coletivo. Articulam-se dialeticamente os *conceptus* e os recortes culturais, ou *designata*, que funcionam como 'referentes' ou, mais precisamente, como 'objetos do mundo' semioticamente construído de uma cultura e sociedade.

Por outro lado, esse 'modelo mental', mais precisamente, o *conceptus lato sensu*, no nível semântico cognitivo, tem uma estrutura complexa. Compreende: a) o *conceptus stricto sensu*, subconjunto dos traços semântico-conceptuais 'biológicos' ou 'universais; b) o *metaconceptus*, subconjunto dos atributos culturais, ideológicos; c) o *metametaconceptus*, subconjunto dos traços modalizadores, manipulatórios; d) o *arquiconceptus*, subconjunto-intersecção, que autoriza as transcódificações multilíngües e trans-culturais (BARBOSA, 2000). Esquemáticamente, temos:

Classes de Noemas/ <i>conceptus</i>	Caracterização semântico -conceptual	Natureza
Noemas 'universais'	Universais semânticos hiperprofundos	Mecanismos básicos cognição
<i>Conceptus</i>	Atributos semântico- conceptuais culturais	Pregnâncias / escolhas
<i>Metaconceptus</i>	Atributos culturais ideológicos	Pregnâncias / ideologia
<i>Metametaconceptus</i>	Atributos modalizadores manipulatórios	Pregnâncias/ideologia
Arquiconceptus	Atributos multiculturais, multilíngüísticos	Intersecção conceptual

Figura 1: Classes noemáticas e conceptuais

Tomando por base nosso modelo anterior, construímos um novo modelo teórico que procura dar conta da produtividade sistêmica e discursiva, da produção, reiteração, transformação dos recortes e das significações que os manifestam em discurso, da modificação da competência, decorrente da produtividade discursiva, ao longo do processo histórico, numa dinâmica configuradora de *processo semiótico*. Explica-se, assim, o processo de produção do discurso, a partir do sistema – a competência autoriza o desempenho -; a produção, reiteração, transformação dos recortes e das significações que os manifestam em discurso; a produção de novo estágio do sistema, modificação da competência, decorrente da produtividade discursiva, ao

longo do processo histórico da sociedade, em seu todo, como em cada um de seus membros, numa relação dialética.

Essa produção, reiniciada e reiterada em cada enunciação, conduz à (re)constituição de um metassistema conceptual – ‘léxico’ e ‘sintaxe’ -, disponível para atualização em qualquer semiótica-objeto de determinada comunidade, caracterizando-se como uma pancronia (funcionamento e mudança). Articulam-se dialeticamente *conceptus* e recortes culturais, ou *designata*, que funcionam como ‘referentes’, como ‘objetos do mundo’ *semioticamente construído* da cultura e da sociedade envolvidas.

Importa salientar nesse modelo, pois, de forma mais minuciosa, alguns aspectos das relações entre o *fazer do sujeito da cognição* e o *fazer do sujeito da semiose*.

Em cada processo discursivo, desenvolve-se o *fazer persuasivo* do sujeito enunciator do discurso, através dos patamares da percepção, da conceptualização, da semiologização, da lexemização, da atualização, da semiose. Verifica-se que, na enunciação de codificação e a partir da percepção biológica – culturalmente filtrada em função dos comportamentos e condicionamentos adquiridos, ou, noutras termos, do ‘aprendizado’ de uma comunidade – dos dados da experiência, desencadeia-se no patamar da conceptualização, a produção de modelos mentais – *conceptus* – e recortes culturais – *designata* -, que leva em conta a prévia detecção e escolha de atributos semânticos conceptuais, das pregnâncias dos ‘objetos’, dos processos e atributos da semiótica natural e sociocultural.

Essa produção, sempre reiniciada e reiterada em cada enunciação, conduz, por geração, acumulação e transformação, à construção de um ‘léxico’ conceptual – protótipos e *conceptus* – e de uma ‘sintaxe’ conceptual, ou, noutras palavras, de um metassistema conceptual disponível para atualização em qualquer semiótica-objeto de determinada cultura e sociedade.

Dessa forma, comporta-se o metassistema conceptual como sistema de matrizes sígnicas – dialeticamente articuladas aos recortes culturais, como vimos – da produção de funções semióticas e metasemióticas *lato sensu*.

Segue-se à conceptualização, já examinada, a semiologiza-

ção, enquanto processo de conversão dos atributos dos conjuntos noêmicos em atributos semânticos pré-semióticos, trans-semióticos, e de (re)ordenamento de campos semânticos, os *tópoi*.

A semiotização configura-se como outro nível que depende da *escolha* – consciente ou não – da semiótica-objeto – verbal (uma língua natural), não-verbal ou sincrética -, inserida na *macrossemi-ótica* de uma cultura.

Compreende a semiotização o nível da lexemização, entendida, por sua vez, como processo de conversão dos *conceptus*, das matrizes noêmicas, em funções semióticas (grandezas signos) de uma semiótica-objeto e/ou em funções metasemióticas dessas grandezas, ou seja, da geração e/ou transformação de *designationes*, relacionadas a determinado *conceptus* e seu correspondente *designatum*.

Nas línguas naturais e seus discurso, por exemplo, importa distinguir, na etapa da atualização, o nível do sistema e o das normas. No sistema, caracterizam-se as unidades lexicais, enquanto *designationes*, por um *semema polissêmico*, denominado *sobressemema*. Sofre esse semema uma *restrição sêmica*, quando de sua inserção numa norma, no plano diatópico e/ou diastrático e, sobretudo, num universo de discurso. Desse modo, a um sobressemema, ao nível do sistema, correspondem vários *sememas* específicos, caracterizadores de *normas discursivas*.

2. INTERTEXTUALIDADE, INTERDISCURSIVIDADE, TRANSCODIFICAÇÃO, ARQUIDISCURSO, ARQUITEXTO

Nessa perspectiva, a produção, acumulação e transformação do saber sobre o 'mundo' somente ocorrem no processo de enunciação do discurso, concomitante e indissociavelmente da produção, armazenagem, e recuperação, durante o percurso gerativo, da significação e da informação semioticamente construída. Esse percurso sustenta-se, pois, dentre outros aspectos, num *contrato de cooperação* entre sujeito enunciatório – sujeito da enunciação de codificação – e sujeito enunciatário – sujeito da enunciação de decodificação -, sem o qual não são viáveis a produção cognitiva e a produção de significação, concomitantes e articuladas.

A combinatória particular das unidades no enunciado de determinado discurso manifestado, em função das relações *intratextuais*, *intertextuais*, *intradiscursivas*, *interdiscursivas*, conduz, dialeticamente a uma ampliação do *epissemema* dessas unidades, nesse discurso, de que resulta o processo da semiose, do ponto de vista do sujeito enunciatário, com a produção de significação e informação novas, específicas do discurso em causa e dotadas de valor de comunicação. Verifica-se, na verdade, que as mesmas relações entre sistema, normas e discurso manifestado ocorrem nas semióticas não-verbais e sincréticas, *mutatis mutandis*.

Em síntese, cumpre distinguir diferentes relações. A *conceitualização* estabelece o percurso entre a percepção e a construção do ‘modelo mental’, *conceptus*, dialeticamente articulado a um recorte cultural; a *denominação* configura a etapa pela qual um *conceptus* é lexemizado, ou, se preferirmos, é convertido em ‘lexema’ de determinada semiótica-objeto, estabelecendo-se a relação *conceptus-denominação*; a designação define a relação entre a função semiótica e/ou metassemiótica *lato sensu* e o *designatum*, o recorte cultural, a *referência* qualifica-se como relação de implicação entre o significado (excepcionalmente, também, o significante, na ‘função poética’) construído no texto e o mundo semioticamente construído, que para os sujeitos enunciatário-enunciatário, naquele universo de discurso, equivale à uma ‘visão de mundo’, apoiada na rede de *designata*, de recortes culturais.

Ao fazer do sujeito enunciatário correspondem, como vimos, no *fazer interpretativo* do sujeito enunciatário, os patamares da percepção do objeto semiótico concreto, da reatualização ou do reconhecimento (da semiótica-objeto e dos elementos manifestados), da ressemiotização, da ressemiologização, da reconceptualização, conducentes à realimentação e a auto-regulagem do metassistema conceptual. De maneira sumária, pois, podemos considerar em conjunto o *fazer persuasivo* do sujeito enunciatário e o *fazer interpretativo* do sujeito enunciatário, inseridos e articulados no percurso gerativo da enunciação do processo discursivo.

Entrementes, o *conceptus lato sensu* e, particularmente, o *arquiconceptus* constituem *critérios*, no nível da estrutura hiperprofunda, ou seja, funcionam como um *tertius comparationis*, que determi-

na o grau de aceitabilidade e permite avaliar a relativa ‘precisão’ das equivalências propostas nos *atos metalingüísticos, no rediscorso, nas transcódificações intratextuais, intertextuais, intradiscursivas, interdiscursivas, intersemióticas e transculturais*.

Nesse sentido, considerados, por exemplo, dois processos discursivos, concomitantes (em paralelo) ou subseqüentes – cada um com suas enunciações de codificação e de decodificação – e seus textos – do enunciador e do enunciatário –, enquanto discursos manifestados de semiótica-objeto verbais, não-verbais e sincréticas, o *conceptus* (intracultural) e, sobretudo, o *arquiconceptus* (transcultural) asseguram que tais discursos sustentem – no nível hiperprofundo, semântico-cognitivo, do percurso gerativo de enunciação de codificação e de decodificação –, as mesmas ‘*isotopias*’ *conceptuais*, transsemióticas e transculturais, determinando relações de *interdiscursividade* (entre processos) e de *intertextualidade* (entre textos-enunciados). Sabemos, igualmente, que os discursos só significam numa relação de *interdiscursividade*, os textos só significam numa relação de *intertextualidade*. Dessa maneira, o *arquiconceptus*, define as ‘*isotopias*’ *conceptuais* e determina, *ipso facto*, *isotopias semânticas* equivalentes em diferentes semióticas-objeto e nos correspondentes discursos manifestados.

Desse modo, são os elementos do patamar semântico-cognitivo que *autorizam as relações interdiscursivas e intertextuais e viabilizam os diferentes processos de transcódificação* acima citados. Se tomarmos dois discursos e seus textos, observaremos que têm em comum o modelo de percurso gerativo da enunciação e, mais, ainda, semelhantes ‘*isotopias*’ *conceptuais*, com intersecções diferentes de zero.

Considerados vários discursos manifestados – de várias semióticas-objeto verbais, não-verbais e sincréticas, intraculturais ou transculturais – e seus textos-enunciados, torna-se possível formalizar duas noções relevantes, as do *arquidiscorso* e do *arquitrato*, esta última inspirada inicialmente na proposição de RASTIER (2000).

O *arquidiscorso*, a nosso ver, resulta da neutralização das especificidades de vários discursos manifestados, mantidos o *processo de produção discursiva, de enunciação*, e as ‘*isotopias*’ *conceptuais*, que constituem sua intersecção não-vazia.

Em nossa concepção, o *arquitexto* decorre, da mesma forma, da neutralização das especificidades de vários textos enunciados, mantidos os *conceptus* e recortes culturais subjacentes, os *sistemas de valores sustentados* em semântica profunda, as *isotopias semânticas decorrentes das 'isotopias' conceptuais* determinantes das primeiras, que constituem a intersecção não-vazia entre os mesmos textos.

O sujeito semiótico enunciador/enunciatório do discurso possui uma competência lingüística, semiótica, sociocultural e um 'saber sobre o mundo' que resultam dos discursos anteriores por ele codificados ou decodificados, ou, se preferirmos, do seu processo histórico individual e/ou coletivo. Detém, ainda que de forma intuitiva, a experiência e o conhecimento que lhe permitem reconhecer em cada processo discursivo e nos seus textos, o(s) universo(s) de discurso, o *arquidiscorso*, o *arquitexto*, estabelecer relações interdiscursivas e intertextuais, assim como as *'isotopias' conceptuais* que dão significado ao discurso e ao texto em causa. (Cf. gráfico mais adiante)

Nessas condições, o *arquidiscorso* caracteriza-se como 'modelo mental' e intersecção entre processos discursivos; o *arquitexto*, como 'modelo mental' e intersecção entre textos enunciados. Essas intersecções são *variáveis*, no sentido matemático (maiores que zero e menores que um), segundo as culturas, as sociedades, as diferentes normas regionais, de classe social, de grupo profissional, dentre outros aspectos. De toda maneira, *arquidiscorso* e *arquitexto* constituem modelos e parâmetros que asseguram, respectivamente, a produtividade discursiva e a inteligência/interpretação de textos.

3. CONCLUSÃO

Observaram-se redes léxico-semântico-conceptuais, referenciais, pragmáticas, da *cognição à semiose*. Verificou-se que relações de significação, rede de oposições, no plano lingüístico/semiótico, pressupõem transformações na rede de 'modelos mentais', no nível conceptual e interdiscursivo. Formalizaram-se conjuntos de traços semântico-conceptuais, os *conceptus*, entre si e entre sememas lingüísticos frásticos e transfrásticos co-ocorrentes, entre estes, *designata* e referências, provocando uma *releitura*, um reorde-

namento *léxico-semântico-conceptual*. Conclui-se que, da neutralização de textos no processo de intertextualidade, decorre o *arquitexto*; da neutralização interdiscursiva, o *arquidiscorso*. Explicam-se processos de significação, de metalinguagem, de rediscorso, de *reelaboração do mundo semioticamente construído*, do *imaginário coletivo*, do *saber compartilhado sobre o mundo*.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Aparecida. Estruturas e tipologia dos campos conceptuais, campos semânticos e campos lexicais”. *Acta semiotica et linguistica*, São Paulo, v. 8, p. 95-120, 2000.\

DUBOIS, Danielle *et al.* *Sémantique et cognition. Catégories, prototypes, typicalité*. Paris: CNRS, 1991.

PAIS, Cidmar Teodoro. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémio-tiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Paris/Lille: Université de Paris Sorbonne/A.N.R.T., 1993.

———. Conceptualização, denominação, designação: relações. *Revista Brasileira de Lingüística*, São Paulo, v. 9, p. 221-240, 1997.

———. Conceptualisation, dénomination, désignation, référence: réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. Poulet, J. *et al.* (Orgs). *Textures. Cahiers du C.E.M.I.A. Recueil d'Hommage à Mme. Le Professeur Simone Saillard*. Lyon: Université de Lyon 2, p. 371-384, 1988.

POTTIER, Bernard. *Sémantique générale*. Paris: PUF, 1992.

RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives*. Paris: PUF, 1991.

———. Para uma poética generalizada. *Acta semiotica et linguistica*, São Paulo, v. 8, p. 445-470, 2000.

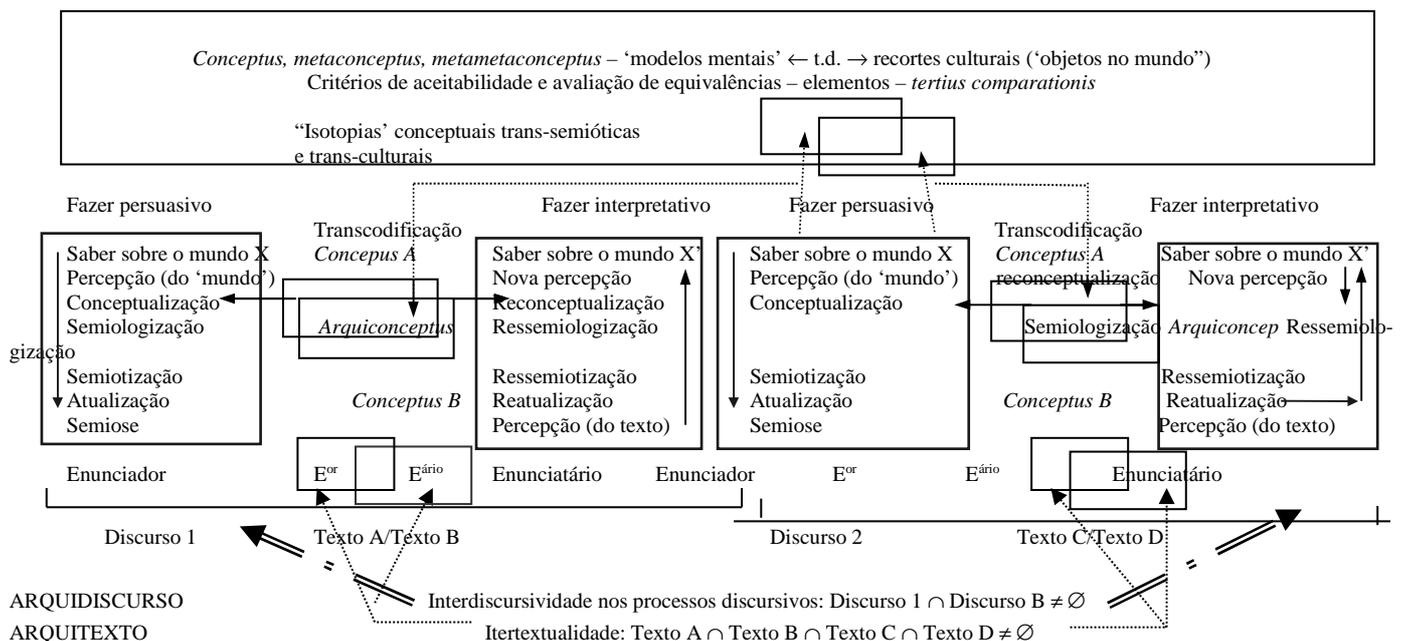


Figura 2: Da intertextualidade, da interdiscursividade e da transcodificação conceptual no percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação

DO ESTATUTO MÓRFICO DA VOGAL TEMÁTICA E DO MORFEMA DE GÊNERO EM PORTUGUÊS

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFCE)

RESUMO

Este artigo examina criticamente a vogal temática e o morfema de gênero em português. Tenta identificar bases gramaticais e distribucionais para a existência da primeira nos verbos e nos nomes. Conclui que apenas a vogal temática verbal tem sustentação linguística, uma vez que distribui os verbos em conjugações, não importando se é pré-desinencial ou pré-sufixal. A vogal temática nominal, pelo menos considerando o plano superficial, não tem razão de ser. No que respeita ao morfema de gênero, ora dado pelos autores como independente do índice temático nominal, ora como incluso neste, examinamos a proposta de Herculano de Carvalho e Valter Khedi, comparando-a com a de Camara Jr. Em ambos os casos, incluímos a proposta de Sandmann, segundo a qual o gênero dos nomes pode ser encarado derivacionalmente, por oposição aos adjetivos e outros determinantes, que pode ser visto como fenômeno flexional. Chegamos à conclusão de que, adotando a proposta de Carvalho e Khedi, conjugada à de Sandmann, nomes como *aluno/aluna* não têm direção derivacional. Assumindo a proposta de Camara Jr associada à de Sandmann, nomes como aqueles têm direção derivacional: o feminino deriva do masculino.

PALAVRAS-CHAVE: vogal temática verbal, vogal temática nominal, morfema de gênero

INTRODUÇÃO

O estatuto mórfico da vogal temática e do morfema de gênero não se acha bem assentado na nossa tradição gramatical. Cunha (1983:58), por exemplo, menciona apenas a vogal temática verbal. O elemento vocálico *-o* é considerado desinência de gênero, se o nome se opõe a *-a* (ex.: gato/gata). As outras vogais terminais, *-a* e *-o* (não opositivas) e *-e* não recebem classificação. Em Cunha e Cintra (1985), há uma só observação quanto à vogal temática, no que se

refere à aceitação da mesma entre os morfemas, mas em nada altera o conteúdo de Cunha (1983).

Não há acordo entre os lingüistas quanto à inclusão das VOGAIS TEMÁTICAS entre os morfemas. Parece-nos que, assim como as desinências, elas fazem parte dos morfemas gramaticais categóricos, pois também distribuem os radicais em classes. Por si mesmas, nada significam, mas poder-se-ia, talvez, dizer que, no caso, a função é a significação. (1985:81)

Melo (1978) também reconhece, pelo menos a princípio, as vogais temáticas verbais. Destaca contudo a vogal final dos nomes: *tronc-o*, *rat-o*, *livr-o*, *págin-a*. Em se tratando de vogais de palavras opositivas, como *aluno/aluna*, haveria, segundo o autor, desinências: noutros casos, as vogais não teriam caráter mórfico. À guisa de ilustração, reproduzimos a passagem abaixo.

Aproveitamos estes exemplos para acrescentar que se chama terminação o último fonema do vocábulo, quando destacável da raiz. Em certos casos, tal fonema valeria como desinência de masculino: *gat-o*, *rat-o*, *prim-o*; noutros casos, nada sugere: *mont-e*, *cort-e*, *map-a*, *telefonem-a*, *trib-o*, *tigr-e*. (1978:49)

Melo ressuscita o nome nada sugestivo de *terminação*, tão vivamente condenado por Chediak, Jucá Filho e pelos membros da Academia Brasileira de Filologia, no *Anteprojeto*. O autor não assume uma posição firme, ao classificar vogais átonas finais não opositivas, pertencentes a nomes. Deixa-nos confuso, quando afirma, em nota de rodapé:

Na realidade, a coisa é mais complicada porque há também vogais temáticas nominais e há modificações da vogal temática [alomorfias]. Mas, numa gramática como esta, é suficiente dar idéia de tema e vogal temática nos verbos. (1978:50)

Luft (1974:92), por seu turno, acolhe as vogais temáticas verbais e nominais e admite somente como desinência de gênero masculino \emptyset e de feminino *-a*. Lima (1976) assume posição idêntica à de Luft. Explicita-se nestes termos:

O masculino se caracteriza por ausência de marca de gênero, ou seja, por uma desinência zero. Em palavras como *gato*, ou *lobo*, ou *magro*, o *o* não é índice do masculino (e sim vogal temática), do mesmo modo que o *e* é vogal temática em palavras como *mestre* ou *parente*.

Note-se que, sem embargo da identidade de oposições (*gato/gata* e *mestre/mestra*), a ninguém ocorreria interpretar o *e* de *mestre* como de-

sinência de masculino. (1976:168)

Bechara (s/d), na trilha de Lima, subdivide os temas em verbais e nominais¹⁸. Diferentemente deste último, porém, admite a possibilidade de cumulação em nomes que têm a oposição masculino/feminino: a vogal amalgamaria as funções de vogal temática e desinência. Exemplificando: em *aluno*, o *-o* seria vogal temática e desinência de gênero, dada a parêntese *aluno/aluna*. Em *livro*, a vogal final é apenas temática.

Toda essa confusão doutrinária traz repercussões negativas ao ensino da língua. O aluno se porta como um aprendiz perplexo, a quem cabe tão somente constatar as discrepâncias doutrinárias entre os autores. Deve haver, pensa ele, alguma razão secreta para as divergências, inacessível a ele, acessível somente ao professor de português, que sabe dos “mistérios” da língua.

Ora, sabemos que as entidades da língua, apesar de terem seus fundamentos no entendimento humano, necessitam de algum critério coerente para existirem, de modo a salvaguardar a descrição do arbítrio e do argumento de autoridade. Por isto, propusemo-nos estudar as vogais temáticas nos verbos e nomes e o morfema de gênero.

Começamos pelas vogais temáticas verbais para, em seguida, nos determos mais demoradamente nas vogais temáticas nominais, pois, se é relativamente pacífica a postulação das primeiras, já não se pode afirmar o mesmo destas últimas. Entre os que as admitem, há dissensão, pois:

- a) em uns, a vogal final é descrita como índice temático, distinto da desinência de gênero;
- b) em outros, a vogal final ora é analisada tão somente como índice temático, ora como morfema que acumula as funções de vogal temática e de morfema de gênero.

¹⁸ Bechara (1999:337) continua a adotar a mesma posição, o que é atestado pela afirmação: “nos nomes as vogais temáticas estão representadas na escrita pelos grafemas *-a, -o, e -e* e nos verbos por *-a, -e e -i*.”. Admite também o valor cumulativo das vogais temáticas nominais.

Incluem-se no grupo (a) autores como Camara Jr. (1981) e Macambira (1978). No grupo (b), distingue-se Carvalho (1974).

Há um último grupo (c), constante dos não as admitem. Além dos gramáticos citados nesta introdução, podemos citar Laroca (1994), que não justifica a exclusão do tema nominal. Apenas discute o tema verbal nestes termos.

A função classificatória é a que exerce o morfe tradicionalmente denominado 'vogal temática'. Este segmento vocálico funciona como índice seletor de alomorfes modo-temporais, classificando os verbos em três conjugações. Ocorrendo na posição de sufixo, isto é, após o morfe raiz, esse morfe temático forma uma estrutura morfológica complexa denominada TEMA, apta a sofrer as flexões modo-temporais e número-possuais: descongela, descongelavam. (1994: 37)

Por conta da ausência de qualquer argumento de Laroca e outros autores contra a existência da vogal temática nominal, não abriremos espaço para este terceiro grupo.

1. Da vogal temática verbal

Autores ilustres, como Camara Jr. (1981), admitem a vogal temática verbal tanto em ambiente pré-desinencial como em ambiente pré-sufixal, como se pode deduzir da passagem abaixo.

O tema vem a ser um radical ampliado por uma vogal determinada. Em vez de cant-, fal-, grit-, por exemplo, temos os temas em -a: cantá, falá, gritá, que recebem o sufixo flexional verbal (cantar, cantávamos, cantamos, etc., como falar, falávamos, etc., ou gritar, gritávamos etc.) ou o sufixo nominal -ção como em falação, consolação, mas não em canção (com o alomorfe radical can-).(Camara Jr., 1981: 51-52)

Macambira (1978) segue o essencial do que postula Camara Jr. no que concerne ao tema, subdividindo-o em verbal e em nominal. Para o autor, tema equivale ao stem formative, de Gleason (s/d)¹⁹. É também sinônimo de base, esta enquanto constituinte que

¹⁹ Gleason (s/d:64) admite o tema como qualquer morfema ou combinação de morfemas aos quais se acrescenta um sufixo. Em *friends*, há um tema *friend*, que é também um radical (raiz). Em *friendships*, há um afixo *-s* e um tema, *friendship*, o qual contudo não é radical porque é formado de dois morfemas. O autor menciona os formativos de tema a propósito de certos afixos que 'funcionam primordialmente na formação de temas e, como tal, não têm outro significado que não seja esta função linguística'. O exemplo dado é *thermometer*, em que *-o-* é o formativo de tema, que

se opõe aos elementos de flexão. Por conseguinte, não pode haver vogal temática pré-sufixo derivacional. Em amável, segmentado am-á-vel, e tratamento, analisado trat-a-mento, o -a- antes de vel e o -a- antes de mento são vogais de ligação. Em caça-niqueis, a vogal temática do verbo também passaria a vogal de ligação²⁰.

A doutrina de Macambira, a este respeito, é eivada de contradições. Perguntamo-nos como é possível uma vogal temática, que é morfema, passar por força de contexto pré-sufixo lexical (ou mesmo pré-radical, como se verá), converter-se em simples vogal de ligação cujo estatuto morfemático é discutível. Como interpretar morfemicamente a vogal de ligação²¹?

Outro autor, Monteiro (1986), inspirado em Macambira, também se refere à correspondência entre vogal temática e vogal de ligação. A vogal temática passaria a vogal de ligação em ambiente pré-sufixal e pré-radical, como em *casamento* e *caça-niqueis*. Mas o autor deixa claro que nem toda vogal de ligação é oriunda de vogal temática. Não expenderemos mais argumentos, porque isto já foi suficientemente tratado.

Em Andrade & Viana (1990), numa perspectiva gerativista, a vogal temática verbal é muito mais bem caracterizada e motivada, não só pela distribuição dos verbos em conjugações mas também

corresponde à vogal de ligação. Não está suficientemente claro se corresponde satisfatoriamente à vogal temática.

²⁰ A concepção de vogal temática conversa em vogal de ligação antes de radicais já se encontra em Camara Jr. (1968, verbete *Tema*): 'os nomes que entram num composto por aglutinação como primeiro semantema apresentam a sua vogal temática reduzida a -i como VOGAL DE LIGAÇÃO entre os dois radicais (ex.: frutífero).' A posição de Camara Jr. não permite maiores comentários porque o autor se restringe a compostos eruditos (ou supostas formações por composição) em que há aglutinação. Para confirmações, examine-se o verbete *Aglutinação*, no qual o autor exemplifica a vogal de ligação em formas herdadas ou em padrões latinos de composição. Admitiria Camara Jr. o -a de *caça-niqueis* e o de *porta-jóias* como vogais de ligação?

²¹ É de observar-se que Macambira coloca sob a mesma rubrica *vogal de ligação*, por força do contexto, pré-sufixo lexical ou pré-radical, entidades heterogêneas:

- a) o que constituía vogal temática: *amá-vel, trata-mento, perdi-ção, celebração, porta-jóias, guarda-chuva, quebra-luz;*
- b) o que constituía desinência de gênero: *jeitosa-mente;*
- c) o que só constitui vogal de ligação: *gas-ômetro, term-ômetro, mobil-i-dade, calor-í-fero.*

pelas alterações que sofre acarretando diversidade nas formas do português. Estabelece a autora:

Para compreendermos como se chega às diferentes formas de superfície, e como actuam as regras fonológicas na derivação dessas formas, necessitamos de propor formas subjacentes em que estarão sempre presentes o radical, a VT e os morfemas. A partir das formas, subjacentes é possível verificar quais as regras que actuaram e captar as generalizações da morfologia verbal. (1990:381)

No plano da flexão, há que se destacar fenômenos:

- a) assimilatórios: fala + j → fale + j; fal + a + w → fal + o + w;
- b) dissimilatórios em certos dialetos de Portugal: fal + e + j → fal [j]
- c) fusionais: bati + j → bati
- d) supressivos: fala + o → falo, fala + e → fale

As vogais temáticas verbais precedem também sufixos lexicais: *jog-a-dor*, *vend-e-dor*, *fing-i-dor*. Aliás, as autoras não mencionam vogal de ligação, oriunda de índice temático.

Como vimos, é ponto pacífico, entre os autores, que existe a vogal temática verbal. Para nós, também o é: ela apresenta um significado funcional, gramatical ou distribucional, semelhante ao da preposição *de* em português, na frase *gosto de você*, em que não há presença de significado referencial (cf. Gleason, s/d:59). É ilícito classificá-la como morfe vazio, conforme postulava Hockett (1947:238), ao tratar das vogais temáticas do espanhol. Ora, se “o morfe vazio não é atribuído a morfema algum, não tem razão de ser.” (Basílio, 1974:83). Se aceitamos a existência de um morfe vazio, a definição de morfema perde sua razão de ser e a diferença entre tal morfe e fonema é praticamente nula.

Assumimos igualmente que a vogal temática não é apenas pré-desinencial nos verbos, como em *amar*, *vender*, *partir*, mas também em ambiente pré-sufixal, a exemplo de *receb-i-mento* e *cas-a-mento*²². Neste particular, seguimos a lição de Carvalho

²² É diferente o caso da vogal *-a* em ambiente pré-sufixal nos advérbios terminados em *-mente*, como *esplendidamente* e *maravilhosamente*. Não pode ser desinência de

(1974:538), que denomina a vogal temática verbal de *atualizador temático*. Esta concepção é compatível com a dos gramáticos em geral, que admitem, explicitamente ou não, vogal temática antes de desinências ou sufixos lexicais e não apenas antes das primeiras, o que nos parece justificável. Assumir que os segmentos vocálicos constituem vogal de ligação, como explicitamente assumem Monteiro (1986) e Macambira (1978), é indefensável, porque a vogal temática tem significado gramatical, pois determina a conjugação dos verbos, enquanto a vogal de ligação é, a nosso ver, nomenclatura vazia²³. Esta denominação nada revela sobre significado gramatical, contrariando, assim, a noção de signo adotada pelo estruturalismo.

2. DA VOGAL TEMÁTICA NOMINAL

2.1. A vogal final como índice temático distinto da desinência de gênero

Para os nomes, Camara Jr. (1981) estabelece sumariamente o seguinte:

Desta sorte, na base do tema, caracterizado por uma dada vogal dita <temática>, nomes e verbos se agrupam em classes morfológicas, como são para os verbos portugueses as tradicionais três conjugações. Nos nomes, deve-se igualmente considerar classes temáticas que são em -a (rosa, poeta), em -o (lobo, livro), em -e (ponte, dente ou triste). (1981: 52)

A motivação para classes temáticas verbais é a conjugação, mas a dos nomes não é estabelecida. Constata-se tautologia nas vogais temáticas nominais: para sabermos o tema, precisamos saber qual é a vogal temática e, para identificarmos a vogal temática, precisamos identificar o tema.

gênero, porque não estabelece concordância. Tampouco vogal de ligação, que é nomenclatura vazia. O estatuto desta vogal pré-sufixal continua indefinido no âmbito de uma linguística sincrônica (cf. Rosa, 2000:64).

²³ A vogal de ligação constitui um problema muito sério em morfologia. Sequer pode generalizar-se uma função fonológica, ligada á estrutura da sílaba. Se há, por exemplo, *hidroelétrica*, há também *hidrelétrica*, sem a presença da vogal -o-. Afirmar, como muitos gramáticos do passado, que ela cumpre o papel de vogal eufônica é indefensável, porque o argumento é de natureza estética e subjetiva. Em suma, o assunto merece um tratamento aprofundado e à parte.

No trecho abaixo, ensaia justificar, sem convencer, a existência de temas nominais, opondo nomes substantivos a nomes adjetivos.

(...) Estes [os adjetivos], mais que aqueles, estão quase exclusivamente distribuídos nos dois temas em -o e em -e, e os de tema em -e (concretamente em -e como grande, ou teoricamente em -e, como feliz, a rigor *felize, como indica o plural felizes), não apresentam flexão de feminino, em face de um feminino em -a para os de tema em -o; ex.: homem corajoso, mulher corajosa; homem grande, mulher grande. Já os nomes, que são essencialmente substantivos, podem às vezes possuir um feminino em -a, mesmo quando são de tema em -e (ex.: mestre – mestra, autor – autora) ou atemáticos (ex.: peru – perua). Essa diferença fica bem nítida no sufixo derivacional -ês teoricamente *ese, que, quando só são a rigor empregados como adjetivos, não têm flexão de gênero (homem cortês, mulher cortês), mas apresentam essa flexão, quando tanto servem como substantivos e como adjetivos (português, portuguesa, substantivo <habitante de Portugal>; ou – livro português, comida portuguesa, em que português é adjetivo como determinante, respectivamente, de livro e comida).(1982: 87-88)

Persiste, como é fácil perceber, a falta de uma motivação palpável, de ordem gramatical e distribucional, para a existência do índice temático nominal.

Adicionalmente, Camara Jr. postula a existência de temas teóricos em nome como *canal*, *sol*, *gás* e *cartaz*: **canale*, **sole*, **gase*, **cartaze*, (cf. Camara Jr., 1982:86). Todavia, isto não corre para justificar adequadamente a vogal temática nominal. A postulação destes temas, discutível, visa à simplificação do plural, pela simples adjunção de -s a nomes atemáticos, ou temáticos, “reais” ou teóricos.

Argumenta-se que o estabelecimento do tema teórico tem base diacrônica, o que não é verdade, pois Camara Jr. a admite não só para formas derivadas do latim, que tinham -e, como *mar* (<mar(e)>), *sol* (<sole>), como também para palavras que têm o -e apenas em sincronia, por exemplo, *cartaz*, que é formação vernácula. Até formas que constituem herança são admitidas com -e teórico, embora historicamente não o ostentem: *lençol* (lat. *lindeolu*), *azul* (árabe: *azur*), *funil* (bordolês: *fonilh*)²⁴. O problema das vogais temáticas teóricas é o ser um artifício, que complica muito a descrição

²⁴ As etimologias citadas entre parênteses são extraídas de Cunha (1987).

em nome da simplificação da formação do plural. Não só complica, como também não convence. O melhor é admitir alomorfas.

Camara Jr. não acolhe o *o* de nomes masculinos, com correspondentes femininos, como desinência, mas como vogal temática. Para o autor, só o feminino é forma marcada, o que pode ser constatado em sua morfologia: caracteriza-se pela presença do *a*, enquanto o masculino termina ora em *o* (aluno), ora em *e* (mestre). Trata-se, portanto, de oposição privativa, uma vez apenas um dos membros é marcado.

Como vemos, Camara Jr. distingue, de um lado, índices temáticos nominais *e*, de outro, desinências nominais, \emptyset para o masculino e *-a* para o feminino.

Macambira (1978) admite também a vogal temática nominal, à semelhança de Camara Jr.. Tece maiores detalhes sobre ela com base em compostos eruditos, apoiando-se na relação entre vogal temática e vogal de ligação. À página 10, faz afirmações como estas:

a) nos compostos gregos como *astronomia*, *ideologia* e *psicologia*, as vogais temáticas de *astro*, *idéia*, e *psique* transformaram-se em vogais de ligação;

b) nos compostos latinos como em *ovíparo*, *flamívomo* e *carnívoro*, as vogais temáticas de *ovo*, *flama* e *carne* também se convertem em vogal de ligação.

Explica-se o autor:

Seria estranho dizer que há vogal temática em astrônomo, porém vogal de ligação em gasômetro, cujo primeiro componente é gás sem vogal temática, salvo sob forma teórica, que não seria gaso, mas sim gase, com tema em *-e*. Em carnívoro e calorífero, a situação seria idêntica: vogal temática no primeiro, e de ligação no segundo composto, cuja forma teórica é calore, com tema em *-e*. Claro é que esta distinção seria insustentável e só traria complicações à descrição do português. (1978:10)

O raciocínio do autor não nos convence, pois:

a) como explicar que vogais temáticas distintas em *astro*, *idéia* e *psique* se convertam na mesma vogal de ligação *-o* e que as vogais finais de *ovo*, *flama* e *carne* passem a uma única vogal de ligação *-i*?

b) como justificar vogais de ligação em formas presas com formas livres, como *hidro*, *termo*, e *eletro* em *hidromassagem*, *termômetro* e *eletrodoméstico*, e em formações só de bases presas, a exemplo de *múltiparo*, *ignívomo*, *herbívoros*?

Macambira, na busca de explicações fáceis, só fornece exemplos em que o primeiro elemento é associado a formas livres e mesmo assim deixa lacunas a respeito da conversão da vogal temática em vogal de ligação²⁵. Macambira encerra a exposição, referindo-se ao caráter morfêmico da vogal temática:

Não há negar que a vogal, temática ou não, é um tipo de morfema: seria complicar a descrição gramatical o enquadrá-lo noutra categoria que não fosse o morfema. Certamente que se deveria criá-la, ou dizer com Hockett (...) que o '-i-' de agr-í-cola é um elemento conectivo autotático': agrcola destoaria da estrutura morfológica portuguesa.

É patente que o morfema temático não exprime representação mental alguma, como o tinteiro e o xiquexique e a saúde. A sua função é distribuir os nomes em temáticos e atemáticos, e os verbos em três conjugações. (1978: 11)

Insistimos em que vogal temática e vogal de ligação não têm paralelos mórficos. A vogal temática, especialmente a verbal, que é bem caracterizada, distribui uma dada classe de palavras em grupos: no caso três conjugações. A vogal de ligação não parece ter estatuto bem definido em português. O evitar estruturas fonológicas anômalas é válido para alguns casos, mas não para todos. Veja-se, a título de ilustração, esta dupla possibilidade: *termoelétrica*/*termelétrica*.

Observe-se mais uma vez, no arrazoar de Macambira, a ausência de uma defesa mais sólida das vogais temáticas nominais. Para os verbos, a razão de ser do índice temático é a *conjugação* e, posteriormente a distribuição dos verbos em temáticos e atemáticos. Para os nomes, a justificativa é só a distribuição dos mesmos em dois tipos, sem nenhum embasamento motivado como o é a conjugação para os verbos. Isto sem falar em certa tautologia já referida por nós.

Macambira oferece uma descrição mais minuciosa da vogal

²⁵ Isto mormente nos compostos ou no que chama compostos, como formações em *fero* e *cola* que são na verdade derivadas. Os sufixos são *ifero* e *ícola*. Não há justificativa para a existência de vogais de ligação.

temática nominal, que a oferecida por Camara Jr.. Faz uma tipologia dos nomes temáticos conforme a presença da vogal ou da semivogal. Atribui à citada vogal a condição de *vogal caduca* uma vez que cai ao receber sufixo começado por vogal:

livro + eiro → *livreiro*
casa + inha → *casinha*
dente + ista → *dentista*

Ora, outras vogais que não as temáticas podem padecer de caducidade, pelo fato de serem átonas:

perto + inho → *pertinho*
agora + inha → *agorinha*
longe + íssimo → *longíssimo*
longe + ão → *lonjão*

Pode-se advogar o princípio da pré-desinencialidade da vogal temática, mas nos nomes atemáticos, há desinências sem vogal temática prévia: *cajás*, *mocotós*, *urubus*. Também há nomes não susceptíveis de receber desinências, mesmo com as condições estipuladas para a vogal temática, a exemplo de *sangue*. Isto feita a ressalva de empregos estilísticos.

Monteiro (1986) arrola argumentos idênticos ao de Macambira (1978). Por isto, não vemos vantagem em comentá-los.

À guisa de conclusão parcial, podemos afirmar que a postulação de uma vogal temática nominal não tem bons fundamentos entre os autores citados.

2.2. A vogal final ora como mero índice temático, ora como morfema cumulativo

Carvalho (1974:537-539) coloca o que chamamos vogal temática entre os *afixos atualizadores*, denominação um tanto precária quanto aos fundamentos, pois, segundo o próprio autor,

todos os afixos são, no fundo, atualizadores, porque todos eles transformam de virtuais em actuais as entidades significativas por excelência, que são os semantemas (e os morfemas básicos dos categoremas), determinando o seu valor significativo e conferindo-lhes a forma de palavra, de modo a permitir que sejam, de novo, atualizadores funcionando

no discurso” (1974:537)²⁶.

As desinências, por exemplo, são actualizadoras, porque conferem ao radical verbal as propriedades gramaticais ligadas, em português, às noções de modo-tempo ou de número-pessoa, de modo que a forma verbal participe no discurso.

Tema, para Carvalho, é próximo do que se entende por radical e não exatamente do que se compreende como radical acrescido de vogal temática. O lingüista considera a vogal temática como acrescentada ao tema e não como parte integrante dele, pois ‘se o fosse, seriam mais difíceis de explicar (funcional, não historicamente) anomalias como a de *desprezível* com *-i-* a par de *desprezar*, *desprezador*, *desprezativo* e também *desprezável*; e, por outro lado, a de *vendável* com a contraposto a *vendemos*, *vendesses*, *vendido* etc.’(1974:538).

Para o lingüista português, há afixos cuja função é primariamente atualizadora. Dentre eles, são de especial importância para nós:

- a) os *atualizadores temáticos*, que se adjungem diretamente a um radical, permitindo a este funcionar como o que chamamos tema;
- b) os *atualizadores léxicos*, que se acrescentam diretamente a um radical, permitindo a este funcionar como palavra²⁷.

Cabe-nos considerar os atualizadores léxicos, que correspondem *grosso modo* ao que se denomina mais comumente *vogal temática nominal*. A este respeito, se pronuncia Carvalho (1974):

A função própria destes sufixos é a de, unindo-se a um tema, constituírem com este imediatamente uma palavra, pronta a ser utilizada como tal no discurso, funcionando os dois primeiros [-o, -a] cumulativamente

²⁶ É confusa a doutrina do atualizador temático em Carvalho principalmente no que tange aos atualizadores nominais de *desprezível* e *vendável*. Não esclarece como aparecem os atualizadores temáticos *-i-* e *-a-*. Aliás, é este o problema com alguns nomes: o sufixo ora se deixa acompanhar por determinada vogal (freqüentemente *-u*) ora não. É o caso de *dengo/dengoso* em oposição *luto/lutuoso*; *caso/casual* em oposição a *abismo/abismal*; *sério/seriedade* em oposição a *bom/bondade*. Talvez seja econômico *sincronicamente* falar de alomorfia nesses casos. Quanto a *desprezível* e *vendável*, o sufixo é *-ível* e *ável*, diferentemente do que se pode postular para nomes deverbais como *amável* e *sófrível*, em que *-a* e *-i* são vogais temáticas.

²⁷ Além dos dois acima, há os atualizadores monemáticos, que se acrescentam a um monema, permitindo-lhe funcionar como tal. Correspondem à vogal de ligação, que merece um tratamento à parte.

como morfemas categoriais de gênero, com a função que primariamente desempenham nos adjetivos (belo e bela) e nos substantivos do tipo de gato/gata (1974:539).

Podemos resumir assim a proposta de Carvalho:

a) há as vogais temáticas verbais e nominais, a exemplo do *-a* em *morar* e de *-o* em *livro*;

b) em alguns contextos opositivos, do tipo *gato/gata*, há morfema cumulativo: vogal temática e desinência de gênero.

Carvalho não logra nos convencer quanto à existência do atualizador léxico, 7por conseguinte quanto à existência do morfema cumulativo, mas faz-nos refletir sobre o morfema de gênero. Para isto, valemo-nos de Khedi (1990), que repensa a posição de Camara Jr.(1981), consoante a qual o masculino seria marcado por \emptyset em oposição ao feminino, marcado por *-a*.

Khedi argumenta que o *-o* tem algumas características peculiares, que permitem associá-lo com a noção de gênero. Quando se acrescenta a uma palavra feminina um sufixo que contenha *-o*, essa palavra passa a masculina: mulher/mulheraço cabeça/cabeçalho. O povo, em sua linguagem espontânea, cria formas masculinas em *-o*; faz corresponder, por exemplo, ao lexema *coisa* um masculino *coiso*. Dignas de nota para o autor são formas como *crianço*, *corujo*, a que acrescentamos femininos analógicos, como *monstro/monstra*.

O elemento *-o* seria, então, uma desinência de masculino em oposição a *-a*. Apresentaria como variante o *-u* semivocálico (europeu/européia; mau/má) e \emptyset (peru/perua; autor/autora)²⁸. O elemento *-o* justifica, para nós, o caráter nominal do particípio, a exemplo de *amado* em *sou amado*, segmentado: *am-a-d-o*, sendo *-a-* vogal

²⁸ Andrade & Viana (1990:370), face aos exemplos *porco/porca*, *professor/professora*, menciona o *-o* como morfema de gênero, cujo alomorfe é zero, adotando postura semelhante à de Khedi. Ante outros exemplos, *mestre/ mestra*, *governante/governanta*, *européu/ européia* deixa claro somente o estatuto do *a* final, mas não trata da semivogal de um nome como *européu*.

No que diz respeito às vogais finais dos nomes, as colocações são imprecisas. Por exemplo, na página 353, elenca os seguintes exemplos: *cas-a*, *revist-a*, *respeit-o*, *sai-a*, *pezzo-a*, tratando os segmentos vocálicos finais como morfemas de gênero, separados do radical, por fronteiras de morfemas. Na página 354, trata a vogal pré-sufixal dos plurais *sabor-e-s*, *anima-i-s*, *feliz-e-s* como morfemas de gênero.

temática verbal e *-o* desinência de gênero, própria de nome²⁹.

O argumento em favor da oposição *o/a* encontra base diacrônica. Desde remotas eras, ainda em latim, o masculino de tema em *-o* caminhava, de certo modo, paralelamente com femininos de tema em *-a*: *lupu/lupa, filiu/filia, asinu/asina*³⁰. Observem-se os adjetivos de primeira classe: *bonu/bona, doctu/docta, malu/mala, dignu/digna, vanu/vana, maturu/matura, nudu/nuda, crudu/cruda*.

No redimensionamento diacrônico, o *-u* átono final passa a *-o* (*dignu* → *digno*), a zero, por força de fatores fonéticos (*nudu* > *nuu* > *nu*) ou a semivogal (*malu* > *mau*). O feminino, historicamente em *-a* continua (*digna* → *digna*) ou sofre crase (*mala* → *maa* > *má*).

A posição de Khedi, no tocante à desinência de gênero, coincide com a de Carvalho e diverge da de Camara Jr. em alguns pontos. A tabela abaixo mostra as convergências e divergências entre Camara Jr. e Khedi.

Tabela 1: desinências nominais em Camara Jr. e Khedi

Tipos mórficos de nomes	Nomes em <i>-e</i> opostos a nomes em <i>-a</i>		Nomes em <i>-o</i> opostos a nomes em <i>-a</i>	
	Camara Jr.	Khedi	Camara Jr.	Khedi
Desinência de gênero do masculino	∅	∅	∅	<i>-o</i>

Do ponto de vista da mera elegância teórica, a posição de Camara Jr. é mais uniforme e mais simples, uma vez que se baseia em oposições privativas: o masculino é a forma não-marcada e o feminino, forma marcada. O masculino comportaria apenas vogal temática.

O ponto de vista de Khedi pode não ter uma elegância estrutural, porque se baseia em oposições equípolentes e oposições privativas, mas, a nosso ver, atende melhor à realidade da língua.

Uma ressalva e uma digressão se fazem necessárias no curso

²⁹ Diversa é a análise de *amado* em tenho *amado*, em que a forma é verbo: am+a+do.

³⁰ Os exemplos são registrados sem o *-m* final do acusativo, que é o caso lexicogênico do português.

de toda essa discussão. Dizem respeito ao redimensionamento do gênero do nome por oposição ao gênero do adjetivo, assunto que só tocaremos nas linhas essenciais, porque os pormenores nos levariam demasiado longe.

Foi Sandmann (1991) quem tocou no gênero sob outro prisma, diverso do da tradição gramatical e estruturalista.

O morfema que indica o gênero nos substantivos, como já vimos, é imanente ou inferente ao substantivo, tem força semântica, sendo inserido, portanto, na linguagem da gramática gerativa, juntamente com o substantivo de que é parte, na estrutura profunda da sentença. Em outras palavras, ele é um traço lexical, é um sufixo. Já nos adjetivos o morfema de gênero é uma flexão, depende do gênero do substantivo com que concorda, sendo, portanto, dependente. É um traço gramatical, não tem força semântica e é inserido na frase em sua estrutura de superfície. (1991:41)

De fato, o nome pode ser usado sem a presença do adjetivo ou de qualquer outro determinante, como em *menina gosta de boneca*. Portanto, não é o substantivo que estabelece as relações de concordância. Semanticamente, engendra uma nova referência: *menino* é semanticamente diferente de *menina*, devido ao traço semântico *sexo*.

O adjetivo e outros determinantes, por outro lado, quando flexionáveis, é que manifestam as relações de concordância na frase. O adjetivo *nova*, por exemplo, concorda com um nome feminino, mesmo que ele não seja opositivo, como *casa nova*, *tribo nova*.

É defensável afirmar que o morfema de gênero nos nomes, seja *-o/-a* (como deseja Carvalho e Khedi), *-esa*, *-isa* e outros são todos de natureza lexical. Por outro lado, o morfema de gênero nos adjetivos e outros determinantes é de natureza gramatical. Em suma, *-o/-a* nos nomes são sincronicamente formas homônimas das formas opositivas *-o/-a* nos adjetivos.

Admitindo Khedi e Sandmann, há que se considerar uma conseqüência teórica que não se impõe na doutrina de Camara Jr.. Devem-se registrar as formas opositivas em *-o/-a* dos nomes como *entradas* relacionadas sem nenhuma especificação de direção derivacional.

Já conjugando as contribuições de Camara Jr. e Sandmann, isto é, a noção de oposição privativa e derivação, temos uma descrição mais simples: o nome masculino deriva o nome feminino.

Analisar uma e outra consequência teórica é assunto complexo para os limites deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo quanto foi exposto, podemos chegar às seguintes conclusões. No que tange às vogais temáticas verbais, elas são muito mais bem caracterizadas que as nominais. Daí a saliência das mesmas. Elas distribuem verbos em conjugações e participam ativamente de processos marcantes na flexão: assimilação, dissimilação, crase etc. Vogais temáticas verbais podem ser átonas ou tônicas (ex.: *am-a*, *am-a-va*), orais ou nasais, isto se não se adota o arquifonema nasal (*am-a-do*, *am-an-do*). Todavia, não se sabe ao certo que fenômeno paralelo à conjugação as vogais temáticas nominais caracterizam.

A caducidade não é própria somente delas. Outras vogais átonas também a apresentam, a exemplo das vogais finais presentes em *perto* e *agora*.

A riqueza flexional do verbo permite inferir a vogal temática, mesmo que não esteja fisicamente presente. Nos nomes, a motivação é pequena, dado o paradigma flexional ser mais restrito. Ademais, não se podem arriscar generalidades como se faz com os verbos. Admitindo a pré-desinencialidade, diríamos que uma palavra como *sangue* apresenta vogal temática?

Nas línguas clássicas, a motivação é mais palpável porque os nomes têm *declinação*, fenômeno que ocorre paralelo com a *conjugação* nos verbos. Segundo Faria (1958:67), cada uma das cinco declinações corresponde respectivamente aos temas em *-a*, em *-o/-e*, em *-i/Ø*, em *-u* e em *-e*. As declinações estão para os nomes assim como as conjugações estão para o verbo. Estas, *mutatis mutandis*, perduraram em português e as declinações não. Portanto, as vogais temáticas nominais são carentes, pelo menos em termos de esquemas superficiais, de motivação gramatical.

Parece ser motivada a vogal *-o* do masculino, bem como a semivogal *-u*, quando se opõem a *-a*. Mesmo assim, a vogal *e* e a semivogal do masculino são susceptíveis de serem interpretadas como

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

marcas de gênero. Neste caso, a considerar-se a proposta de Khedi, concernente à oposição equípolente, e a de Sandmann, que trata o gênero do nome como derivacional, devemos tratar de entradas sem direção derivacional especificada, o que não acontece se relacionarmos Camara Jr. e Sandmann: o feminino seria a forma derivada.

Outra consequência importante de acolher aspectos derivacionais no gênero, referidos neste artigo, é que só os determinantes passíveis de variação genérica são casos de flexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Amália & VIANA, Maria do Céu. in MATEUS, Maria Helena Mira *et al. Fonética, fonologia e morfologia do português*. Lisboa : Universidade Aberta, 1990.

BASÍLIO, Margarida. “Segmentação e classificação de morfes”. In: *Estudos de lingüística e língua portuguesa I*. Rio de Janeiro. (Cadernos da PUC-RJ), 1974;

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo : Nacional, [s/d].

———. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. São Paulo : J Ozon, 1968.

———. *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis : Vozes, 1981.

———. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis : Vozes, 1982.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de. *Teoria da linguagem* vol. 2. Coimbra : Atlântida Editora, 1974.

CHEDIAK, Antônio José (org.). *A Nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro : Direção do Ensino Secundário, 1960.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1987.

CUNHA, Celso Ferreira da e CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro : Padrão, 1983.

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro : Acadêmica, 1958.

GLEASON JR., H. A. *Introdução à lingüística descritiva*. Tradução de João Pinguelo. Lisboa : Calouste Gulbenkian, [s/d].

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

HOCKETT, Charles. Problems of morphemic analysis in: JOOS, ed. *Readings in linguistics I: the development of descriptive linguistics in America 1925-56*. Chicago : The University of Chicago Press, 1957.

KHEDI, Valter. *Morfemas do português*. São Paulo : Ática, 1990.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. Campinas : Pontes/EDUFJF, 1994.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1976.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. Rio de Janeiro : Globo, 1974.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Português estrutural*. São Paulo : Pioneira, 1978.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1978

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza : EDUFC. 1986.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro : Acadêmica, 1969.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo : Contexto, 2000.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. São Paulo : Contexto, 1991.

**INFERÊNCIAS FILOLÓGICAS NO EMPREGO
DO INFINITIVO NA LÍNGUA PORTUGUESA**

Ruy Magalhães de Araujo (UERJ)

RESUMO

Cuida o presente trabalho das inferências filológicas no emprego do infinitivo da língua portuguesa, mormente no que tange ao uso flexionado.

Ladeando as teorias de cinco notáveis gramáticos e filólogos: Sousa da Silveira, Celso Cunha e Lindley Cintra, Manuel Said Ali e Evanildo Bechara, apresentamos os exemplos, em ambas as formas de infinitivo, de escritores clássicos da língua portuguesa: Camões, Vieira, Camilo, Castilho, Bernardes, Herculano, etc., como também de escritores modernos: Machado de Assis, Gonçalves Dias, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Coelho Neto, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Pessoa, Florbela Espanca, dentre outros.

Sob todos esses aspectos, é de notar-se a prevalência da estilística, entremeando-se com a linguagem, isto é, os traços estilísticos explicam-se através da gramática.

INTRODUÇÃO

Antes de encetarmos este pequeno estudo, é necessário termos algumas considerações sobre o infinitivo (ou infinito).

Juntamente com o gerúndio e o particípio, constitui as formas nominais do verbo.

O uso distintivo das formas flexionadas e sem flexão afigura-se-nos como um dos grandes temas conflitantes da sintaxe portuguesa e a opinião dos gramáticos e filólogos tem-se mostrado bastante eclética, muitas vezes sob a necessidade da melhor forma de expressividade estilística.

Ao infinitivo pessoal ou flexionado, que representa um idiomatismo da língua portuguesa, somam-se três teorias de abalizados filólogos para explicar o aparecimento do mesmo.

A primeira, de Meyer Lübke, embasa-se em fatores analógicos, isto é, em consonância com a conjugação do futuro do subjuntivo, que diz: cantar, cantares, cantar, cantarmos, cantardes, cantarem.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A segunda, de Leite de Vasconcelos, também se apóia em fatores analógicos, de acordo com a maneira de se conjugar o futuro do subjuntivo.

A terceira, que é engrossada por maior número de estudiosos, afirma que o infinitivo flexionado provém diretamente do pretérito imperfeito do subjuntivo latino, o que em termos de fonética se torna perfeitamente aceitável, visto não existir nenhuma dificuldade nessa passagem:

Pret. imper. do subj.	Infinitivo pessoal
Cantarem	Cantar
Cantares	Cantares
Cantaret	Cantar
Cantaremus	Cantarmos
Cantaretis	Cantardes
Cantarent	Cantarem

As inferências filológicas no emprego do infinitivo na língua portuguesa estão assentadas em exemplos coletados de clássicos do vernáculo: Camões, Bernardes, Castilho, Vieira, Herculano, Camilo, etc.; também de escritores modernos: Machado de Assis, Gonçalves Dias, Coelho Neto, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Adonias Filho, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Pessoa, Florbela Espanca, dentre outros.

No âmbito da gramática normativa, a utilização do INFINITIVO – , tanto flexionado quanto sem flexão -, condiciona-se a diversificados princípios, os quais, à guisa de recensão e cotejo, selecionamos dentre os seguintes autores e suas respectivas obras.

Em consonância com o Professor Sousa da Silveira:

Para maior clareza e para se poder fazer uma comparação útil, trataremos do emprego de ambos os infinitivos.

O infinitivo impessoal aparece nos seguintes casos:

a) Estando o infinitivo empregado de modo inteiramente geral, sem referir-se a nenhum sujeito determinado:

“*Viver é lutar*” (G. Dias, Poes., I,59).

b) Estando empregado com sentido de imperativo:

Companheiros, *despedir* esta noite da montanha e das tristezas, e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

aparelhar para amanhã me seguides. (Castilho, *apud* Epifânio, *Sint. Hist.*; 241).

c) Estando, regido da preposição *de* e com sentido passivo, empregado como complemento limitativo dos adjetivos *fácil*, *difícil*, *raro* e outros análogos:

Prazos largos são fáceis de *subscrever*. (M. de Assis, *D. Casmurro*, 31).

Versos! são bons de *ler*, mais nada; eu penso assim. (*Id.*, *Poesias*, 129).

d) Quando, regido da preposição *de*, equivale a um adjetivo em *-vel* ou denota que uma coisa é digna de ser objeto da ação expressa pelo infinitivo:

Houve composições muito de *ver* e *estimar*. (Sousa, *Arc.*, II, 413)

e) Quando, regido da preposição *a*, equivale a um gerúndio em locução verbal com o verbo *estar* ou indicador do modo como se pratica uma ação: *estamos a dizer* (*estamos dizendo*), *estavam a pensar* (*estavam pensando*).

Recordam-se vocês do bom tempo de outrora,
Dum tempo que passou e que não volta mais,
Quando íamos *a rir* pela existência fora,
Alegres como em junho os bandos dos pardais? (G. Junqueiro).

f) Quando está com sentido passivo:

nada mais fácil ao sr. Professor, do que fazer a demonstração prática de tudo isso, levando para a escola diversos frutos, anatomizando-os, e fazendo-os *anatomizar* pelos seus discípulos. (Castilho, *Noções Rudim.*, 113).

o mesmo dia os viu *batizar*. (M. de Assis, *Esau e Jacó*, 27).

Isto é: “*serem batizados*”. “*O mesmo dia os viu batizarem*” seria outra coisa: indicaria que eles é que batizaram.

O infinitivo pessoal aparece:

a) Estando empregado de modo geral, mas referindo-se a determinado sujeito:

Não é propósito nosso *descrevermos* uma corrida de touros. (Rebello da Silva, *apud* Sousa da Silveira, *Trechos Seletos*, 136).

Apenas, a pouca distância, lhes pareceu *verem* como sombra um cavaleiro. (Herculano, *Eurico*, 187).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

b) Quando está na 3ª pessoa do plural, indicando indeterminação do sujeito:

Nunca se pôde saber donde saíra aquela criança; como chegara até o terreiro sem *darem* por ela. (Alencar, *Til.*, vol. III, Rio de Janeiro, 1872, 8).

c) Tendo o infinitivo sujeito próprio e estando este expresso na oração infinitiva:

Que os levasse o diabo os ingleses! Isto não ficava direito sem *irem todos eles* barra fora. (M. de Assis, *Brás Cubas*, 248).

Cerrai a porta, que há aí alguns vizinhos de andares altos, que já murmuram *sermos nós* ruins gastadores de tempo. (Castilho, *Felic. pela Agric.*, II, 96).

Obs. I: – No português antigo pode ver-se, nestas circunstâncias, o infinitivo impessoal:

Não sofre muito a gente generosa
Andar-lhe os cães os dentes amostrando. (Camões, *Lus.*, I, 87).

Um autor de hoje diria, feita a abstração da métrica: “*andarem-lhe os cães*”, ou “*que lhe andem os cães*”.

Contudo, há exemplos, raros, do infinitivo impessoal, nos modernos (e suponho que só quando o sujeito é da 3ª pessoa):

Quem ainda é moço não sabe
E nem calcula o sofrer
De quem, ao *morrer-lhe os sonhos*,
Não soube também morrer. (A. de Oliveira, *Poes.*, 3ª série, 261).
Grandes céus estes para os grandes pensamentos
Neles *soltar* num vôo as asas, à vontade,
Na ânsia e sofreguidão de espaço e liberdade.
(A. de Oliveira, *Poes.* 4ª série, 249).

Obs. II: – Não confundir o caso *c* com o do infinitivo referido ao objeto direto dos verbos *ver*, *ouvir*, *deixar*, *fazer*, *mandar* e análogos, em que tanto se usa a forma pessoal como a impessoal, segundo se mostrará adiante.

Nos demais casos ora se vêem as formas pessoais ora as impessoais, sendo que, se o infinitivo se refere a um verbo subordinante, são preferidas as impessoais, principalmente não vindo o infinitivo longe do verbo subordinante. A clareza, a ênfase e a harmonia também influem para a escolha de umas e outras formas: o infinitivo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

impessoal é mais vago, mais abstrato; o outro é mais preciso, mais concreto, mais enérgico. Compare-se a vigorosa nitidez, o poder de individuação da frase de Camões: “e folgarás de verdes a polícia portuguesa” (*Lus.*, VII, 72) com o pouco relevo de expressão que teria se fosse feita com o infinitivo impessoal: “e folgarás de ver a polícia portuguesa”.

Virgens irmãs, que *vão* de mãos travadas
Sorrirem de inocência à própria imagem,
Que luz em claro arroio. (*G. Dias, Poes.*, I, 25).

(Podia ser “*vão sorrir*”, que é mais usual).

Possas tu, descendente maldito
De uma tribo de nobres guerreiros,
Implorando cruéis forasteiros,
Seres presa de vis Aimorés. (*Id.*, *ibid.*, 53).

(“*Possas tu ser*” é mais usual).

Verei hórridas trevas lento e lento
Descerem, como um crepe funerário
Em negro esquife, onde repousa a morte. (*Id.*, *ibid.*, 162).
O homem sofre, blasfema e desespera,
E *viendo* os mundos *desabar* precipites
Um grito solta de horroroso transe.

(*Id.*, *ibid.*, II, 226; outro ex. a pág. 82).

Então *sentiu brotarem* na sua alma
Sonhos de puro rumor, sonhos de glória. (*Id.*, *ibid.*, II, 196).
viam-se alvejar ao longe as pedras das sepulturas.

(Herculano, *Lendas e Narr.*, I,5).

¿Porque teu coração exala uns fundos,
Magoados suspiros,
Que eu não escuto; mas que *vejo* e *sinto*
Nos teus lábios *morrer*? (*Id.*, *ibid.*, II, 44).

viram-se muitas mãos calosas *erguerem-se* encurvadas e *formarem*
em volta das orelhas de seus donos uma espécie de anel acústico. (*Id.*,
ibid., 56).

pelas frestas e portas dessa multidão de casas que, apinhadas à roda
do castelo e como enfeixadas e comprimidas pela apertada cinta das
muralhas primitivas de Lisboa, *pareciam mal caberem* nelas, *viam-se*
fulgurar, aqui e acolá, as luzes interiores. (*Id.*, *ibid.*, 49).

Podia estar “*pareciam caber*”, que é mais usual; ou, ainda:
“*parecia caberem*”, sintaxe análoga à desta frase, do mesmo autor:
“sentiu-se um tropear de cavalgadas, que *pareciam correrem* à ré-
dea solta”. – *Lendas e Narr.*, I, 96.

..... Vocês, velhotes,
Que fazem por aqui? Se os visse *andarem-se*
De réstia c'os pimpões da brincadeira,
Entendia; mas isto, acantoados
Como ermitães, que val ou que lhes presta?"

(A.F. de Castilho, *Fausto*, 2ª ed., Lisboa, 1919,376).

Não as vi *treparem* agora? (M. de Assis, *Esau e Jacó*, 118).

Muitos deles adormeceram para sempre nas solidões daqueles agrestes esconderijos, sem que *vissem verificar-se* as suas esperanças. (Herculano, *Eurico*, 160).

O vento tépido, úmido e violento *fazia ramalhar* as árvores dos jardins. (Herculano, *Lendas e Narr.*, I, 38).

a tribulação sofrida com paciência *nos faz termos* a Deus por defensor, e *sermos* livres, soltos e desatados do amor e impedimentos do mundo. (Heitor Pinto, *Imagem*, I, 250).

Quem te deu, pois, o direito de *correr* a morte certa? (Herculano, *Eurico*, 177).

quem te incumbem de nos *dizeres*: não saíreis daqui? (*Id.*, *ibid.*, 177).

Que, também, esses ... se ergam para *pelejarem* batalhas tremendas. (*Id.*, *ibid.*, 69).

os exemplos não se fizeram senão para *ser* citados.

(M. de Assis, *D. Casmurro*, 193).

Acudiam peregrinos de todas as partes, para *ver* de perto o santo homem. (Coelho Neto, *Fabulário*, 198).

Talvez por isso *entraram* os objetos a *trocarem-se*.

(M. de Assis, *Brás Cubas*, 26).

Alguns metafísicos biliosos têm chegado ao extremo de *adarem* como simples produto da gente chocha ou medíocre.

(Machado de Assis, *Id.*, *ibid.*, 290).

Ele próprio alegre-se, entorna os olhos por esse ar puro, deixa-os *ir fartarem-se* de verdura e fresquidão. (Machado de Assis, *Várias Hist.*, 279).

cheguei a vê-los, moribundos, arquejantes, *pedirem-me* perdão.

(Machado de Assis, *Hist. Sem data*, 38).

Tomar-se-á, contudo, como regra prática usar o infinitivo impessoal nestes casos:

a) quando estiver referido ao sujeito dos seguintes verbos, e outros semelhantes: *deixar de*, *acabar de*, *cessar de*, *andar a*, *estar a*, *começar a*, *vir a*, *haver de*, *tratar de*, *tornar a*, *chegar a*, *vir de*, *pôr-se a*, etc.: "*começam a dizer*", "*deixamos de fazer*", "*andas a pedir*", etc.;

b) quando se referir ao sujeito dos seguintes verbos, e outros semelhantes, dependendo deles como objeto direto ou formando com eles locução verbal: *buscar* (e sinônimos), como *procurar*, *tentar*, etc.), *deixar-se*, *imaginar* (e sinônimos, como *cuidar*, *pensar*, etc.), *ir*, *vir*, *lograr* (e sinônimos, como *conseguir*, *alcançar*, etc.), *ousar*, *resolver*, *poder*, *querer*, *dever*, *sentir*, *saber*, *recusar*, *costumar*, *soer*, etc. "*buscaram re-*

solver”, “*deixamo-nos estar*”, “*imaginas saber*”, “*resolvemos partir*”, etc.;

c) quando se referir a um pronome pessoal em acusativo, sendo este pronome objeto direto dos verbos *ver*, *fazer*, *deixar*, *mandar*, *ouvir*, *sentir*, *perceber*, e outros semelhantes: “*vi-os entrar*”, “*percebeu-os chegar*”, “*fizeram-vos falar*”, “*não nos deixeis cair em tentação*”, “*mande-os esperar*”, “*a tribulação nos faz ter a Deus por defensor*”, etc.

Sousa da Silveira. *Lições de Português*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960, (Sexta edição melhorada, revisão crítica, em consulta com o autor, pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva), p. 265 a 269).

De conformidade com os Professores Celso Cunha e Lindley Cintra:

INFINITIVO IMPESSOAL E INFINITIVO PESSOAL

A par do INFINITIVO IMPESSOAL, isto é, do infinitivo que não tem sujeito, porque não se refere a uma pessoa gramatical, conhece a língua portuguesa o INFINITIVO PESSOAL, que tem sujeito próprio e pode ou não flexionar-se. Assim, em:

Se **criar** é **criar-se**,

cantar é **ser**. (E. Moura, *IP*, 187.)

Amar é a eterna inocência. (F. Pessoa, *OP*, 139.)

O infinitivo é impessoal.

Já nas frases:

O difícil é **estarmos** atentos. (V. Ferreira, *MN*, 128.)

Indispensável os meninos **estarem** no bom caminho, **sabermos** cortar mandacaru para o gado, consertar cercas, amansar brabos. (G. Ramos, *VS*, 31.)

estamos diante de formas do INFINITIVO PESSOAL.

O INFINITIVO PESSOAL FLEXIONADO possui desinências especiais para as três pessoas do plural e para a 2ª pessoa do singular.

EMPREGO DISTINTIVO

O emprego das formas flexionada e não flexionada do INFINITIVO é uma das questões mais controvertidas da sintaxe portuguesa. Numerosas têm sido as regras propostas pelos gramáticos para orientar com precisão o uso seletivo das duas formas. Quase todas, porém, submetidas a um exame mais acurado, revelaram-se insuficientes ou irreais. Em verdade, os escritores das diversas fases da língua portuguesa nunca se pautaram, no caso, por exclusivas razões de lógica gramatical, mas se viram sempre, no ato da escolha, influenciados por motivos de ordem estilística, tais como o ritmo da frase, a ênfase do enunciado, a clareza da expressão.

Por tudo isso, parece-nos mais acertado falar não de regras, mas de tendências que se observam no emprego de uma e de outra forma do INFINITIVO.

São algumas dessas tendências que passamos a indicar.

EMPREGO DA FORMA NÃO FLEXIONADA

1. O INFINITIVO conserva a forma NÃO FLEXIONADA:

1º) quando é impessoal, ou seja, quando não se refere a nenhum sujeito:

Viver é exprimir-se. (G. Amado, *TL*, 9.)

Jurar falso é grande crime. (A. Ribeiro, *V*, 415.)

Amar os homens é sempre uma alegria dolorosa.

(Luandino Vieira, *NM*, 135.)

2º) Quando tem valor de imperativo:

E Deus responde – “**Marchar!**” (Castro Alves, *EF*, 2.)

Formar! – ordenou o sipaio Jacinto. (C. Saromenho, *V*, 197.)

Se o indez morre, **deixá-lo...** (M. de Sá-Carneiro, *P*, 142.)

3º) quando, em frase nominal de acentuado caráter afetivo, têm sentido narrativo ou descritivo (INFINITIVO DE NARRAÇÃO)

O pai nos cabarés, nas casas das mulheres, gastando com raparigas, jogando nos hotéis, nos bares, com amigos bebendo. A mãe **a fenecer** em casa, **a ouvir** e **a obedecer.** (J. Amado, *GCC*, 277.)

Mais dois dias. E Catarina **a piorar.** (Ó. Ribas, *U*, 243.)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

4º) quando, precedido da preposição *de*, serve de complemento nominal a adjetivos como *fácil, possível, bom, raro* e outros semelhantes:

Já não transitam pelo correio aquelas cartas de letra miudinha, **impossíveis de ler, gratas de ler**, pois derramavas nelas uma intacta ternura ... (C. Drummond de Andrade, *CB*, 137.)

Há decisões **fáceis de manter**, lembranças **difíceis de afastar**.

(J. Paço d' Arcos, *CLV*, 890.)

5º) quando, regido da preposição *a*, equivale a um gerúndio em locuções formadas com os verbos **estar, andar, ficar, viver** e semelhantes:

Olha, triste viuvinha, já **estou a ouvir** teus passos nos surdos corredores da memória. (Luandino Vieira, *NANV*, 80.)

Andam a montar casa. (J. Paço d' Arcos, *CVL*, 704.)

E, porque conhecer que o vento era mais da madrugada que da noite, **ficou a esperar** a manhã. (Adonias Filho, *LBB*, 118.)

2. É também normal o emprego do INFINITIVO NÃO FLEXIONADO:

1º) quando pertence a uma locução verbal e não está distanciado do seu auxiliar:

Os galos **começam a cantar**. (A. Arinos, *OC*, 456.)

- Amanhã **vamos passar** o dia no Oiteiro. (J. Lins do Rego, *ME*, 121.)

Importavam menos as palavras, essas talvez **pudessem esquecer-se**, porque outras se lhes **viram sobrepor** e **cobri-las**, e **assimilá-las**. (Aires Redol. *BC*, 57.)

2º) quando depende dos auxiliares causativos (*deixar, mandar, fazer* e sinônimos) ou sensitivos (*ver, ouvir, sentir* e sinônimos) e vem imediatamente depois desses verbos ou apenas separado deles por seu sujeito, expresso por um pronome oblíquo:

Deixas correr os dias como as águas do Paraíba?

(Machado de Assis, *OC*, II, 119.)

E as lágrimas que choro, branca e calma,

Ninguém as **vê brotar** dentro da alma!

(F. Espanca, *S*, 18.)

Esta **viu-os ir** pouco e pouco. (Machado de Assis, *OC*, II, 509.)

Neste caso, costuma ocorrer também a forma flexionada, quando entre o auxiliar e o infinitivo se insere o sujeito deste, expresso por substantivo ou equivalente:

Domingos **mandou** os homens **levantarem**-se.

(Castro Soromenho, *C*, 56.)

Vi teus vestidos **brilharem**
sem qualquer clarão do dia.

(C.Meireles, *OP*, 615.)

E, mais raramente, quando o sujeito é um pronome oblíquo:

Ele **viu**-as **entrarem, prostrarem**-se de
braços
estendidos,

Chorando, e não se comoveu ... (Coelho Netto, *OS*, I, 1328.)

Construções do tipo:

Vi surgirem os primeiros brotos nas árvores, **nascерem**
as primeiras flores, e **chegarem** enfim os frutos inocentes e verdes.
(A. F. Schmidt, *AP*, 170.)

não são comuns e explicam-se pelo realce que, no caso, se concede ao sujeito do infinitivo.

EMPREGO DA FORMA FLEXIONADA

O INFINITIVO assume a FLEXIONADA:

1º) quando tem sujeito claramente expresso:

Mas o curioso é **tu** não **perceberes** que não houve nunca “ilusão” alguma. (V. Ferreira, *NN*, 312.)

Vila Nova lembrou que o melhor era **irem todos** logo falar ao Bom Jesus. Arinos, *OC*, 207.)

2º) quando se refere a um agente não expresso, que se quer dar a conhecer pela desinência verbal:

Acho melhor não **fazer**es questão.

(Ferreira de Castro, *OC*, I, 94.)

Bom seria **andarmos** nus como as feras.

(Adonias Filho, *LBB*, 108.)

3º) quando, na 3ª pessoa do plural, indica a indeterminação do sujeito:

Ouvi **dizerem** que Maria Jeroma, de todas a mais impressionante, pelo ar desafrontado e pela pintura na cara, ganhara o sertão. (G. Amado, *HMI*, 143.)

- O culpado de tudo é aquele tal de Doutor Reinaldo.

Por que não deixou **levarem** a sujeita para o Recife?

(J. Condé, TC, 274.)

4º) quando se quer dar à frase maior ênfase ou harmonia.

Tomar um tema e trabalhá-lo em variações ou, como na forma sonata, tomar dois temas e opô-los, fazê-los **lutarem, embolarem, ferirem** e **estraçalharem**-se e dar a vitória a um ou, ao contrário, apaziguá-los num entendimento de todo repouso ... creio que não pode haver maior delícia em matéria de arte. (M. Bandeira, P., II, 37.)

Aqueles homens gotejantes de suor, bêbedos de calor, desvairados de insolação, / **a quebrarem, / a espicaçarem, / a torturarem** a pedra, / pareciam um punhado de domônios revoltados na sua impotência contra o impassível gigante. (A. Azevedo, C, 66.)

Observação:

O uso do infinitivo flexionado parece ser mais freqüente no português europeu do que no do Brasil em razão da vitalidade, em Portugal, do tratamento *tu* e, por conseqüência, da flexão correspondente a esta pessoa no infinitivo pessoal. Predominando na maior parte do Brasil o tratamento íntimo *você*, que se constrói com o verbo na 3ª pessoa do singular – pessoa desprovida de desinência, ou melhor, com desinência zero Ø -, daí decorre a identificação desta forma do infinitivo pessoal com a do impessoal.

CONCLUSÃO

Como vimos, ‘a escolha da forma infinitiva depende de cogitarmos somente da ação ou do intuito ou necessidade de pormos em evidência o agente da ação’ (Said Ali). No primeiro caso, preferiremos o INFINITIVO NÃO FLEXIONADO; no segundo, o FLEXIONADO.

Trata-se, pois, de um emprego seletivo, mais do terreno da estilística do que, propriamente, da gramática.”

Celso Cunha & Lindley Cintra. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985, p. 473- 478.

Na opinião do **Professor M. Said Ali**:

Emprego do Infinitivo Pessoal

A língua portuguesa usa de duas formas de infinitivo: o infi-

nitivo IMPESSOAL ou SEM FLEXÃO, e o infinitivo PESSOAL ou FLEXIONADO.

Este último refere a ação em especial a alguma das três pessoas do discurso, tomando as desinências *-es* para a 2ª do singular, e *-mos, -des, -em* para as três do plural. Faltam à 1ª e à 3ª do singular desinências que as distingam do infinitivo impessoal.

Usam-se as duas formas segundo as seguintes regras gerais:

Infinitivo impessoal

1º sempre que o verbo indicar a ação em geral, como se fora um nome abstrato, ou quando não se cogita da pessoa, ex.: *estudar* (= o estudo) é útil.

2º nas linguagens compostas e perifrásticas, sendo apenas lícita a flexão no caso de vir o infinitivo afastado de seu auxiliar a ponto de tornar-se obscuro o sentido se esse auxiliar não for lembrado novamente.

Infinitivo pessoal

1º sempre que o infinitivo estiver acompanhado de um nominativo sujeito, nome ou pronome (quer igual ao de outro verbo, quer diferente).

2º sempre que se tornar necessário destacar o agente e referir a ação especialmente a um sujeito, seja para evitar confusão, seja para tornar mais claro o pensamento. O infinitivo concordará com o sujeito que temos em mente.

3º quando o autor intencionalmente põe em relevo a pessoa a que o verbo se refere.

Estas regras gerais podem ser desdobradas nas seguintes:

Regras especiais

Considerada a ação com referência especial a sujeito deter-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

minado, emprega-se o infinitivo pessoal. Confrontem-se estes exemplos:

Convém *estudar* geografia.
Convém *estudares* geografia.

É de regra o emprego da forma sem flexão quando o infinitivo, denotador da noção predicativa principal, vem combinado com algum verbo que, além dos conceitos de pessoa, número e modo, designe começo do ato, duração, repetição, continuidade, terminação (*começar a, estar a, pôr-se a, continuar a, tornar a, costumar, cessar de, acabar de, deixar de*) ou possibilidade, capacidade, necessidade, vontade, desejo, esforço, tentativa (*poder, saber, significando “ser capaz de”, querer, haver de, precisar de, dever, ter de, tentar, pretender, ousar, atrever-se a, etc.*), ou movimento para realizar um intento (*ir, vir*), ou resultado (*vir a, chegar a*):

Começas a ser preguiçoso, *devias ser* mais aplicado.
Tornamos a mostrar-lhe o perigo.
Queres agradecer-me, mas não *costumas aceitar* meus conselhos.
Vieram dizer-nos que não nos esperaríamos.
Era tão má a alimentação que todos *chegaram a ficar* doentes.
Atevemo-nos a fazer tal pedido.
Foram procurá-lo porque *tentavam tirar-lhe* a vida.
Não *sabem dar* um passo sem palanquins.

Se o infinitivo dependente de algum dos verbos *poder, querer, dever, costumar, começar, deixar de*, ou respectivos sinónimos, vier tão afastado do verbo modificativo que fique obscuro o sentido, pode-se dar ao infinitivo a forma pessoal:

Parece que não *podiam* tirar nada eles, nem eles *levarem mais*
(R.Lobo).
Bem lhe *pode* o príncipe negar o que eles pedirem a eles *prezarem-se*
muito dessas negações (Vieira).
Deviam-no trazer todos vocês nas palmas, dar mil graças aos céus, e
acabarem de crer (Castilho).
Possas tu, descendente maldito de uma tribo de nobres guerreiros,
implorando cruéis forasteiros, *seres* presa de vis Aimorés (G. Dias).

Certos verbos sinónimos de *buscar, tentar, pretender, ousar*, ocorrem, em escritores clássicos, por vezes usados com o infinitivo flexionado, embora venham junto a ele. Esta prática tem caído em desuso:

Tratarem de se recolherem por terra. (Couto).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Não toma flexão o infinitivo dependente de *mandar, deixar* ou *fazer* quanto, além destes verbos, se empregue um nome ou pronome que seja ao mesmo tempo objeto do verbo regente e sujeito do verbo regido:

O fumo *faz fugir as abelhas*.
Não *nos deixeis cair* em tentação.
Isto dizendo, *manda os diligentes ministros amostrar* as armaduras.
(Camões).
Deixa andar os homens nesta vida semelhantes aos brutos (Arrais).
Aquele atrativo divertimento *fizera voar as horas* (Herculano).
Os preceitos positivos nos *mandam seguir* o bem, os negativos *nos mandam fugir* o mal.
Faz ir docemente murmurando *as águas* (Camões).

A regra precedente é aplicável às combinações de *ver* e *ouvir* com infinitivo quando os verbos, regente e regido, vêm próximos um do outro.

Achando-se afastado pela interposição de dizeres um tanto extensos, pode o infinitivo tomar flexão em concordância com o sujeito. Às vezes o infinitivo flexionado ocorre somente por haver a intenção de realçar o sujeito:

Verão morrer com fome *os filhos caros*.
Verá braços e pernas ir nadando (Camões).
Viram desaparecer os godos numa garganta estreita (Herculano).
Viu de antigos, longínquos e altos montes *nascere* duas *claras e altas fontes* (Camões).
Todos se calaram quando *te ouviram cantar*.
Ouve mugir os bois (Castilho).
Nada mais delicioso para o coração do que *ouvir estes dous irmãos falarem* dela (Castilho).
Não ouve falar as pedras. (Garrett)

Junto a verbos que significam *declarar, mostrar, pensar*, o infinitivo, tendo sujeito diverso do verbo regente, concordará necessariamente com este sujeito tomando a forma flexionada

Disse serem falsas as assinaturas.
Isto *mostra serem bons os conselhos*.
Afirma não existirem tais plantas no país.

Sendo o sujeito do infinitivo o mesmo que o dos verbos *declarar, mostrar, pensar*, serve a forma pessoal para pô-lo novamente em relevo:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Mostravam terem recebido dano. (Barros).

Ainda na borda do rochedo aprumado sobre a água se enxergavam alguns orifícios profundos, que *mostravam terem* servido para embeber as traves da ponte (Herculano).

Confessam deverem-nos a vida que vivem (Fr. L. de Sousa).

Afirmam estarem impossibilitados de prosseguir viagem.

Estando ele e os outros, *cuidando terem* bom posto. (Barros).

Com o verbo *parecer* usado impessoalmente emprega-se o infinitivo flexionado em concordância com o respectivo sujeito:

Parecia serem ali degolados alguns bois. (Barros).

Parecia quererem ali saltar no regaço do Santo. (F. L. de Sousa).

O caminho que seguia a multidão dos infiéis, os quais lhes *pareceu dirigir-se* para o lado do célebre mosteiro (Herculano).

Empregando-se *parecer* como verbo pessoal, costuma-se, na linguagem corrente de hoje, juntar-lhe o infinitivo sem flexão. Pode contudo usar-se a forma flexionada se, pela interposição de dizeres extensos, o infinitivo vier muito afastado do verbo *parecer*:

Mordiam os freios brilhantes e *pareciam adivinhar* que estava próximo um dia de combate. (Herculano).

As aves aquáticas *pareciam* nos seus vôos incertos, ora vagarosos, ora rápidos, *folgarem* com os primeiros dias da estação dos amores. (Herculano).

A linguagem quinhentista fornece exemplos do verbo pessoal *parecer* construído com infinitivo flexionado, achando-se os verbos juntos um ao outro.

Com aqueles ímpetos muitas vezes *pareciam cortarem* pelo ar, e não pela água. (Barros).

Pareciam virem na ordem das procissões da invocação. (Barros).

Usa-se a forma pessoal na combinação *ao*+infinitivo, como equivalente de oração temporal explícita iniciada pela conjunção *quando*:

Rugindo de cólera *ao contemplarem* este espetáculo, apertavam contra o peito a cruz das espadas. (Herculano).

Ficaram todos pasmados *ao verem-no* caminhar.

Nas exclamações e interrogações o uso do infinitivo flexionado mostra que se quer referir a ação em especial a certo sujeito:

Tu, Hermengarda, *recordares-te*?!

(Eurico). *Morreres*?! Oh, não!

Assassinares uma fraca mulher, assassinar-te a ti próprio e *renegares*

da vida eterna! (Herculano)

Há contudo casos de frases exclamativas, em que o infinitivo, com sujeito expresso, deixa de concordar com ele, conservando-se sem flexão. Com esta linguagem se acentua o contraste entre o agente e a ação que determinam a surpresa, parecendo cousas incompatíveis:

Vós arriscar vossa pessoa, e a vossa vida!
Vós ir padecer e morrer a mãos de vossos inimigos! (Vieira).

Precedido da preposição *de* e dependente de verbo, adjetivo ou substantivo que designem sentimento (alegria, espanto, admiração, orgulho, vergonha, temor, esperança, desesperança, tristeza, etc.), o infinitivo denotador da causa determinante tomará a forma não-flexionada se o sentido é bastante claro e não houver intuito de fazer valer a ênfase:

Há muitas cousas que não queremos dizer e *folgamos* em extremo *de* as *ouvir*. (R. Lobo).

Os verdadeiros religiosos *gloriam-se de ser* bem obedientes
(H. Pinto).

Ficaram *contentes de ver* o resultado.

Aos que *se envergonham de poupar* a vida, para a perder com glória quando o dia do sacrifício chegar, darei eu o exemplo. (Herculano).

Os quais *se prezavam de guardar* juntamente a lei de Cristo e a de Moisés. (Arrais).

Desde porém que possa haver qualquer equívoco ou se queira mostrar que a pessoa a quem o verbo no infinitivo se refere é ou deve ser vivamente afetada pelo sentimento, toma o infinitivo a forma pessoal. Dos inúmeros exemplos encontráveis em escritores portugueses mencionaremos aqui apenas os seguintes:

Ficando *contentes e alegres de verem* entre aqueles dous fidalgos tamanhas discórdias. (D. do Couto).

Pasmas-te de me *veres* a mim, ou *de te veres* a ti em tamanha honra? (F. M. Pinto).

Não *te espantes de Baco* nos teus reinos *receberes* (Camões).

Aqueles que *folgam de os adularem*. (H. Pinto).

Folgarás de verdes a polícia portuguesa na arte e na milícia (Camões).

Estes *pasmados de verem* o Sol, que se não movia; aqueles, também *pasmados de esperarem* pelo Sol, que não chegava. (Vieira).

Vergonha havias tu de ter *de me alegrares* com o Santo
(Bernardes).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os que têm alguma índole e se prezam de serem verdadeiros filhos de seus pais. (Arrais).

Têm logo *esperança* certa de serem livres. (F. M. Pinto).

Obs. – Para mais exemplos e esclarecimentos contrários à deficientíssima regra de Soares Barbosa, consulte-se nossa *Sintaxe do Português Histórico*.

O infinitivo regido de preposição *de*, quando usado como complemento especificador ou delimitador de uma noção expressa por substantivo ou adjetivo, tem a forma impessoal se considera a ação em abstrato. Havendo porém conveniência ou necessidade de referir a ação em especial ao sujeito, recorre-se ao infinitivo flexionado:

Tão *amigos de conservarem* a Fé em sua pureza, e *de a dilatarem* foram sempre seus pais e avós. (Fr. L. de Sousa).

Os godos, porém, tinham a *vantagem de caminharem* ordenados.

(Herculano).

Incapazes de conhecerem a vantagem da ordem e da disciplina.

(Herculano).

Com *obrigar a, constranger a, forçar a* usa-se na linguagem comum o infinitivo impessoal. Querendo porém dirigir particularmente a atenção para a vítima do constrangimento, emprega-se o infinitivo pessoal:

Aqueles em cujos peitos Deus encerrara ouro e prata, eram *obrigados a desprezar* os metais da terra. (Arrais).

Isto *obrigou* os religiosos *a cortar* por todas as contrariedades.

(Fr. L. de Sousa).

Mas por derradeiro os *constrangeu a lhe pedirem* paz. (Arrais).

Obrigou os donos do achado *a darem* prêmio a quem achou.

(Bernardes).

Queixavam-se de que os *obrigavam a trabalharem* gratuitamente nos reparos dos seus castelos. (Herculano).

Serão *forçados a se acomodarem* com a paz. (Vieira)

Ensinar a vem de ordinário com infinitivo sem flexão quando se menciona simplesmente o ato que se ensina alguém a praticar:

Ensinam-te na escola *a ler* e *a escrever*.

Ensinou-nos ele *a jogar* esgrima.

Se o infinitivo construído com *ensinar a* vem acompanhado de termos explicativos de certa extensão, convém às vezes reavivar por meio do infinitivo flexionado a noção de pessoa a quem se ensina:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Pois ela nos *ensina a amarmos* nossos amigos. (Fr. L. de Sousa)
Ginetes *ensinados a voltarem* sós ao campo cristão do deserto.
(Herculano).

Regido de qualquer das preposições *até, para, por, com, em, sem, sobre, antes de, depois de, em vez de, além de*, usa-se tanto o infinitivo impessoal como o infinitivo flexionado. Nenhuma importância tem o ser o sujeito diferente ou o mesmo que o da oração subordinada.

A escolha da forma infinitiva depende de cogitarmos somente da ação ou do intuito ou necessidade de pormos em evidência o agente do verbo. É este o critério adotado na prática por todos os escritores portugueses desde os mais remotos até a data de hoje.

Dos inúmeros exemplos de infinitivo pessoal mencionados em nossa Sintaxe Histórica reproduziremos aqui somente os seguintes:

- Todos morreram *sem se quererem* entregar. (Barros).
- Em vez de aborrecerem* o mal, aborrecem a luz. (Vieira).
- Como estais *sem irdes* pregar a santa fé? (Camões).
- Então é que protestam *com dizerem*: Aqui estamos. (Vieira).
- Já sabemos que és nascido *para nos alegrares e espojares* com o riso. (Bernardes).
- Lançaram-se despidamente após ele *para o alcançarem* antes que chegasse ao bosque. (Herculano).
- Os dous dias que me pediste *para chorares* o teu cativoiro passaram. (Herculano).
- Vai e deixa-te lá estar *até veres* chegar o bergantim. (Garrett)
- Por último queríamos, *sem nos desviarmos* do nosso guia, retocar um ou outro descuido. (Castilho).

Conserva-se impessoal o infinitivo com sentido passivo e forma ativa, bem como todo o infinitivo dependente das locuções *fácil de, difícil de, bom de, mau de, impossível de, duro de, estar para, estar a, estar por*

- Homens *difíceis de contentar*.
- Notas *impossíveis de reproduzir*.
- Os doentes *estão para morrer*.
- Rios *fáceis de atravessar*.
- As frutas *estão a cair* de maduras.
- Os hóspedes *estão a hegar*.
- As cartas *ficaram por escrever*. (Said Ali, 1964: 175-80).

De acordo com o Professor Evanildo Bechara:

Emprego do infinitivo (flexionado e sem flexão):

1) Infinitivo pertencente a uma locução verbal:

Não se flexiona normalmente o infinitivo que faz parte de uma locução verbal:

E o seu gesto era tão desgracioso, coitadinho, que todos, à exceção de Santa, *puseram-se a rir*.

[AAz apud FB.1.138].

‘Pois, se *ousais levar* a cabo vosso desenho, eu ordeno que o façais. (AH apud FB. 1.196).

Depois mostraram-lhe, um a um, os instrumentos das execuções, e explicaram-lhe por miúdo como *havam de morrer* seu marido, seus filhos e o marido de sua filha. (CBR apud FB. 1, 221).

Encontram-se exemplos que se afastam desse critério quando ocorrem os seguintes casos:

a) o verbo principal se acha afastado do auxiliar e se deseja avivar a pessoa a quem a ação se refere:

Possas tu, descendente maldito

De uma tribo de nobres guerreiros,

Implorando cruéis forasteiros,

Seres presa de vis Aimorés. (GD, 4, II, 31).

...dentro dos mesmos limites atuais *podem* as cristandades *nascem* ou *anularem-se*, *crecerem* ou *diminuírem* em certos pontos desses vastos territórios (AH. 2, 173).

b) o verbo auxiliar, expresso anteriormente, cala-se depois:

Queres ser mau filho, *deixares* má nódoa d’infância na tua linhagem. (AH. 2, 174).

2) Infinitivo dependente dos verbos causativos e sensitivos:

Com os causativos *deixar*, *mandar*, *fazer* (e sinônimos) a norma é aparecer o infinitivo sem flexão, qualquer que seja o seu sujeito:

Sancho II deu-lhe depois por válida a carta e *mandou-lhes erguer* de novo os marcos onde eles os haviam posto (AH. 2, 64).

Deixai vir a mim as criancinhas.

Mas flexionado em:

e *deixou fugirem*-lhe duas lágrimas pelas faces. (AH.2, 155).

Não são poucas as doenças para as quais, por desídia, vamos *deixando perderem-se* os nomes velhos que têm um português. (MBa. 5, 211).

Com os sensitivos *ver, ouvir, olhar, sentir* (e sinônimos) o normal é empregar-se o infinitivo sem flexão, embora aqui o critério não seja tão rígido:

Olhou para o céu, viu estrelas... escutou, *ouviu ramalhar* as árvores. (AH.2. 101).

... o terror fazia-lhes crer que já *sentiam ranger* e *estalar* as vigas dos simples ... (AH.2, 172).

Os seguintes exemplos atestam o emprego do infinitivo flexionado:

Em Alcoentre os ginetes e corredores do exército real vieram escaramuçar com os do infante, e ele próprio os *ouvia chamarem-lhe* traidor e hipócrita. (AH.2, 96).

Creio que comi: *senti renovarem-se-me* as forças. (AH.2, 172).

OBSERVAÇÕES

1ª) Com os causativos e sensitivos pode aparecer ou não o pronome átono que pertence ao infinitivo:

Deixei-o embrenhar (por *embrenhar-se*) e transpus o rio após ele. (AH. 2, 77).

O faquir *deixou-o afastar* (por *afastar-se*) (AH. 2).

Encostando-se outra vez na sua dura jazida, Egas *sentiu alongar-se* a estrupiada dos cavalheiros ... (AH. 3, 265-6).

E o eremita *viu-a*, ave pernalta e branca, *bambolear-se* em vôo, ir chegando, *passar-se* para cima do leito, *aconchegar-se* ao pobre homem... (JR. 2, 327).

Por isso não cabe razão a Mário Barreto (...) quando condena, nestes casos, o aparecimento do pronome átono.

2ª) Aqui também o infinitivo pode aparecer flexionado, por se calar o auxiliar:

viu alvejar os turbantes, e, depois *surgirem* rostos tostados, e, depois, *reluzirem* armas. (AH. 1, 275).

3ª) Infinitivo fora de locução verbal:

Fora da locução verbal, 'a escolha da forma infinitiva depende de cogitarmos somente da ação ou do intuito ou necessidade de pormos em evidência o agente do verbo' [SA. 2, 246].

O infinitivo sem flexão revela que a nossa atenção se volta

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

com especial atenção para a ação verbal: o flexionamento serve de insistir na pessoa do sujeito:

Estudamos	para <i>vencer</i> na vida
	para <i>vencermos</i> na vida

Ocorre o infinitivo flexionado nos seguintes casos principais:

1º) ‘sempre que o infinitivo estiver acompanhado de um nominativo sujeito, ou de pronome (quer igual ao de outro verbo, quer diferente);

2º) sempre que se tornar necessário destacar o agente, e referir a ação especialmente a um sujeito, seja para evitar confusão, seja para tornar mais claro o pensamento. O infinitivo concordará com o sujeito que temos em mente;

3º) quando o autor intencionalmente pôs em relevo a pessoa a quem o verbo se refere’ [SA. 1, 72].

Estudamos para nós *vencermos* na vida.

Beijo-vos as mãos, senhor rei, por vos *lembrardes* ainda de um velho homem de armas que para nada presta hoje. [AH apud FB.1, 195].

É permitido aos versistas *poetarem* em prosa. (CBr. 1, 69, apud BECHARA, 1999: 284-5).”

Em face da recensão e do cotejo acima, em que expusemos a opinião de cinco abalizados gramáticos e filólogos: Sousa da Silveira, Celso Cunha e Lindley Cintra, M. Said Ali e Evanildo Bechara, através de seus respectivos trabalhos, compreendemos que a estilística, desempenhando notável papel, praticamente norteia a linguagem do autor.

A gramática, por consequência, vai explicar os traços estilísticos do escritor, enfeixando-lhe os exemplos dentro de normas linguísticas capazes de servirem de modelo a outros artífices da palavra.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

———. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte : Bernardo Álvares, 1975.

SAID ALI, Manuel. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. Brasília : UnB, 1964.

SOUSA DA SILVEIRA. A.F. *Lições de Português*. Rio de Janeiro : Livros de Portugal, 1960.

**O “EU” E O “OUTRO” EM DIÁLOGOS SIMÉTRICOS
(PROJETOS NURC/SP E NURC/RJ – PARTE I)**

Paulo de Tarso Galembeck (UEL)
Camila Bambozzi Veasey (UNESP)

RESUMO

Este trabalho discute a presença de marcas de subjetividade e intersubjetividade na interação falada simétrica (diálogos entre dois informantes dos Projetos NURC/SP e NURC/RJ), com a finalidade de evidenciar a presença direta dos interlocutores nessa forma de interação verbal. O ponto de partida são os conceitos de sujeito e de dialogismo. Como *sujeito*, entende-se não apenas o “eu”, mas igualmente o “outro”: a noção de sujeito é, pois, *dúplice e reversível*. Também se discute a natureza dialógica da linguagem e, partir dela, o componente interpessoal ou interacional, que mostra a sua relevância em diálogos e, aliás, *sobrepõe-se* aos componentes textual e informativo. As ocorrências são classificadas a partir de uma série de variáveis: quem produz a marca, a quem a marca se dirige, a espécie de marca, o grau de envolvimento entre os interlocutores, a relação da marca com o desenvolvimento tópico, o caráter de atenuação.

1. PRELIMINARES

Este trabalho discute as marcas indicativas da presença explícita do “eu” e do “outro” em diálogos simétricos, com a finalidade de esclarecer o papel por elas exercido na construção dos referidos textos. Enfatiza-se, sobretudo, o caráter intersubjetivo dessas marcas, ou seja, o papel das mesmas no estabelecimento e manutenção das relações entre os participantes do diálogo. Com isso, busca-se compreender o papel das mesmas no processo de negociação entre os participantes do ato conversacional.

O ponto de partida do trabalho é a noção de que todo sujeito constitui uma entidade *dúplice e transitiva*: o “eu” não existe por si, pois apenas pode instituir-se como tal em face do “outro”. Do caráter reversível do sujeito decorre o caráter dialógico da linguagem e a existência, na mesma, de um componente interpessoal ou intersubjetivo, o qual se manifesta sobretudo no discurso falado.

Devido a esse traço de intersubjetividade, *avultam*, na língua falada, os elementos que indicam, de modo direto, a presença dos interlocutores no diálogo: pronomes e formas verbais de primeira e segunda pessoas, marcadores conversacionais de valor fático, lexi-

cais (*certo?*, *né?*) ou não-lexicalizados. O trabalho compõe-se de duas partes. Na fundamentação teórica, expõe-se inicialmente o caráter de sujeito e, em seguida, discute-se o caráter dialógico da linguagem e o componente interpessoal do discurso falado. A segunda parte é dedicada à discussão do papel exercido pelas marcas do “eu” e do “outro”, de acordo uma série de variáveis.

O corpus do trabalho é constituído pelos inquéritos n.º 062, 333, 343, 360 (NURC/SP, publicados em CASTILHO e PRETI, 1987) e n.º 147, 158, 355 e 374 (NURC/RJ, publicados em CALLOU e LOPES, 1994). Esses inquéritos pertencem ao tipo diálogo entre dois informantes (D2) e de cada um deles foi retirado um fragmento correspondente a quinze minutos de gravação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Envolvimento entre os interlocutores

A conversação representa o intercurso verbal em que dois ou mais participantes se alternam, e para que haja a conversação é fundamental que duas ou mais pessoas manifestem a intenção de entrar em contato umas com as outras. Essa interação implica cumplicidade e solidariedade, ou seja, um envolvimento entre os interlocutores.

Este envolvimento existe entre os participantes e destes com o assunto em andamento e é evidente que cada um dos falantes estará “seguindo o pensamento” de seu interlocutor.

Segundo CASTILHO (1998, p.37), ao conversar, os interlocutores se envolvem em pelo menos três estratégias: a manutenção do turno conversacional, o qual o falante pode, por exemplo, usar pausas não muito longas preenchidas por meios fáticos (“ah”), o “assalto” ao turno, como por exemplo, quando há sobreposição de vozes e um interlocutor apropria-se do turno do outro; e a passagem consentida de turno, na qual o processo mais habitual é de natureza não-verbal, que é o olhar e os processos verbais, como uma pergunta, por exemplo.

Segundo RODRIGUES (1993, p.23) o fenômeno de envolvimento, característico da língua falada, abrange, inicialmente, o envolvimento dos interlocutores com o tópico conversacional, o que

explica o processo de elaboração da conversação, que é um trabalho cooperativo, “a duas vezes”.

Como os falantes se encontram em situação de interação, fala-se em mais dois outros tipos de envolvimento: o do falante consigo mesmo (ego-envolvimento) e o do falante como ouvinte. O ego-envolvimento é explicitado, por exemplo, pelos pronomes de primeira pessoa do singular em uma fala (eu, me):

(1)

L2 você não pode escolher não fazer né?

L1 não... mesmo que *eu* escolha *eu* não vou interferir no processo...

(NURC/SP, 333, p.32, 600-603); grifos meus)

O envolvimento do falante com o ouvinte é representado por perguntas e respostas. No decorrer do diálogo, os falantes estão sempre mostrando que compreendem a fala de seu interlocutor através de sinais ou expressões de entendimento como: “certo”, “lógico”, “ah sim” (marcadores conversacionais), que explicita o envolvimento dos interlocutores:

(2)

L1 por hábito... sábado e domingo eu não janto... eu meu dia começa muito tarde...

L2 [*certo* eu também... não nem sempre... tem sábado que eu janto... quando estou com fome eu janto..:]

(NURC/RJ, 158, p.25, 405-408; grifo meu)

2.2. Sujeito e dialogismo

Para que se possa compreender com maior profundidade as características da língua falada e a interação que entre eles se estabelece, cabe discutir as noções de sujeito e de dialogismo, as quais serão discutidas, respectivamente, nesta e na próxima seção do trabalho.

2.2.1. A noção de sujeito

MORIN (1996, p.45 e ss.) define *sujeito* como o indivíduo, considerado em duas dimensões: a autonomia e a dependência. Com efeito, o sujeito é autônomo, e tem consciência de que é um indivíduo único, dotado de identidade própria. Mas esse indivíduo está ciente, ademais, de que depende de outros seres (da mesma ou de outra espécie) para construir a própria individualidade.

Associado à noção de sujeito, surge o conceito de identidade, ou seja, a consciência que o indivíduo tem de si mesmo, de sua particularidade, de que ele permanece o mesmo, ainda que se leve em conta a personagem do tempo. Contudo, a noção de identidade também é dupla, pois o indivíduo só a adquire a partir da interação com outros seres.

Os conceitos de sujeito e identidade têm, pois, dupla face: para a explicitação de ambos é necessário considerar não só o indivíduo em si, mas igualmente os outros seres, com os quais se mantêm relações de dependência.

Por isso mesmo, a noção de sujeito fundamenta-se em dois princípios, inseparáveis e associados, o princípio da exclusão e o da inclusão.

O princípio da exclusão baseia-se na instituição do “eu” como elemento único e central: é a consciência da individualidade e da subjetividade. Mas a exclusão pressupõe a inclusão, pois o “eu” só existe em função do outro com o qual mantemos relações (“você”) e de outros seres com os quais nos integramos (“nós”). Em outros termos, pode-se admitir que o ser humano – dotado de linguagem e cultura – institui-se a si mesmo como um ser único (o “eu”, seguramente, não tem plural, mas, do mesmo modo, ele não pode deixar de levar em consideração o interlocutor (“você”) e o grupo no qual ele se insere (“nós”). O “eu” isolado não existe, porque o sujeito e o outro se complementam e é nessa complementaridade que o ser humano pode exercitar a sua liberdade, como tal entendida a capacidade de escolha.

2.2.2. Dialogismo: o “eu” e o “outro”

A idéia de que o “eu” e o “outro” são instituídos a partir da interação pela linguagem já havia sido formulada por BAKHTIN (1986, p.32 e ss.). Esse autor coloca o princípio dialógico como pilar de sua concepção de linguagem e, pode-se admitir, também, de sociedade e do mundo. O dialogismo – segundo o mesmo autor – é a condição para que o discurso tenha um sentido pleno e, igualmente, para que por meio dele se possa evidenciar a relação existente entre linguagem e vida.

Como assimila BARROS (1999, p.2),

Bakhtin concebe o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem. Examina-se, em primeiro lugar, o dialogismo discursivo, desdobrando em dois aspectos: o da interação verbal entre o enunciador e o enunciatário do texto, o da intertextualidade no interior do discurso.

Neste texto, enfoca-se o primeiro desses aspectos, qual seja, a presença dos participantes do ato comunicativo no estabelecimento do sentido desse ato.

O conceito de dialogismo resulta da interação verbal que o enunciador e o enunciatário estabelecem entre si no espaço criado pelo texto. Ora, esse conceito faz com que o sujeito perca o papel central (e mesmo exclusivo) na construção do texto. Ao contrário, a noção de sujeito torna-se múltipla, pois incorpora outras vozes, ou pelo menos a voz do outro. Aliás, em diversos trechos do capítulo primeiro da obra citada, Bakhtin enfatiza dois pontos que merecem ser salientados: o papel do “outro” na determinação do sentido e o fato de que nenhuma palavra é exclusivamente nossa, já que, nos vários enunciados, nota-se a presença de outras vozes que não a do próprio sujeito.

As idéias de Bakhtin coincidem com a postulação de Morin, já que ambos concebem o sujeito como um ser múltiplo, que interage e se complementa com o outro. Deve-se ressaltar, porém, que Bakhtin, embasado nas idéias do materialismo histórico-dialético, considera o sujeito a partir de uma perspectiva histórica e social. Essa característica, aliás, é uma resultante do próprio caráter dialógico da linguagem.

2.3. Língua falada e dialogismo

2.3.1. Tendências no estudo da conversação

BARROS (1999, p.3) menciona o fato de que a relação dialógica (“eu” e “você”) tem sido tratada por várias disciplinas linguísticas: análise da conversação, semiótica narrativa e discursiva, análise do discurso, pragmática, teoria da enunciação. EGGINS e SLADE (1997, p.23 e ss.), por sua vez, citam as principais correntes ou abordagens da análise de diálogos espontâneos: perspectivas de base sociológica e etnometodológica (análise da conversação); abordagens sociolinguísticas (etnografia da fala, com ênfase no contexto, sociolinguística interacional, baseada na contextualização do discurso); corrente lógico-filosófica (teoria dos atos de fala: a conversação como uma seqüência de atos de fala; pragmática: máximas do comportamento conversacional); correntes estrutural-funcionais (a escola de Birmingham: especificação da estrutura da troca conversacional; a linguística sistêmica funcional: interpretação funcional e semântica da conversação; análise crítica do discurso).

Em todas essas tendências manifesta-se, com maior ou menor ênfase, o princípio do dialogismo. Isso, aliás, é óbvio, já que na interação face-a-face o reconhecimento da presença do outro e do desdobraimento do sujeito se tornam mais marcantes. O “outro” é um ser concreto e, como tal, o discurso falado traz marcas específicas da sua presença.

Este trabalho segue uma das vertentes das abordagens estruturais-funcionais, a linguística sistêmica funcional. As razões dessa escolha serão explicitadas na seqüência do trabalho.

2.3.2. A linguística sistêmica funcional

As correntes incluídas na rubrica das abordagens sistêmico-funcional (a escola de Birmingham e a linguística sistêmica funcional) tem em comum o fato de descreverem a conversação como um nível autônomo, altamente organizado (TAYLOR e CAMERON, 1987, p.5, citados por EGGINS e SLADE, *op. cit.*, p.43). Nos trabalhos dessa linha teórica, busca-se compreender as características da estrutura da conversação e, também relacionar essa estrutura mais

ampla com outras unidades, níveis e estruturas da linguagem.

A opção pela vertente sistêmico-funcional decorre do fato de ela ser, dentre as várias correntes citadas, aquela em que o caráter dialógico da linguagem e a presença são mais marcantes. Essa característica advém de duas postulações da vertente, as quais são mencionadas a seguir: o reconhecimento de que há diferentes tipos de significado (entre eles, o interpessoal) e o estabelecimento de diferentes níveis de significação (gramatical, semântico, discursivo, referente ao gênero textual).

EGGINS e SLADE (*op. cit.*, p.48 e ss.) mencionam mais três espécies ou camadas de significação: a ideacional, a interpessoal, a textual. Na primeira, encaixam-se os significados acerca do mundo e as diferentes representações da realidade, a segunda consiste na negociação acerca dos papéis e relações sociais (*status*, contato, intimidade, filiação); o significado textual relaciona-se com a própria mensagem (coesão, ênfase, conhecimentos prévios).

Essas três camadas são simultâneas e interdependentes, já que podem ser encontradas em unidades lingüísticas de diferentes níveis: palavra, sintagma, frase, texto. Além disso, unifica-as o fato de serem, simultaneamente, funcionais (pois em todas se consideram a conversação como uma atividade com propósito e finalidade definidos) e semânticas (todas partem da noção de que a conversação é um processo de produzir significados). Esses dois traços, aliás, encontram-se na formulação de HALLIDAY (1973, p.34), segundo o qual a linguagem é como é devido aquilo que tem de fazer, ou seja, a linguagem é simultaneamente um meio de interação social e de criar significados. Halliday ainda acrescenta que essas três camadas estão representadas na linguagem porque são complementares, ou seja, cada qual pressupõe os outros dois. Pode-se citar alguns exemplos: o partilhamento das idéias e conceitos (ideacional) está associado à negociação de papéis e à relação entre os interlocutores do tema associa-se aos processos de estruturação do texto (componente textual).

Halliday, no mesmo texto já citado fala em três metafunções, que correspondem aos três tipos de significado já expostos e constituem elementos reguladores e organizadores da atividade lingüística. O citado autor, ademais, revela preocupações com os aspectos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cognitivos e enumera as três metafunções que organizam o contexto. Essas três outras metafunções (denominadas também “registros”) correspondem às camadas de significação:

Metafunção da Linguagem	Metafunção do contexto
- ideacional	- campo
- textual	- modo
- interpessoal	- teor

O campo consiste no foco que incide sobre o assunto e o delimita, o modo relaciona-se com os conhecimentos prévios partilhados, e o teor refere-se aos papéis e relações sociais. Cada uma das variáveis de registro (metafunções contextuais) é realizada no plano da expressão, por uma das metafunções que organizam a linguagem.

Cabe reiterar que essas três camadas são interdependentes e complementares. Desse modo, as marcas de subjetividade e intersubjetividade não se situam apenas na camada interpessoal e no teor (papéis e relações sociais). Ao contrário, as marcas de interpersoalidade estão presentes na estruturação do texto, na relação do assunto e do ponto de vista em que ele vai tratado, nos procedimentos de contextualização e saliência, na escolha de itens lexicais e na seleção gramatical.

Este trabalho centra-se no componente interpessoal (teor), pois os pronomes e desinências da primeira e segunda pessoas constituem as marcas mais evidentes das relações dialógicas. A eles, com efeito, cabe a função de instituir os papéis dos participantes da interação verbal (o “eu” e o “outro”, ou seja, o falante e ouvinte) como marcas específicas da presença dos interlocutores. São, assim, marcas intrínsecas de subjetividade e intersubjetividade, característica que se torna mais nítida na conversação (simétrica) já que nela há uma constante alternância entre o “eu” e o “outro”. Além disso, como assinalam EGGINS e SLADE (*op. cit.*, p.49 e ss.), a conversação é “governada” antes pelos significados interpessoais que pelos componentes ideacionais ou textuais: a tarefa primordial da conversação é a negociação da identidade e das relações sociais. Em verdade, o componente ideacional (assuntos tratados) constitui apenas o pano de fundo para o estabelecimento das relações entre os interactantes.

3. ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS

As marcas de subjetividade serão estudadas a partir de seis variáveis: tipo de marca; interlocutor que a produz; a quem elas se dirigem; grau de envolvimento entre os interlocutores.

3.1. Tipo de marca

As marcas de subjetividade e intersubjetividade são classificadas de acordo com as subcategorizações que constam da tabela a seguir:

Tabela 1. Tipo de marca de subjetividade e intersubjetividade.

Inquéritos NURC/SP	062		333		343		360	
	N	%	N	%	N	%	N	%
L	32	36,37	32	28,83	26	22,60	20	21,05
P	11	12,50	10	9,00	12	10,44	0	0
N	5	5,68	15	13,52	4	3,48	20	21,05
R								
C	40	45,45	54	48,65	73	63,48	55	57,90

Inquéritos NURC/RJ	147		158		355		374	
	N	%	N	%	N	%	N	%
L	42	16,80	22	10,78	16	18,82	38	45,78
P	27	10,80	13	6,38	6	7,06	9	10,85
N	8	3,20	0	0	1	1,18	1	1,20
R								
C	173	69,20	169	82,84	62	72,94	35	42,17

L. marcador lexical (bom, sabe?);

P. marcador proposicional (eu acho, se não me engano);

N. expressão não-lexicalizada (ahn, uhn);

R. marcador prosódico;

C. expressão não-convencionalizada como marcador conversacional.

Como vimos em MARCUSCHI (1989, p.289), na interação face a face os interlocutores podem servir-se de três tipos de recur-

para a realização de marcadores conversacionais: marcadores verbais, marcadores não-verbais e marcadores prosódicos. Neste trabalho, ocupamo-nos dos marcadores verbais, que perfazem um variado e importante conjunto de partículas, palavras, sintagmas, expressões estereotipadas e orações de diversos tipos.

Nos inquéritos analisados, a maior parte dos tipos de marcas de subjetividade e intersubjetividade são expressões não-convencionalizadas, aquelas que possuem marcas específicas de pessoa (verbos e pronomes). Elas aparecem em grande número, pois são elas as que mais se prestam à expressão da subjetividade, ou seja, que apresentam marcas explícitas da presença do falante e do ouvinte:

(3)

L1 *acho que(P) é você(C) vai... fala...
faz uma fofoquinha... ou vai com fulano... né(L)?*

() cerimônia

[

L2 *uhn uhn(N) mas fora isso eu acho que(P) são duas coisas diferentes uma é o valor co/ o:::... o valor comunitário que vo/ que existe quando você(C)... compra alguma coisa você(C) está trocando dinheiro por uma coisa que outra pessoa te(C) dá... vocês(C) estão num acordo né(L)?... (...)*

(NURC/SP, 333, p.35, 711-718; grifos meus)

O componente interpessoal tem importância particular nos textos conversacionais, pois neles tende a existir uma relação simétrica entre os interlocutores. Por isso mesmo, as marcas de pessoalidade constituem um traço intrínseco dessa modalidade de texto e, assim, não necessitam ser assinaladas por expressões conversacionais e recorrentes, como é o caso dos marcadores conversacionais.

Verifica-se, ademais, que a maior parte dos marcadores conversacionais (lexicais e proposicionais) que denotam subjetividade traz marcas específicas de pessoa. Aliás, nos marcadores proposicionais de valor interpessoal, essas marcas constituem uma constante:

(4) (A informante trata da escolha profissional da filha, e do currículo

lo do curso de Decoração).

- L1 não eu dei u::uma rápida olhada *sabe?* mas vi matérias interessantes para ela assim dentro de outras...ah::carreiras... essa se defi/eh *acho que*::se define... uhn para... esse ramo... agora a outra gêmea... ela... como vai va:i o que está tudo muito bom::

(NURC/SP, 360, L. 1281-1285)

No exemplo anterior, o marcador lexical (*sabe*) e o proposicional (*acho que*) possuem marcas de pessoa. Aliás, se for somado o total de indicadores de subjetividade que possuem essa marca, verifica-se que eles representam a ampla maioria das ocorrências. Veja a somas das porcentagens desses marcadores nos diferentes inquéritos: Inq. 062: 83%; Inq. 333: 83%; Inq. 343: 86%; Inq. 360: 86%.

Os marcadores lexicais que não possuem marcas de pessoa e aqueles representados por expressões não-lexicalizadas foram incluídos entre as marcas de subjetividade por possuírem valor fático. Os primeiros, geralmente, incluem-se entre os marcadores de busca de aprovação discursiva (*né?*), ou os de confirmação ou assentimento.

Também notamos um número significativo de marcadores lexicais, principalmente aqueles que se incluem entre os marcadores de busca de aprovação discursiva (*né?*), o que nos revela que a interação é fundamental para que o diálogo se desenvolva, mostrando o envolvimento, o contato e a necessidade dos interlocutores em “seguir o pensamento” do outro.

No inquérito 374 NURC/RJ, há maior presença de marcas lexicais; a grande interferência do documentador na condução da entrevista, leva os informantes a empregarem essas marcas de busca de aprovação discursiva (*né, sabe*).

(5)

L1 flamingos...

L2 flamingos *né?*

L1 e da... até da ave do paraíso *né?*

L2 é verdade...

(NURC/RJ, 374, p.226, 454-457; grifos meus)

Os marcadores de busca de aprovação discursiva também figuram em turnos inseridos, correspondentes a falas curtas de um falante ocasional.

(6) (A informante comenta o fato de o pai tê-la inculido a cursar Direito).

L2 (...) ele [o pai] achava que essa a que teria mais possibilidade::de de di/ de diversificação depois... e quando as outras eram mais específicas... né?

L1 *certo*

L2 um médico era só medico e engenheiro era só engenheiro (...)

(NURC/SP, 360, L. 1542-1546)

Os marcadores não-lexicalizados de valor fático também figuram em turnos inseridos e, em sua maioria, indicam concordância ou assentimento.

(7) (O informante comenta o valor da apresentação para a obtenção de empregos).

L2 eu não diria somente... existe muito e também e::... é apresentação entende?

L1 uhn uhn

L2 eu acho que::hoje em dia não basta você somente ser... capacitado porque::tem muita gente que... não tantas qualidades quanto determinamos... com/ éh::competidores em determinados cargos e::... na hora de escolher vem você porque é meu amigo certo?

(...)

(NURC/SP, 062, L. 621-628)

A ORDEM ORACIONAL EM KAYABÍ

Nataniel dos Santos Gomes (UNAM/UNESA/UniverCidade/UFRJ)

RESUMO

Abordar a estrutura das orações na língua indígena brasileira Kayabí, segundo a teoria gerativa. Veremos a ordem dos constituintes oracionais em construções declarativas, narrativas e de enfoque.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística, Gerativismo, Línguas Indígenas

INTRODUÇÃO

A primeira classificação da língua Kayabí como pertencente à família Tupi-Guarani foi feita de 1927, por Max Schmidt, que coletou uma lista de 24 palavras.

A autodenominação dos Kayabí é *janere* ‘nós, os verdadeiros’. A origem da denominação *Kayabí* é desconhecida.

O habitat considerado Kayabí nas margens dos rios Teles Pires, Verde, Arinos, dos Peixes, até o rio Peixoto de Azevedo, foi disputado pelos grupos apiaká, mundurukú, bakairí, beíço-de-pau, entre outros, em constantes conflitos pelos domínios da terra e monopólio de pedras (usadas para a produção de machados).

Os Kayabí classificavam antigamente os não-índios como seres sobrenaturais, que teriam vindo para a terra da moradia dos xamãs mortos.

Um recenseamento feito pelo Pe. João Dornstauder em 1955 identificou 340 Kayabí espalhados no rio Teles Pires, no rio dos Peixes, nos vários postos da SPI e no rio Xingu.

Os índios Kayabí são atualmente localizados em três regiões: no Parque Indígena do Xingu, com aproximadamente 800 indivíduos; no Posto Tatuí, no rio dos Peixes, com aproximadamente 200 indivíduos, e no sul do Pará, no rio Teles Pires, com aproximadamente 80 indivíduos. Alguns Kayabí vivem dispersos fora das reservas indígenas.

A língua Kayabí pertence à família Tupi-Guarani, do tronco Tupi (Rodrigues 1958 e 1984). Mesmo com dispersão dos Kayabí, a língua tem se mantido com variações mínimas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O tupi-guarani é uma das 7 famílias lingüísticas (e mais 3 isoladas) que pertencem ao tronco Tupi (segundo a classificação de Rodrigues 1986). A família lingüística Tupi-Guarani consiste de 21 línguas, e o Kayabí é uma delas.

A maioria dos Kayabí ainda usa o seu idioma para comunicação em casa. Porém, o bilingüismo com o português tem aumentado nos últimos anos.

O crescente conhecimento do português se deve à convivência com a sociedade envolvente, à escola (ensino em português), ao rádio e à televisão já presentes em algumas aldeias e postos etc. A maioria dos índios Kayabí pode se comunicar na própria língua. Entretanto, algumas crianças já não aprendem mais a falar o Kayabí como língua materna.

Os estudos lingüísticos realizados pelos pesquisadores do Summer Institute of Linguistics (SIL) tem servido como base de dados para várias pesquisas. Temos, por exemplo, as gramáticas feitas por Dobson, que contém um bom material descritivo sobre a língua, e os de Weiss, que trazem um material mais ligado à lexicologia da língua Kayabí.

A ESTRUTURA ORACIONAL SEGUNDO A TEORIA GERATIVA

A estrutura oracional é dividida em três camadas:

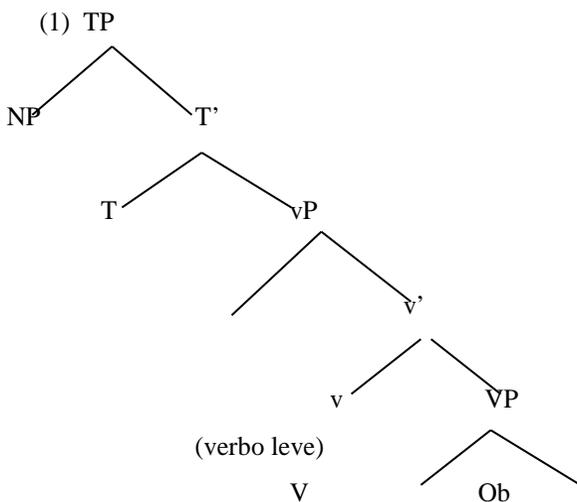
(a) O nível lexical

O nível lexical ou temático em que o verbo e os seus argumentos são projetados no sintagma verbal (VP). Desde Chomsky (1995), postula-se que a projeção de uma estrutura transitiva e de verbos intransitivos inergativos, como “fumar”, “trabalhar”, “dançar”, contém uma categoria – *v* – que é um núcleo funcional causativo que seleciona um VP como complemento. O núcleo deste VP é o verbo lexical (transitivo ou inergativo). O núcleo causativo também chamado de “verbo leve” tem como propriedade selecionar um argumento externo que se manifesta sintaticamente como sujeito. *v* tem traços nominais de caso acusativo e traços verbais de concórdia de objeto.

(b) *A camada flexional.*

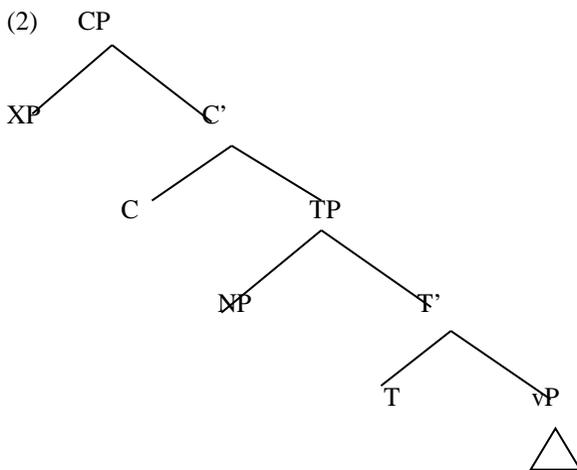
Além do sintagma *vP*, há o núcleo de Tempo (T) que seleciona *vP* como complemento e admite um NP na posição de especificador. É para Spec, TP que vão os sujeitos. Todo SN sujeito se move para aí. T tem traços de caso nominativo e de concordância de sujeito.

A representação abaixo ilustra a estrutura de uma oração com as camadas lexical e flexional.



(c) *(c) a camada de complementizador:*

Acima de TP há ainda uma categoria funcional CP – cujo núcleo C pode abrigar conjunções (“se”, “que”), verbos movidos (V2) e cujo especificador pode abrigar os sintagmas interrogativos e os elementos focalizados ou topicalizados. C seleciona TP como complemento e contém traços de operador. Representamos abaixo uma estrutura oracional transitiva completa, de acordo com abordagem gerativa atual:



A ORDEM DOS CONSTITUINTES ORACIONAIS

O verbo e seus argumentos são projetados dentro de VP. De acordo com Chomsky (1995), os itens lexicais já saem do léxico flexionados, contendo seus traços morfossintáticos (caso, concordância).

A inter-relação entre categorias funcionais e categorias lexicais é responsável pela ordem dos constituintes oracionais, pelas relações de caso e de concordância, entre outras.

O movimento dos constituintes oracionais é provocado pelas propriedades dos traços morfológicos das categorias funcionais que, por serem não interpretáveis nos níveis de interface, precisam ser eliminados. É através do mecanismo de checagem com os traços correspondentes das categorias lexicais que os traços dos núcleos funcionais são eliminados.

Os traços abstratos dos núcleos funcionais são de natureza nominal (N) e verbal (V). Os traços nominais referem-se a caso e EPP e os verbais a concordância e caso. Os traços N de Tempo exigem que um NP se mova para a posição de [Spec, TP] para checar o traço de caso nominativo e o traço EPP.

Os traços dos núcleos funcionais são parametrizados em for-

tes e fracos. Os traços fortes são aqueles que precisam ser eliminados na sintaxe aberta, porque não são interpretáveis na Forma Fonológica. São estes traços fortes que provocam o movimento visível dos constituintes gerados em VP. Os traços fracos podem ser eliminados no componente encoberto (Forma Lógica).

Os traços dos itens lexicais e dos núcleos funcionais são checados nas configurações de Especificador / Núcleo. Quando um núcleo funcional tem traços nominais fortes, ele atrai os sintagmas nominais para a posição de Spec, onde os traços de caso serão checados.

Quando os traços verbais são fortes, o verbo se move para a posição de núcleo.

Postula-se que T tenha traços nominais fortes em todas as línguas. Tal fato indica que o sujeito é sempre movido para [Spec-TP] em sintaxe aberta.

Para se verificar se um constituinte oracional foi movido ou não, utiliza-se a posição dos advérbios, quantificadores e da negação como evidência. Pollock (cf. Haegeman) propõe que os advérbios são gerados em adjunção ao VP. Sendo assim, se um constituinte ocorre à esquerda de um advérbio, é sinal de que ele se moveu para uma categoria funcional acima de VP. Se o constituinte ocorre à direita do advérbio, é sinal de que ele continua dentro de VP.

Em Francês, parece que tanto o verbo, quanto o sujeito se movem para cima de VP, uma vez que ocorrem à esquerda do advérbio.

1. John embrasse souvent Marie.
João beijar freqüentemente Maria
'João beija freqüentemente Maria'
2. John n'aime pas Marie
John neg amar neg Maria
'John não ama Maria' (Benmamoun, 2000:12)

Em Inglês, como o sujeito aparece à esquerda do advérbio, postula-se que somente ele é movido em sintaxe aberta.

3. John' s often kisses Mary
João freqüentemente beijar Maria
'João freqüentemente beija Maria'

4. John does not love Mary
João aux. neg. amar Mary
'João não ama Maria'. (Benmamoun, 2000:12)

Dentro do quadro de Chomsky (1995), pode-se dizer que em Francês T tem traços nominais e verbais fortes, ao passo que em Inglês T tem apenas traços nominais fortes, que provocam o movimento do sujeito.

Quando *v* tem traços nominais fortes, ele atrai o objeto para a posição de seu especificador. O movimento do objeto pode ou não estar condicionado ao movimento do verbo para o núcleo *v*.

A ordem SOV pode ser derivada de SVO através desses movimentos. SOV também pode ser uma ordem em que o objeto e o verbo são gerados nessa posição.

C com traços nominais forte atrai a palavra interrogativa para a sua posição de Spec e com traços verbais fortes atrai o verbo para si, como ocorre nas línguas V2.

OBSERVAÇÕES SOBRE A ORDEM EM KAYABÍ

Em Kayabí, existe uma variação na ordem dos constituintes. Dependendo da forma verbal, se narrativa ou declarativa, encontramos possibilidades de ordem diferentes.

As construções declarativas

Como vimos no capítulo 2, nas estruturas declarativas, o verbo vem marcado com os afixos de pessoa, cuja escolha nas construções transitivas obedece à hierarquia referencial.

Verificamos vários tipos de ordem nessas construções:

- (i) Quando o sujeito e o objeto são SNs, observa-se a ordem SOB ou OSV.
5. ya' wapinim-a mo'a-u SOV
jaguar-nm cobra ele-comer

- ‘O jaguar comeu a cobra’
6. Tagea’i ki)ã je-mena a-juka
Tagea’i ele 1-poss.marido 3.matar
‘O meu marido matou Tagea’i’ (Weiss 1972:5)

(ii) Quando o objeto é SN e o sujeito é um elemento pronominal, verificam-se as ordens OSV e VSO.

7. miara je a-juka OSV
onça eu 1sg-matar
‘Eu matei uma onça’
8. Wopo kyná kanape-a VSO
fazer ela bolo de mandioca-nom
‘Ela faz bolo de mandioca’
9. Tapi’ira kawete je a-juka OSV
Onça gorda eu 1sg-matar
‘Eu matei uma anta gorda’

(iii) Quando o objeto é um elemento pronominal e o sujeito é pronominal, verifica-se a ordem VS. Neste caso, o objeto quando de 1ª ou 2ª, aparece incorporado ao verbo e o sujeito é. Quando o objeto é de 3ª, obtém-se a ordem VSO, porque ele não se incorpora ao verbo:

10. Anupã je pe)e)
espancar 1sg 2pp
‘Eu espanco vocês’
11. Eneresak ‘g)a)
Eles ver 2ps
‘Eles vêem você’ (Dobson 1988:39)
12. je-nupã gã
1sg-bater ele
‘Ele me bateu’
13. a-nupã je gã
1sg-bater eu ele
‘Eu bati nele’

(iv) Quando o sujeito é SN e objeto um pronome, o objeto deve ocorrer afixado ao verbo e o sujeito aparece em 1ª posição na ordem SV.

14. miara je-u’u

onça 1sg-morder
'A onça me mordeu'

(v) Nas formas negativas, a ordem preferida é VSO, se o sujeito for um pronome ou SN e o objeto um SN ou pronome. Se o sujeito é de 3ª ou 2ª e o objeto é de 1ª ou 2ª, estes ocorrem afixados ao verbo e a ordem é VS.

15. n-a-juka-i je miara
neg-1sg –matar-neg eu onça
'Eu não matei a onça'
16. na-je-roesag-i ('g)a)
neg-1sg-rel-ver-neg ele
'Ele não me viu'
17. n-u-apo-í ('g)a yrupema
neg-3-fazer-neg ela cesta
'Ela não fez cesta'

As construções declarativas com verbos intransitivos

(i) Quando o sujeito é um SN, verifica-se tanto as ordens SV quanto VS.

18. 'u'ywa-r-afa o-sok
flecha-rel-ponta 3-sair
'A ponta da flecha saiu'
19. akuway kumia
quente comida
'A comida está quente'

(ii) Quando o sujeito é pronominal a ordem verificada é VS nas formas declarativas:

20. o-set kynā
3-dormir ela
'Ela dormiu'
21. a-'at je
1sg-cair eu
'Eu caí'

As construções narrativas

Dobson (1988:91) citando Grimes (1975), define o discurso narrativo como:

- (i) o relato de eventos que realmente aconteceram, ou que as pessoas imaginam ter acontecido, por exemplo, os eventos das lendas, e também (ii) a narração de não-eventos, os quais abrangem descrições de participantes, cenários e informação colateral.

Dobson (1997:90) explica que “Em qualquer oração em que haja mais de um verbo, qualquer verbo secundário tem de ser da forma narrativa.”

O verbo transitivo na forma narrativa só marca o objeto, já o verbo intransitivo marca o sujeito:

- (i) Quando o sujeito e o objeto são SNs verifica-se a ordem
SOV

22. kasurua miara mojeupit
cachorro onça subir
‘O cachorro subiu a onça’ (= o cachorro fez a onça subir)
23. Kasurua miara mujaãn-a
Cachorro onça correr-narr
‘O cachorro correu (atrás da) onça’

Note-se que nas formas narrativas, há verbos que pedem o prefixo relacional *r-* entre ele e o objeto (23); enquanto que outros têm o prefixo relacional \emptyset , como em (22):

24. kasurua miara r-esak-a
cachorro onça rel-ver-nar
‘O cachorro viu a onça’

Quando, na forma narrativa, o objeto está separado do verbo cujo prefixo relacional é \emptyset , usa-se o pronome *i-* afixado na morfologia verbal.

25. miara kasurua i-mujã-n-a OSV
onça cachorro 3-correr-narr
‘o cachorro correu atrás da onça’

Quando o verbo tem o prefixo relacional *r-*, a topicalização do objeto não engatilha nada na morfologia verbal, como em (25):

26. miara kasurua Ø esaka
onça cachorro ver
'O cachorro viu a onça'

(ii) Nas formas narrativas, quando o sujeito é um SN e o objeto é pronominal a ordem é SV, já que o objeto ocorre como se estivesse incorporado ao verbo.

27. kasurua je-r-esak-a SOV
cachorro 1sg-rel-ver-narr
'O cachorro me viu'

Enfoque

Essa forma é usada para chamar atenção para um evento ou para uma pessoa, como um foco.

A forma de enfoque só ocorre quando o sujeito é da 1ª ou 3ª do singular e do plural. Os indicadores de pessoa para os verbos intransitivos são os pronomes livres independente da classe do verbo.

Como vimos acima, a forma de enfoque caracteriza-se pelo posicionamento de um sintagma na periferia esquerda da oração. Este sintagma não pode ser nem o sujeito nem o objeto.

Os exemplos mostram que a ordem preferencial para os sintagmas de sujeito e objeto é SOV.

Quando o sujeito é pronominal, verifica-se que ele ocupa a 2ª posição na sentença, independente do que vem antes ou depois. Assim, tem-se a ordem: XPSOV, sendo o sujeito um pronome ou um SN.

28. Amanipe je mama'e tym-i
Chuva em 1-coisa plantar-enf
'No tempo da chuva, eu planto as coisas' (Dobson: 118)

Nas construções intransitivas, o sujeito é sempre preposto ao verbo e a ordem é XPSV. Segundo Dobson (1988:48) a negação não pode ocorrer na forma de enfoque.

29. Ai'we ore oi
Amanhã 1pp ir
Amanhã iremos.

Os sujeitos pronominais que ocorrem em 2ª posição são pronomes que parecem ter natureza clítica, já que ocorrem após qualquer tipo de constituinte e sempre em 2ª posição na sentença. A variação da ordem observada em Kayabí será discutida juntamente com o estatuto desses elementos pronominais.

CONCLUSÃO

Pudemos observar brevemente a história do povo Kayabí e sua ordem oracional, de acordo, com o tipo de oração (declarativa, narrativa, enfoque): VS, SOV, OSV, VSO.

Os sujeitos pronominais que ocorrem em 2ª posição são pronomes que parecem ter natureza clítica, já que ocorrem após qualquer tipo de constituinte e sempre em 2ª posição na sentença. A variação da ordem observada em Kayabí será discutida juntamente com o estatuto desses elementos pronominais num próximo artigo.

BIBLIOGRAFIA

BORSLEY, Robert and ROBERTS, Ian. *The syntax of the celtic languages: a comparative perspective*. New York : Cambridge, 1996.

DOBSON, Rose M. *The functions of narrative, declarative and focus forms of the Kayabí Verb in Narrative Discourse*. [s.l.] Summer Institute of Linguistics, 1980.

DOBSON, Rose M. *Aspectos da Língua Kayabí*. Série Linguística N. 12. Brasília : Summer Institute of Linguistics, 1988.

DOBSON, Rose M. *Gramática prática com exercícios da Língua Kayabí*. Arquivo Linguístico N. 228. Cuiabá : Summer Institute of Linguistics, 1997.

EPSTEIN, Samuel David & HOERNSTEIN, Nobert. *Working Minimalism*. Massachusetts / London : MIT Press, 1999.

FONTANA, J.M. On the integration of second position phenomena. In.: KEMENAD and VICENT, Nigel. *Parameters of morphosyntactic change*. Cambridge : Cambridge, 1997, p. 207-250.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

GEORGOPOULOS, Carol Perkins. *Syntactic variables: resumptive pronouns and A'binding in Palaun*. Dordrecht : Kluwer Academic Publishers, 1991.

HAEGEMAN, Liliane. *Introduction to government & binding theory*. 2 ed. Massachusetts : Blackwell, 1994.

HENDRICK, Randall. Morphosyntax. In.: WEBELHUTH, Gert. *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Cambridge : Blackwell, 1995.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 2ª ed. São Paulo : Loyola, 1994.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo : Contexto, 2000.

SPENCER, Andrew. *Morphological Theory: an introduction to word structure in Generative Grammar*. Massachusetts : Cambridge, 1991.

STUMP, Gregory T. Inflection. In: SPENCER, Andrew and ZWICKY, Arnold M. *The handbook of morphology*. Massachusetts : Blackwell, 1998.

VIEIRA, Márcia Maria Damaso. *O fenômeno da não-configuracionalidade na língua Asurini do Trocará: um problema derivado da projeção dos argumentos verbais*. Tese de doutoramento. Campinas : Unicamp, 1993.

WEISS, Helga. *Kayabí verbs*. [s.l.]. Summer Institute of Linguistics, 1972.

WEISS, Helga. *Para um dicionário da Língua Kayabí*. Tese de doutorado. São Paulo : USP, 1998.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. (Dir.)
Revista da Academia Brasileira de Filologia.
Ano I, Nº 1, Nova fase. Rio de Janeiro : Aca-
demia Brasileira de Filologia, 2002, 200 p.

A *Revista da Academia Brasileira de Filologia* renasce, depois de duas tentativas anteriores (a primeira, organizada por Altamirano Nunes Pereira, em 1947, denominada *Língua e Linguagem*, com apenas um número, e a segunda, de 1955 a 1957, quando Ruy Almeida presidia a Academia, com sete números, sob a denominação de *Revista Filológica*).

Nesta NOVA FASE, a *Revista da Academia Brasileira de Filologia* é dirigida por Leodegário A. de Azevedo Filho, tendo Claudio Cezar Henriques como Coordenador Executivo, Manoel Pinto Ribeiro como Redator-Chefe e Amós Coêlho da Silva como Secretário, e será lançada oficialmente no dia 26 de agosto de 2002 por ser o dia do aniversário da Academia Brasileira.

Cabe-me a tarefa de divulgar e tornar público tão esperado periódico entre os amantes dos estudos filológicos e linguísticos no Brasil.

Para não ser injusto com o patrocinador dessa empreitada, devo lembrar que o INSTITUTO DA PALAVRA, da Universidade Estácio de Sá, é “o primeiro centro de ensino do país que tem como objetivo o estudo da palavra nos seus aspectos linguístico, literário, fonológico, sociológico, psicológico, artístico, comercial...”, contando em seu quadro de conselheiros com: Affonso Romano de Sant’Anna, Evanildo Bechara, Leodegário A. de Azevedo Filho, Pedro Bial, Walmírio Macedo e Wilson Figueiredo.

Dividido em sete partes, o número 1 da *Revista da Academia Brasileira de Filologia* (edição comemorativa dos 57 anos de fundação) traz o **EDITORIAL** assinado por seu Diretor; a seção de **ENSAIOS** com trabalhos de Alfredo Margarido, Alvacyr Pedrinha, Castelar de Carvalho, Claudio Cezar Henriques, Domício Proença Filho, Evanildo Bechara, Eneida do Rêgo Monteiro Bomfim, Hilma

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Pereira Ranauro, Horácio Rolim de Freitas, Luiz César Saraiva Feijó, Manoel Pinto Ribeiro, Olmar Guterres da Silveira, Paulo Silva de Araújo e Walmírio Macedo; na seção de **ENTREVISTA** Mauro de Salles Villar fala do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, respondendo a Manoel Pinto Ribeiro; na seção de **RESENHAS**, Amós Coêlho da Silva, Leodegário A. de Azevedo filho, Ricardo Stavola Cavaliere, Silvio Elia e Mariana Ploae-Hanganu fazem uma apresentação crítica dos seguintes livros: *A Nova Gramática Aplicada da Língua Portuguesa* de Manoel Pinto Ribeiro; *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego*, *A Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara, a *Gramática da Língua Portuguesa* e *Elementos para uma Estrutura da Língua Portuguesa*, ambos de Walmírio Macedo; na seção de **HOMENAGENS**, Antônio Martins de Araújo, Horácio Rolim de Freitas, Leodegário A. de Azevedo Filho e Rosalvo do Valle homenageiam, respectivamente, Antônio Geraldo da Cunha, Olmar Guterres da Silveira, Sílvio Edmundo Elia e Alvacyr Pedrinha; na seção de **MEMÓRIA**, Agenor Ribeiro lembra “Verdades sobre *Os Sertões*”, Antônio Conselheiro e Canudos; Antônio Nunes Malveira publica pesquisa feita no jornal *Galeria Cearense* sobre Fausto Barreto, de Jorge Wanderley se publica o “Decálogo do Tradutor” e Leodegário A. de Azevedo Filho reproduz a sua aula de concurso através do qual se tornou catedrático do Instituto de Educação do Estado da Guanabara. Por fim, é apresentado o **NOTICIÁRIO** relativo à Academia Brasileira de Filologia no último biênio, incluindo-se a relação de todos os acadêmicos e sócios correspondentes até o final do ano 2001.

Contabilizando: Além do editorial, 14 ensaios, 1 entrevista, 5 resenhas, 4 homenagens, 4 artigos de memória e 1 noticiário, totalizam 30 contribuições de alto nível informativo e cultural, assinadas por ilustres mestres das letras brasileiras dos últimos anos.

Entre outras revelações, é bom lembrar com o editorialista (porque pouca gente sabe) quais foram os presidentes da Academia Brasileira de Filologia até hoje: Antenor Nascentes (1944-1954), Ruy Almeida (1954-1956), Cândido Jucá (filho) (1956-1982), Antônio José Chediak (1982-1984), Antônio Houaiss (1984-1986) e Leodegário A. de Azevedo Filho (desde 1986 e reeleito para o biênio que se inicia).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

É necessário registrar também que alguns dos titulares e sócios correspondentes relacionados na época em que a revista foi enviada aos editores já não se encontram entre nós: Álvaro de Sá cedeu sua cadeira 13 para Carlos Alberto Sepúlveda Alves, Gladstone Chaves de Melo cedeu a cadeira 17 para Terezinha Maria da Fonseca Passos Bittencourt e Othon Moacyr Garcia, que ocupou a cadeira 21, ainda não tem sucessor eleito. Entre os sócios correspondentes nacionais, dois passaram para o quadro de sócios honorários: Segismudo Spina e Albino da Bem Veiga, cujo quadro se constitui agora de três sócios, contando-se também com Rubem Amaral Júnior. Mais quatro sócios correspondentes nacionais foram eleitos: Joseph Ildefonso de Araújo, José Rogério Fontinelli Bessa, Aryon Dall'Igna Rodrigues e Leonor Lopes Fávero. Entre os sócios correspondentes do exterior, acrescenta-se Sílvio Castro (Itália) e Dieter Messner (Áustria).

Com a reforma do estatuto da Academia Brasileira de Filologia recentemente, amplia-se o quadro de sócios correspondentes nacionais para 40 e o de sócios correspondentes do exterior também para 40, o que será implementado dentro deste biênio para maior divulgação da Filologia Brasileira.

Esperamos que a **RABF** marque época na circulação de informações e debates lingüísticos e filológicos nos próximos anos e que não venha a ser uma espécie de baleia que aparece e se afunda novamente ficando mais tempo submersa do que exposta, mas que seja um “veículo superior de estudo da língua portuguesa” de uma “entidade cultural votada para o trato dos assuntos concernentes à Filologia e à Lingüística sob seus vários aspectos”. (Cf. **RABF**, I-1:6).

FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA PORTUGUESA

José Pereira da Silva (UERJ)

NASCIMENTO, Milton Meira do. (Ed.) *Filologia e lingüística portuguesa*, n° 4 (2000). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo : Humanitas, 2001, 298 p.

O Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo acaba de lançar o número 4 de seu periódico, *Filologia e Lingüística Portuguesa*, sob a responsabilidade editorial de Milton Meira do Nascimento e coordenação de M. Helena G. Rodrigues.

Trata-se de um trabalho de grande fôlego, em que sete articulistas apresentam trabalhos com uma média de 30 páginas, seguido de um catálogo da “Produção Científica da Área de Filologia e Língua Portuguesa” (p. 247-289) como anexo às “**Reflexões sobre a Área de Filologia e Língua Portuguesa**” (p. 221-246) preparado por Ataliba T. de Castilho, que a direção da revista prefere não classificar como artigo.

Eberhard Gärtner, Mercedes Sedano, Américo Venâncio Lopes Machado Filho, Maria Helena Ochi Flexor, Antonio L. Furtado, Mira Groppi e Karin Gutz são os outros autores, que tratam dos seguintes temas:

1. Recursos gramaticais para a expressão de proposições dependentes da valência do predicado em português, espanhol e alemão, em que se apresenta

...uma descrição de orações completivas e construções equivalentes das três línguas em epígrafe, baseada num modelo gramatical que inclui o significado oracional na descrição gramatical. Consideramos a ‘proposição’ uma entidade semântica (significado oracional) constituída pelas propriedades semânticas do predicado, por meio da valência semântica do mesmo. A valência sintática, então, decide sobre as construções morfossintáticas utilizáveis, com um determinado predicado, para a expressão da respectiva proposição dependente subjacente. [...] Discutimos também construções com elevação de sujeito, entre as quais incluímos construções conjuncionais, de infinitivo, de gerúndio, gerúndiais de infinitivo assim como sintagmas adjetivais, nominais e preposicionais como formas de redução de preposições com predicado de vários argu-

mentos. (p. 7)

2. **Estructuras focalizadores en español y portugués**, é um trabalho destinado a analisar a variação entre as cláusulas pseudofendidas [*seudohendidas*] e as cláusulas com verbo *ser* focalizador encontradas em obras literárias do espanhol e do português com o fim de observar o comportamento das mencionadas estruturas em ambas as línguas. Os resultados encontrados em português são idênticos aos encontrados no espanhol. (Cf. p. 53)

3. **Aquisse começa huñ exêplo perque pode homê entêder algûas diferenças antre dous manuscritos que de consuñ tratam da uida de tassis molher que foy muy pecador**, em que

...se concentra na comparação lingüística entre dois manuscritos medievais portugueses, datáveis dos séculos XIV e XV, que relatam a vida de Tarsis (grande pecadora que posteriormente se converte aos dogmas cristãos), respectivamente editados por MACHADO FILHO (2000) e MARTINS (1985) e sobre os quais se estabelecem, analiticamente, breves correlações e dessemelhanças, tanto em nível de conteúdo e grafia, quanto no tocante a aspectos de natureza morfossintática. (p. 69)

4. **Aprender a ler, escrever e contar no Brasil do século XVIII**, em que se destacam as reformas promovidas no reinado de D. José I, especialmente pela ação de [...] Marquês de Pombal, incluindo a obrigatoriedade do ensino e uso da língua portuguesa. Transcreve-se um modelo de cartilha para ensinar a ler, escrever, contar e a doutrina cristã. (Cf. p. 97)

5. **O “José de Arimatéia” da tradição arturiana** trata do enigma em texto arturiano do século XIII “investigado por meio do exame de fontes, bem como de considerações históricas e lingüísticas. A obra estudada se insere na *Matéria da Bretanha*, representada de forma significativa na literatura portuguesa medieval”. (p. 159)

6. **São Paulo: alguns documentos do século XVIII** apresenta o resultado da busca de documentos para a constituição do *corpus* pertencente ao projeto *A situação lingüística de São Paulo no século XVIII*. “O trabalho alude ao problema das fontes para a pesquisa na Lingüística Histórica. O objetivo fundamental desta publicação é oferecer os documentos encontrados e selecionados, assim como a revisão de outros documentos já publicados”. (p. 169)

7. **Estudo do preenchimento do sujeito de terceira pessoa em falantes nativos e não-nativos de português do Brasil**

...faz um levantamento do preenchimento pronominal do sujeito de terceira pessoa no português brasileiro em narrativas orais e escritas de estudantes do ensino fundamental e médio. Também são comparadas as produções de falantes nativos àquelas de falantes não-nativos (alemães que têm o português como segunda língua). [...] A observação do material mostra que o preenchimento pronominal é a opção mais utilizada nos quatro grupos: não-nativos escrito (100%) > não nativos oral (83%) > nativos oral (81%) > nativos escrito (59%). Quanto aos falantes não nativos, o levantamento dos dados foi ao encontro do que se supunha antes da elaboração do trabalho, ou seja, de que o preenchimento pronominal é a opção mais utilizada e, sobretudo, na língua escrita. A obrigatoriedade do preenchimento do sujeito no alemão, língua materna dos informantes, parece estar influenciando sua utilização no português como língua estrangeira. Em relação aos falantes nativos os altos índices de preenchimento na oralidade, bem como os valores significativos verificados na escrita, parecem confirmar a hipótese de DUARTE (1993, 2000) de que o português do Brasil estaria alterando o seu sistema linguístico de uma marcação positiva para uma marcação negativa do parâmetro *pro-drop*. Por fim, foi elaborada uma nova possibilidade de análise, considerando-se que na terceira pessoa, diferentemente da primeira e da segunda, o sujeito nulo não corresponde diretamente ao pronome nulo. [...] Isso pode ser interpretado como um indício de que a mudança do português do Brasil para uma língua de preenchimento obrigatório do sujeito se encontra em um estágio mais avançado do que se supunha. (p. 199)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, M.E.L. Do pronome nulo ao pronome pleno: trajetória do sujeito no português do Brasil. In ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas : UNICAMP, 1993, p. 107-28.

———. The loss of the “avoid pronoun” principle in Brazilian Portuguese. In KATO, Mary A.; NEGRÃO, Esmeralda (orgs.) *Brazilian portuguese and the null subject parameter*. Madrid : Vervuert-Iberoamericana, 2000, 17-36.

MACHADO FILHO, A.V.L. *Edição paleográfico-interpretativa da [Vida de Tarsis] de um Flos Sanctorum do século XIV*. Salvador : Instituto de Letras da UFBA, 2000.

MARTINS, A.M. (ed.). [Vida de Tarsis]. In CASTRO, I. (dir.). *Vidas de Santos de um manuscrito alcobacense (Coleção mística de fr. Hilário da Lourinhã, Cód. Alc. CCLXVI / ANTT 2274)*. *Separata da Revista Lusitana*. Nova série, n. 4 (1982-83) e 5 (1984-85). Lisboa : INIC, 1985.

MANUSCRÍTICA: REVISTA DE CRÍTICA GENÉTICA

José Pereira da Silva (UERJ)

SALLES, Cecília Almeida. (Dir.) *Manuscrita: revista de crítica genética, nº 10 (junho de 2001)*. São Paulo : Annablume / Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário, 2002, 220 p.

A *Manuscrita* é a publicação oficial da APML (Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário) e é, senão a única, a mais representativa entre as revistas especializadas neste setor.

O seu número 10 traz doze interessantes trabalhos de Crítica Genética, que vão aqui apresentados com as palavras de sua diretoria editorial, Profa. Cecília Almeida Salles:

Manuscrita 10 apresenta uma crítica genética exuberante no que diz respeito à diversidade dos artistas que vêm sendo alvo de pesquisas: escritores, poetas, artistas plásticos brasileiros e estrangeiros.

Sílvia Anastácio Guerra estuda as marcas da visualidade na construção do poema “Under the window: Ouro Preto” de Elizabeth Bishop. A construção do tempo ao longo do processo de criação de *Meus verdes anos* de José Lins do Rego é analisada por Maria Lúcia de Souza Agra. Claudia Amigo Pino apresenta uma pesquisa sobre a gênese do romance *53 Jours* de Georges Perec, e nela faz a interpretação dos diferentes movimentos da escritura e propõe uma possível estética da criação. Sérgio J. Meurer mostra Joan Miró em busca de economia de recursos visuais no processo de criação do quadro *Maternitat*. Marcia Regina Jaschke Machado dá destaque ao diálogo entre artistas que ocorre, muitas vezes, ao longo de processos criativos: Mário de Andrade faz anotações em manuscritos de Luis Aranha. E Mário de Andrade é também o foco de interesse de Ricardo Souza de Carvalho, que constrói o literário de criação do ensaio “Amor e medo”. Em “Linguagens em diálogo”, faço um estudo de crítica genética comparativa dos processos do escritor Ignácio de Loyola Brandão e do artista plástico Daniel Senise, a partir das tramas semióticas que sustentam seus percursos criativos.

No campo dos desdobramentos dos estudos de caso, Cristiane Grand discute em seu artigo o papel do manuscrito como material de pesquisa do tradutor de poemas de Hilda Hilst. Sônia Maria van Dijk Lima, por sua vez, aborda a continuidade do ato criador sob o ponto de vista dos críticos literários, ao apresentar a recepção de *Sagarana* nos periódicos colecionados pelo próprio Guimarães Rosa.

Philippe Willemart, Edson do Prado Pfützenreuter e Robson Corrêa

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

11. Arte e conhecimento, por Cecília Almeida Salles;
12. Aspectos da gênese de “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, por Josette M. A. Souza Monzani;
13. Battleship em edição genética: o projeto editorial do Instituto Moreira Salles, por Antônio Fernando de Franceschi;
14. Crítica genética *in statu nascendi*, por Cecília Almeida Salles;
15. Da natureza complexa da produção de um texto, por Lino de Macedo;
16. De qual inconsciente falamos no manuscrito? por Philippe Willemart;
17. Diálogo na crítica genética, por Cecília Almeida Salles;
18. Do manuscrito ao pensamento pela rasura, por Philippe Willemart;
19. Família Atrapalhada: Uma análise do processo de rasuramento em texto escrito por crianças, por Eduardo Calil;
20. Fenômenos físicos e fenômenos literários: aproximações, por Philippe Willemart;
21. Guimarães Rosa e tradução literária, por Iná Valéria Rodrigues;
22. “Illustrations II”, da madrugada à aurora, por Leyla Perrone-Moisés;
23. Instabilidade e estabilidade dos processos de criação no manuscrito literário, por Philippe Willemart;
24. Jogos com a realidade, por Cecília Almeida Salles;
25. Manuscrito: Dimensões, por Telê Ancona Lopez;
26. Manuscritos literários brasileiros no exterior, por Diléa Zanotto Manfio.
27. Mário de Andrade: Um texto interrompido ou um texto terminado? por Telê Porto Ancona Lopez;
28. Nos bastidores da criação literária, por Roberto de Oliveira Brandão;
29. O conceito de criação na teoria peirceana, por Cecília Almeida Salles;
30. O manuscrito do leitor Mário de Andrade, por Beatriz Protti Christini e Rosana Fumie Tokimatsu;
31. O nascimento da escritura em Marcel Proust, por Lília Ledon da Silva;
32. O nascimento do texto e o conceito de criação, por Philippe Willemart;
33. O processo de criação em “Incidente em Antares”, por Márcia Ivana de Lima e Silva;
34. O protonarrador, por Maria Lucia de S. Agra;
35. O tempo e os eixos de linguagem no percurso da transcrição, por Silvia Ferreira Lima;
36. O tempo passado a limpo, por Adylla Rocha Rabello;
37. Olhar sobre o encontro “Gênese e Memória”, por Philippe Willemart;
38. Propostas para a edição de textos críticos, por Marcello Moreira;
39. Reflexões sobre a relação do geneticista com o manuscrito, por Cecília Almeida Salles;
40. (Re)lendo a escrita: Em que as pesquisas cognitivas sobre a leitura podem ajudar na compreensão da criação literária? por Cristina Casa dei Pietraróia;
41. Reproduzir o manuscrito, apresentar os rascunhos, estabelecer um prototexto, por Jean Bellemin-Noël;
42. Retomando a rasura, por Sônia Maria van Dijk Lima;
43. Semiótica dos rascunhos – sintaxe das rasuras, por Anna Luiza C. Camargo Camargo A. Bauer e Maria Cecília de Sales Freire César;
44. Três concepções da formação da escritura: inquietudes e esperança, por Philippe Willemart;
45. Uma aproximação enriquecedora, por Celina Borges Teixeira.

APRENDENDO COM OS MESTRES

Vito Manzolillo (UERJ)

MELO, Gladstone Chaves de et al (org.). *Na Ponta da língua 3.* Rio de Janeiro : Lucerna / Liceu Literário Português / Instituto de Língua Portuguesa, 2001, 240 p.

BECHARA, Evanildo et al (org.). *Na Ponta da língua 4.* Rio de Janeiro : Lucerna / Liceu Literário Português / Instituto de Língua Portuguesa, 2002, 240 p.

A editora Lucerna, o Liceu Literário Português e o Instituto de Língua Portuguesa continuam a publicação da série *Na Ponta da Língua*. No número 21 da *Revista Philologus*, já tivemos oportunidade de comentar os dois primeiros volumes da coletânea. Agora, chegou a vez do terceiro e do quarto. A estrutura e a forma de apresentação continuam as mesmas. A qualidade do material impresso também.

O volume 3 foi organizado por Gladstone Chaves de Melo, Antonio Basílio Rodrigues, Evanildo Bechara, Horácio Rolim de Freitas e Maximiano de Carvalho e Silva. É composto de 84 artigos, escritos por Evanildo Bechara, Gladstone Chaves de Melo, Sílvio Elia e Vittorio Bergo. Ao final do volume, um índice de assuntos (também presente no nº 4) facilita a consulta de temas específicos.

A variedade temática, característica da publicação desde o início, igualmente se faz presente neste volume 3. Comuns também são as séries de textos dedicadas a um mesmo assunto, nas quais os autores têm condições de abordar vários aspectos de um mesmo item.

Assim, os leitores encontrarão, por exemplo, séries de artigos acerca de ortografia (Elia, p. 1 a 8), semântica (Bergo, p. 48 a 55), ensino de tupi-guarani (Elia, p. 56 a 64), dicionários (Bechara, p. 80 a 89), erros da imprensa (Elia, p. 100 a 129), brasileirismos (Elia, p. 156 a 171), estudos de Mário Barreto (Bechara, p. 175 a 194), crase (Bergo, p. 209 a 222) e sinonímia (Bergo, p. 225 a 235).

Em outros dois textos (“O cruzamento sintático”, p. 129 a 133), Bergo discorre acerca do cruzamento sintático ou quiasma, o qual, segundo o A.,

devido à analogia, é um dos vícios eruditos mais arraigados na linguagem literária. Dele se contaminaram de tal maneira autores dos mais

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

eminentes, que, embora o detestem e se empenhem em dominá-lo, a ele se submetem como Camilo ao famigerado *houveram coisas*, que tão convictamente combateu (p.129).

Ainda no âmbito da sintaxe, o mesmo Vittorio Bergo comenta, em dois artigos, a questão do objeto direto preposicionado (“Objeto direto com preposição”, p. 134 a 138), servindo-se, freqüentemente, para a exposição do tema, de trechos extraídos de autores consagrados, tais como Machado, Camilo, Herculano e Camões.

O quarto livro da série apresenta 93 artigos, sendo organizado por Evanildo Bechara, Antonio Basílio Rodrigues, Horácio Rolim de Freitas, Maximiano de Carvalho e Silva e Rosalvo do Valle. Os autores são os seguintes: Adriano da Gama Kury, Antonio Gomes da Costa, Claudio Cezar Henriques, Clóvis Monteiro, Evanildo Bechara, José Gonçalo Herculano de Carvalho, Maximiano de Carvalho e Silva, Sílvio Elia e Vittorio Bergo.

O volume é aberto por um texto em homenagem a Celso Pedro Luft (“Celso Pedro Luft: in memoriam”, Bechara, p. 1 e 2), autor recentemente falecido à época da publicação isolada do artigo (04/01/1996).

No último dia 4 de dezembro perdeu a língua portuguesa um de seus mais operosos cultores, o Prof. Celso Pedro Luft, autor de prestantes livros, pelos quais estudava, ensinava e difundia a norma exemplar do idioma, norma desejada e praticada nas produções superiores de cultura (p. 1).

O segundo artigo (“Na defesa da língua”, Gomes da Costa, p. 2 a 4) comenta uma questão bastante atual: a defesa da língua portuguesa de influências estrangeiras a partir de legislação específica. O tema, como se sabe, recentemente ganhou projeção nacional em função do projeto do deputado federal Aldo Rebelo (1999). Pela leitura do texto de Gomes da Costa, somos informados de que antes de Rebelo,

O Senador Júlio Campos apresentou recentemente um projeto de lei na Câmara Alta que estabelece alguns mecanismos para diminuir o uso de palavras e expressões estrangeiras em letreiros, produtos, folhetos e painéis. O objetivo da medida é coibir o uso excessivo de estrangeirismo e evitar que alguns segmentos, sobretudo naqueles relacionados com o consumo e a publicidade, os textos acabem por iludir a freguesia, virar uma mixórdia lingüística e enfeitar o vernáculo com cortinas e adereços de mau gosto (p. 2).

A temática deste volume é extremamente variada, assim como sucede com os demais livros da série. Certamente, qualquer interessado em questões lingüísticas poderá encontrar em algum(s) do(s) artigo(s) da coletânea algo que lhe chame a atenção.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 folhas;
 - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
 - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 300 palavras, com indicação de três palavras-chaves e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À
REVISTA PHILOLOGUS
A/C de José Pereira da Silva
Rua Visconde de Niterói, 512/97
20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico pereira@uerj.br, pelo telefone (0XX21) 2569-0276, ou através da home page www.filologia.org.br.